

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NA REGIÃO CENTRO-SUL
DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 1991 A 2000, SOB O
ENFOQUE DAS CAPACITAÇÕES**

RICARDO DE SOUZA LEÃO

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre
2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NA REGIÃO CENTRO-SUL
DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 1991 A 2000, SOB O
ENFOQUE DAS CAPACITAÇÕES**

Autor: Ricardo de Souza Leão

Orientador: Flávio Vasconcellos Comim

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Porto Alegre

2004

Ficha Catalográfica

L 434

LEÃO, Ricardo de Souza

Caracterização da pobreza na Região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2000 sob o enfoque das capacitações./Ricardo de Souza Leão. Porto Alegre – Rio Grande do Sul, 2004.

186 f. il.

Dissert. (Mestrado) UFRGS/FCE/PPGE

1. pobreza 2. capacitação

3. título

CDU

DEDICATÓRIA

A minha família pelo incentivo recebido.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, através da Faculdade de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-Graduação em Economia;

Aos Professores do curso Mestrado Profissionalizante em Economia Aplicada, pelo conhecimento adquirido;

Ao Orientador Dr. Flávio Vasconcellos Comim, pelo exemplo de profissionalismo e de dedicação que foram de suma importância para a realização deste trabalho;

À Fundação de Economia e Estatística – FEE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelos esclarecimentos de seu corpo técnico e ajuda de suas bibliotecárias;

As Bibliotecárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela sua colaboração;

Aos colegas do curso, pelo incentivo e apoio;

As demais pessoas que, de uma forma ou outra, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

EPÍGRAFE

“O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins”.

Amartya Sen

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	12
LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE SIGLAS.....	16
INTRODUÇÃO	18
1 CRÍTICA AOS CONCEITOS MONETÁRIOS DE POBREZA...	22
1.1 Conceitos de Pobreza.....	22
1.1.1 Pobreza como Insuficiência de Renda e Consumo	23
1.1.2 Pobreza Absoluta e Relativa	25
1.1.3 Conceitos de Linha de Pobreza e de Indigência	26
1.1.4 Pobreza e Necessidades Básicas.....	30
1.1.5 Pobreza e Desigualdade Social	32
1.1.6 Mensuração da Pobreza	34
1.2 Críticas aos Enfoques Monetários Utilizados para a Abordagem da Pobreza.....	46
1.3 Análise das Abordagens.....	50
2 CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POBREZA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-SUL DO RIO GRANDE DO SUL	55
2.1 Apresentação da Região Centro-Sul.....	56

2.1.1 Alterações Demográficas na Região Centro-Sul.....	59
2.1.2 Alterações Demográficas nos Municípios Menos Pobres.....	62
2.2 Incidência e Intensidade da Pobreza nos Municípios da Região Centro-Sul.....	65
2.2.1 Indicadores Monetários.....	65
2.2.2 Indicadores de Desigualdade de Renda.....	73
2.3 Análise Comparativa entre Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade com Indicadores de Educação, Saúde e Saneamento Básico.....	80
2.3.1 Análise Comparativa entre Indicadores de Incidência e Intensidade da Pobreza com Indicadores de Educação.....	81
2.3.2 Análise Comparativa entre Indicadores de Desigualdade de Renda e de Saúde.....	86
2.3.3 Indicadores de Saúde e de Saneamento Básico.....	88
2.3.4 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE).....	90
2.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).....	91
3 INDICATIVOS DE POLÍTICAS PARA REDUZIR A POBREZA NA REGIÃO CENTRO-SUL DO RIO GRANDE DO SUL.....	93
3.1 Indicativos de Políticas Dirigidas a Educação.....	94
3.1.1 Políticas Públicas aplicadas à Educação.....	96
3.2 Indicativos de Políticas Dirigidas à Área da Saúde e Saneamento Básico.....	102
3.2.1 Políticas dirigidas à Saúde.....	103
3.2.2 Indicativos de Políticas para a melhoria das condições de Saneamento Básico.....	109
3.3 Indicativos de Políticas Dirigidas a Aumentar o Capital Social.....	110
3.3.1 Políticas que visam aumentar o Capital Social.....	111
CONCLUSÃO.....	117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS..... 125

ANEXOS 129

RESUMO

Esta dissertação realiza a caracterização da pobreza em municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul. Uma ênfase especial é dada a abordagem das capacitações. O conceito de pobreza considerado parte da noção de que ser pobre não significa apenas ter renda insuficiente ou estar situado abaixo de uma determinada linha de pobreza, mas não ter liberdade de escolhas para desenvolver um conjunto de capacitações para alcançar uma vida que o indivíduo julgue digna e satisfatória. A metodologia utilizada é a analítico-descritiva para a análise e crítica dos conceitos monetários de pobreza. Para a caracterização da pobreza nestes municípios realizou-se uma análise descritiva do tipo *cross-section* entre estes da região em exame, com um conjunto de outros municípios selecionados, considerados menos pobres. Os indicadores selecionados e examinados para a realização da comparação, são aqueles utilizados para mensurar a pobreza sob a ótica da incidência e intensidade da pobreza bem como a desigualdade de renda e aqueles que sobressaltam aspectos qualitativos da pobreza nas áreas de educação, saúde e saneamento básico. Com o objetivo de dar uma contribuição a região Centro-Sul, analisou-se indicativos de políticas voltadas a estas áreas examinadas. Os principais resultados obtidos nesta análise indicaram que a pobreza nos municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul é um fenômeno multidimensional não apenas de incidência, mas de intensidade principalmente.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to characterise the nature of poverty in cities (councils) in the Centre-South region of Rio Grande do Sul. Particular emphasis is given to the capability approach. This dissertation challenges the notion that poverty is simply income deprivation, extending it to poverty as capability deprivation -from oportunities that individuals are denied of having a satisfactory and fulfilling life. In order to characterise poverty in the chosen cities, a cross-section descriptive analysis was carried out. The selected poverty indicators tried to illustrate the main differences existing between the incidence and depth of poverty measures. Inequality indicators were also used in addition to health and education assessments. An analysis of the evidence for the Centre-South region suggested that poverty in the cities comprising the area is characterised not only by its incidence, but also by its depth and its multidimensional nature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa - Região Centro-Sul.....	57
Figura 2 -	Mapa - Municípios do Rio Grande do Sul e ano de sua instalação.....	58
Figura 3 -	Mapa - Ano de instalação do município – Microrregião São Jerônimo – RS.....	58
Figura 4 -	Mapa - Ano de instalação do Município – Microrregião Camaquã.....	59
Gráfico 1 -	Participação dos estratos no Brasil.....	37
Gráfico 2 -	Proporção de pobres no Brasil.....	38
Gráfico 3 -	Participação dos estratos no Brasil.....	39
Gráfico 4 -	Hiato de renda no Brasil.....	40
Gráfico 5 -	Participação dos estratos no Brasil.....	42
Gráfico 6 -	Hiato quadrático no Brasil.....	42
Gráfico 7 -	Ranking dos Estados brasileiros.....	46
Gráfico 8 -	Taxa de urbanização nos Municípios da região Centro-Sul.....	61
Gráfico 9 -	Taxa de urbanização nos Municípios menos pobres.....	64
Gráfico 10 -	Razão entre a renda média domiciliar <i>per capita</i> dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres – Região Centro-Sul, média da região e do Estado.....	74
Gráfico 11 -	Razão entre os 10% e 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, em 1991 e 2000 – Região Centro-Sul.....	76
Gráfico 12 -	Índice de Gini e de Theil L. 1991 e 2000, Região Centro-Sul, Média dos Municípios e do Estado.....	77

Gráfico 13 -	Indicadores de proporção de pobres e de analfabetismo entre crianças de 7 e 14 anos de idade – Região Centro-Sul.....	82
Gráfico 14 -	Indicadores de proporção de pobres (H) e analfabetismo em crianças de 7 e 14 anos de idade – Municípios Menos Pobres.....	83
Gráfico 15 -	Intensidade da indigência e percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – Região Centro-Sul.....	84
Gráfico 16 -	Intensidade da indigência e percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – Municípios menos pobres.....	85
Gráfico 17 -	Mortalidade até um ano – Região Centro-Sul.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Linhas e incidências de pobreza na União Européia.....	29
Tabela 2 -	Evolução temporal dos indicadores da desigualdade de renda.....	33
Tabela 3 -	Evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil.....	35
Tabela 4 -	Proporção e número de pobres.....	37
Tabela 5 -	Razão do hiato de renda.....	39
Tabela 6 -	Evolução da desigualdade, do crescimento e da pobreza 1990/1998 (em%).....	41
Tabela 7 -	Razão do hiato quadrático Brasil, segundo estratos – 1990-99.....	41
Tabela 8 -	Ranking dos Estados brasileiros.....	45
Tabela 9 -	População por situação de domicílio, região Centro-Sul.....	60
Tabela 10 -	Correlação entre a população da região Centro-Sul-1991/2000.....	60
Tabela 11 -	População por situação de domicílio, Municípios menos pobres.....	62
Tabela 12 -	Correlação entre a população dos municípios menos pobres.....	63
Tabela 13 -	Proporção de pobres(H) em 1991 e 2000 – Piores e Melhores.....	66
Tabela 14 -	Redução de H em % - Região Centro-Sul.....	67
Tabela 15 -	Piores em intensidade da indigência em 1991 e 2000.....	70
Tabela 16 -	Melhores em intensidade da indigência em 1991 e 2000.....	70
Tabela 17 -	Colocação dos Municípios entre os piores indicadores, 1991 e 2000 – Região Centro-Sul.....	72
Tabela 18 -	Indicadores de Desigualdade de Renda Região Centro-Sul-1991 e 2000.....	78

Tabela 19 -	Correlação entre Proporção de pobres e Porcentagem de crianças em idade de 7 e 14 anos, analfabetas – Municípios menos pobres.....	83
Tabela 20 -	Comparativo entre Desigualdade de renda e Taxa de mortalidade infantil – Região Centro-Sul.....	86

LISTA DE SIGLAS

COREDES	- Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEM	- Exame Nacional de Educação Média
FAO	- Food and Agriculture Organization
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
FUNASA	- Fundação de Assistência à Saúde ligada ao Ministério da Saúde
FUNDEF	- Fundo para Desenvolvimento e Manutenção da Educação Fundamental e Valorização do Professor
FUNDESCOLA	- Programa do Ministério da Educação que transfere recursos federais aos estados e municípios mais pobres para serem aplicados em educação
HIV	- Vírus da imunodeficiência adquirida
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	- Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEPE	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPH	- Índice de Pobreza Humana
MST	- Movimento dos Sem Terra
NIS	- Núcleo de Indicadores Sociais
NCS	- Núcleo de Contabilidade Social

OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
PIB	– Produto Interno Bruto
PME	- Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PÓS-NATAL	– Programa de acompanhamento do recém-nascido com exames tipo o do pezinho
PRÉ-NATAL	– Programa de acompanhamento da gestação
PRÓ-POBRE	– Ações públicas que visam atender as pessoas pobres
PSF	– Programa Saúde da Família
SAEB	– Sistema de Avaliação do Ensino Básico
SUS	– Sistema Único de Saúde
WDR	– Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial da ONU

INTRODUÇÃO

O fenômeno da pobreza é algo que o ser humano pode vir a perceber de várias formas. Além da renda que uma pessoa vem a receber, há uma série de outros aspectos a integrarem a idéia do que é ser pobre. Dessa forma, qualquer pesquisa que tenha por finalidade a análise da pobreza, ou precise caracterizá-la e avaliá-la para alcançar entendimento mais amplo a seu respeito, necessariamente terá de enfrentar a difícil tarefa de identificar a abordagem mais adequada para a qualificação e quantificação.

Em geral, ao se pensar em pobreza, automaticamente, chegam à mente idéias envolvendo conceitos monetários, pois no mundo contemporâneo, o dinheiro e os bens adquiridos dão a idéia para alguns, de como se dividem as camadas da sociedade. Assim, pode-se ter a impressão de que a posição que o indivíduo ocupa na escala social está diretamente ligada ao poder de consumo e a sua renda. Mas há quem pense de outra forma. Ao invés de usar, exclusivamente, o parâmetro de renda para definir se alguém é pobre ou não, a falta de capacitação, também, é maneira de definir o grau de pobreza ou riqueza de uma sociedade.

Para Amartya Sen, a pobreza está relacionada à privação de liberdade das pessoas de poderem escolher uma vida mais satisfatória a lhes proporcionar maior bem-estar, sabendo o melhor para si mesmo, não apenas em termos de comer, vestir-se ou morar (funcionamentos), por exemplo, mas saber escolher o que comer para suprir as necessidades nutritivas, e da mesma maneira o vestir, onde morar, acesso à saúde evitando doenças, acesso à educação qualificando-se melhor ao mercado de trabalho e o acesso à justiça preservando direitos, e podendo exercer plenamente as liberdades sociais e políticas e de serviços públicos. A pobreza assim analisada é conjunto de privações de liberdades que impedem as pessoas de modificarem suas vidas ou de poderem escolher a vida que gostariam de ter e de desfrutar e, principalmente, de modificar a sua situação de pobreza.

Dessa forma, o objetivo do trabalho será demonstrar que há outras maneiras de avaliar, caracterizar e mensurar o grau de pobreza, bem como de qualificá-la, segundo a abordagem das capacitações, em populações dos municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul. O trabalho irá ser realizado sobre duas hipóteses: a pobreza nos municípios da

região Centro-Sul é fenômeno multidimensional, não apenas de incidência, mas de intensidade, principalmente, e associado essencialmente à desigualdade ou hiato de renda. A metodologia utilizada no trabalho é a analítico-descritiva, comparativa e estatística.

O primeiro capítulo deter-se-á na importância das avaliações multidimensionais da pobreza. Para tal, será necessário estudar e mostrar quão limitadas são as abordagens unidimensionais, que utilizam como escopo apenas a renda para caracterizar a pobreza. Para a elaboração desta análise, fez-se, através de uma revisão de literatura, a identificação de autores que destacam a insuficiência da renda como principal causa da pobreza. Para eles, pobres são todas aquelas pessoas de renda inferior a um valor monetário especificado, chamado de linha de pobreza. Apesar de existirem várias referências de linhas de pobreza, como a apresentada no Relatório sobre o desenvolvimento mundial – WDR (2000/2001 e 2004) de 1 e 2 dólares dia, por exemplo, aqui nesta dissertação adota-se a referência de meio salário mínimo vigente no Brasil, em 1º de agosto de 2000, de R\$ 75,50 mensais para linha de pobreza e de R\$ 37,75 mensais para linha de indigência, conforme adotado pelo IBGE e IPEA em indicadores de mensuração da pobreza.

Inicialmente serão apresentados os principais conceitos de pobreza, com destaque para a questão destes utilizarem unicamente a renda percebida por um indivíduo para avaliar o grau de bem-estar. A primeira abordagem a ser estudada será aquela que traça linhas de pobreza, parâmetro largamente utilizado na literatura econômica. Com este fim, serão analisados conceitos dos autores que defendem o padrão como ideal para a medição da pobreza.

Pobreza absoluta e relativa serão discutidos e apresentados exemplos de como programas governamentais de cunho assistencial os utilizam ao definir as estratégias dos mesmos. Analisados os conceitos de pobreza e indigência, procurar-se-á mostrar a diferença entre linha de pobreza e indigência, conceitos que se entrelaçam, mas não se confundem. Para traçar os conceitos, serão trazidas à luz, para debate, as várias definições do que vem a ser linha de pobreza e de indigência.

A pobreza, com ênfase nas necessidades básicas, será outro ponto de análise, outra forma, de definir o padrão de pobreza, sendo necessário analisar o que são essas necessidades e como elas podem se apresentar de diferentes formas, de acordo com a população em foco e hábitos, valores sociais, culturais e outros.

A definição de pobreza e desigualdade serão debatidas, tendo tal análise à finalidade de demonstrar que estes são conceitos distintos, apesar de possuírem uma ligação direta entre si. Apresentar-se-ão formas de mensurar a pobreza, e utilizar-se-á índices que medem a

incidência, intensidade e desigualdade de renda e refletem a situação da pobreza no Brasil entre 1990 e 1999.

Como fechamento do primeiro capítulo, haverá críticas aos conceitos monetários na aferição da pobreza, e se procurará demonstrar que só a medição da renda não serve de modo satisfatório para a definição de pobreza, apesar do papel decisivo no processo. Nessa análise utilizar-se-á referências que apontam limitações existentes nessa abordagem da pobreza. Proceder-se-á, então, a análise descritiva das abordagens da pobreza, baseadas na renda e no referencial teórico de Amartya Sen, e referências subseqüentes, que têm como foco principal as capacitações do indivíduo na medição da pobreza.

No segundo capítulo haverá a caracterização e a avaliação da pobreza nos municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul e será realizada comparação com municípios menos pobres do Estado. A escolha da região Centro-Sul, para análise da pobreza, ocorreu em função da discussão em relação às regiões e municípios do Estado do Rio Grande do Sul, localizados e situados entre os mais pobres. Os municípios da região são os definidos pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social – COREDES, e definido como Corede Centro-Sul formado por dezesseis municípios. O período da análise serão os anos 1991 e 2000, que nos permitirá através de um método comparativo e estatístico, avaliar a pobreza nas populações desses municípios, bem como compará-la com a dos municípios menos pobres do Estado. A escolha dos municípios menos pobres ou mais ricos do Estado do Rio Grande do Sul foi realizada a partir do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE dos municípios. Como o IDESE é composto por quatro blocos formados por renda, educação, saneamento e saúde, optou-se pela ordem dos municípios relacionados pelo IDESE – Renda de 2001. Desta forma, estudaram-se, entre os vinte municípios menos pobres, os dezessete municípios que possuem informações disponíveis em 1991 e 2000.

Para a escolha dos indicadores utilizados na análise, identificaram-se, na literatura, aqueles índices utilizados pelos autores que conceituam pobreza no Brasil e no Rio Grande do Sul como insuficiência de renda. Assim, a análise da pobreza de renda é realizada a partir dos indicadores monetários que ressaltam os aspectos da incidência e intensidade da pobreza e da desigualdade de renda. Entre as formulações sugeridas por Amartya Sen para avaliação e análise da pobreza será utilizada àquela que faz abordagem direta e realiza comparações parciais utilizando indicadores de renda e indicadores de pobreza e desigualdade de renda ressaltando algumas capacitações. Esses indicadores destacam aspectos qualitativos da pobreza como a educação, a saúde e o saneamento básico nos municípios e região Centro-Sul e dos municípios menos pobres do Estado do Rio Grande do Sul. Para complementar a análise

e avaliação da pobreza, incorporaram-se aspectos socioeconômicos e do desenvolvimento humano dos dois grupos de municípios, através dos índices IDESE dos municípios e o IDH-M que é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, respectivamente.

O capítulo se dividirá em três sessões. A primeira retratará a região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, através da análise de dados demográficos. Na segunda parte, haverá a medição da incidência e intensidade da pobreza da região, bem como a análise da questão da desigualdade de renda. Para tal, serão utilizados indicadores monetários e de desigualdade de renda, para haver entre eles, posteriormente, a comparação. Também será realizado estudo comparativo, na terceira seção, entre os indicadores de pobreza e de desigualdade com os de educação, saúde e saneamento básico, bem como se procederá a análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) dos municípios da amostragem e o Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH-M). Os indicadores utilizados serão apresentados no Anexo Z.

No terceiro e último capítulo, apresentar-se-á os indicativos de políticas que possam minorar a pobreza na região Centro-Sul do Rio Grande do Sul. De forma separada, e em indicativos de políticas para a Educação, Saúde e Saneamento Básico, bem como aumento do Capital Social. Devido ao grande número de sugestões que poderiam ser apresentadas para as melhorias nessas áreas, será dada preferência para o estudo e análise daquelas que se aplicam às questões mais emergenciais vividas por aqueles municípios. O método é o analítico-descritivo, onde se apresentam as políticas e sua importância nas soluções de problemas da região e de seus municípios. Evitar-se-á centralizar o foco das constatações de forma específica a cada município, ainda que a análise realizada no capítulo anterior, venha demonstrar características inerentes a cada um, seja em relação à pobreza de renda e/ou de capacitações.

Ao final dos capítulos haverá o fechamento do estudo com apresentação de conclusão e analisada a utilização dos indicadores de capacitação como parâmetro satisfatório para avaliação e qualificação da pobreza, bem como os resultados de sua aplicação na pesquisa realizada nos municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, com a discussão das propostas para melhorar os níveis da educação, saúde e capital social da região analisada nesse trabalho e o significado dessas políticas na solução dos problemas relacionados à pobreza da região.

1 CRÍTICAS AOS CONCEITOS MONETÁRIOS DE POBREZA

O objetivo deste capítulo é demonstrar a importância das avaliações multidimensionais da pobreza e as limitações dos conceitos monetários, atualmente utilizados para mensurar a pobreza. Na seção 1.1 serão apresentados os principais conceitos de pobreza, avaliando a importância da renda como indicador de bem-estar, bem como as demais medidas mais utilizadas, dentro desse enfoque, na mensuração da pobreza. Na seção 1.2 serão apresentadas as principais críticas realizadas aos enfoques monetários utilizados para a abordagem da pobreza. Na seção 1.3 realizar-se-á uma análise das abordagens estudadas e que justificam a opção de pesquisa.

1.1 Conceitos de Pobreza

A pobreza pode ser analisada de forma diversa, entre países e regiões, dentro de um mesmo país ou de um estado desse país, considerando o nível de desenvolvimento socioeconômico alcançado e suas especificidades. Para definir o conceito de pobreza e realizar a escolha de procedimentos de mensuração adequados é necessário analisar cada realidade específica e identificar os traços essenciais da pobreza: se ela é generalizada ou é localizada geograficamente; quais são seus determinantes; se é crônica ou está associada a mudanças conjunturais econômicas ou tecnológicas; se tipicamente envolve aspectos específicos como a subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade ou se é mais geral; se é urbana ou rural, se é caracterizada por intensidade ou incidência das múltiplas privações dos pobres. Essa percepção preliminar do que seja a pobreza num contexto determinado é essencial a fim de estabelecer um quadro de referência para a análise e aplicação de políticas sociais. Em outras palavras, trata-se de adotar os conceitos e os instrumentos de medição que pareçam os mais apropriados para um contexto específico.

Conforme descrito no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (WDR, 2000/2001,

p.15), “ser pobre é passar fome, carecer de habitação e vestuário, estar doente e não ser tratado, ser analfabeto e não ter escolarização”. Esse relatório também amplia a noção de pobreza incorporando aspectos de vulnerabilidade e exposição a riscos, falta de influência e poder que restringem a vida que as pessoas desejam ter. Isso é o que Amartya Sen (2000, p. 95) chama de “capacitações inerentes à pessoa, ou seja, as liberdades substantivas de que desfruta para levar a vida que ele prefere”.

Entre os estudos pioneiros que deram origem ao conceito de pobreza está o de Seebohm Rowntree, publicado em 1901, o qual calculou que 10% da população da cidade de York na Inglaterra, em 1899, viviam em pobreza, que significava estar abaixo do nível mínimo de despesa indispensável. Rowntree definiu pobreza como insuficiência de renda, baseada em parâmetros necessários para obter o mínimo necessário para a manutenção da eficiência meramente física dos indivíduos incluindo alimentos, aluguel e outros itens. Um século após, no início do século vinte um, o Banco Mundial calcula que um quarto da população do mundo em desenvolvimento, cerca de 1,2 bilhões de pessoas, vive com menos de 1 dólar por dia, que é um parâmetro (linha inferior) aplicado a países de renda baixa, enquanto a (linha superior) de 2 dólares é aplicada a países de renda média.

Na literatura econômica existe uma enorme variedade de entendimentos a respeito do que seja ser pobre e sobre essas perspectivas, é que nas subseções seguintes examina-se um conjunto de autores para os quais a renda é a principal referência de bem estar. As medidas de mensuração da pobreza, que serão extraídas dos estudos realizados, são aquelas que ressaltam estes aspectos exercidos pela renda destacando essencialmente a incidência da pobreza.

1.1.1 Pobreza como Insuficiência de Renda e Consumo

A ótica da insuficiência de renda define como pobres todos aqueles indivíduos que possuem menos recursos do que aqueles considerados necessários para atender as suas necessidades de sobrevivência. Este conceito está usualmente associado a medidas de ‘linhas de pobreza’. Há dificuldades empíricas na definição desse conceito, devido ao critério de determinação de quem é pobre e qual a distinção entre os que estão mais próximos e mais distantes da linha de pobreza, principalmente no quanto pobres são os pobres. Como vamos determinar as carências existentes para diferentes casos? Pessoas pobres com renda próxima da definida pela linha de pobreza, podem ter alimentação, vestuário e uma moradia familiar,

por exemplo, enquanto outras, um pouco mais distantes desta linha, estarão em situação de completa penúria. A medida de linha de pobreza está respaldada por um conceito que privilegia a incidência da pobreza, isto é, o número de pessoas pobres apenas, sem levar em contas a intensidade da pobreza, ou seja, não considerando o quão pobres elas realmente são. A pobreza analisada pela insuficiência de consumo é estabelecida também pela falta de renda e os pobres são identificados como aqueles que não têm os recursos necessários para satisfazer as exigências de alimentação. Há também aqui neste conceito, o problema de levar em conta a intensidade da fome das pessoas, o modo como se alimentam ou não, e o quanto falta de calorias e micronutrientes nessa alimentação para atingir uma nutrição desejável.

Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 22) argumentam que a pobreza “refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”. Para estes autores trata-se de uma circunstância econômica na qual uma pessoa ou um grupo de pessoas carece de recursos básicos para satisfazer as mínimas necessidades de assistência médica, alimentação, moradia, vestuário e educação. A renda ou a insuficiência dela é então o aspecto determinante na definição dos que são pobres. É interessante notar como este conceito utilizado pelos autores chega próximo ao conceito de ‘Necessidades Básicas’, particularmente importante na década de 70 por ampliar a idéia de padrão de vida para incluir bens públicos. No entanto, os autores defendem uma abordagem unidimensional a reduzir todos estes aspectos a valores monetários.

Conforme artigo apresentado na Revista Brasileira de Economia – RBE, Romão (1982, p. 357) afirma que os conceitos de pobreza se enquadram numa das seguintes categorias: “a pobreza como juízo de valor (subjetivo), a pobreza relativa e a absoluta (objetivo)”. Os subjetivos referem-se à pobreza como juízo de valor ou sentimento do indivíduo a respeito do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades ou ainda do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. Segundo o autor, de modo particular entre os necessitados, o sentimento de pobreza varia segundo a própria situação, assim como o que se sabe a respeito da renda e do consumo de outros grupos em uma população. Ainda que seja abstrata esta noção de sentimento da pobreza, o que os necessitados sentem a respeito da sua situação em relação à renda e consumo dos outros grupos também tem importância neste conceito.

Rocha (2003, p. 9-10) entende a pobreza “como um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de

forma adequada”. Ela especifica a sua visão afirmando que depende basicamente do padrão de vida e da forma como diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Salienta que ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Esse padrão mínimo de vida mencionado pelos autores acima está relacionado a um mínimo de renda que permita a sobrevivência e bem-estar dos indivíduos. A insuficiência de renda é, no entendimento desses autores, a variável preponderante na análise das privações do ser pobre, daí o uso de um padrão ou linha de referência definida na literatura econômica como uma linha de pobreza e de medidas que destacam a insuficiência de renda e de consumo.

1.1.2 Pobreza Absoluta e Relativa

A pobreza absoluta está relacionada àquelas pessoas que não conseguem atender o mínimo de suas necessidades alimentares. As conseqüências imediatas disso são a fome, a perda de peso nos adultos e o aparecimento de problemas no desenvolvimento das crianças. A desnutrição, principalmente devido à falta de alimentos energéticos e proteínas, aumenta nas populações afetadas e cresce a taxa de mortalidade; as crianças e os velhos são os mais atingidos. Estas mortes são causadas, em parte, pela fome, mas também pela perda da capacidade de combater as infecções, devido à generalidade da pobreza absoluta.

O Programa Fome Zero do atual governo, apesar de entender que o principal problema da pobreza no Brasil (2002, p. 69) é o “acesso da população à alimentação e outros bens de consumo”, e ainda utilizar dados e indicadores antropométricos para identificar a população que não se alimenta em quantidade e qualidade adequada, estima a população carente pela renda. Portanto o Programa parte do pressuposto de “que a insuficiência da renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem em quantidade adequada”.

Segundo Romão (1982, p. 361), “o mais importante nesta definição é a destituição absoluta que é o mais evidente de seus requisitos. Sem esta noção de destituição absoluta, o conceito de pobreza perde muito de seu valor e se torna indefensável em termos teóricos”. Para o autor a linha de pobreza deve ser definida com base nos requisitos nutricionais mínimos da dieta – quanto à alimentação – e em algum valor aproximado para a renda gasta nos requisitos mínimos, quanto aos outros itens. O autor reconhece as dificuldades inerentes a

este conceito, entre as quais, a definição de requisitos nutricionais mínimos, que oscilam de pessoa a pessoa, dependendo do clima, das condições de trabalho, do físico etc.; e a questão custos que envolvem a escolha de produtos que iriam constituir a dieta mínima em contraposição aos hábitos alimentares das pessoas e as exigências alimentares mínimas.

O conceito de pobreza relativa apresenta uma noção mais ampla da pobreza e está vinculado à exclusão social. Ser pobre é estar excluído, não participar das decisões que envolvem seu próprio destino, como por exemplo, não ter acesso à política, à justiça e ao poder de organizar a sua vida, aos mecanismos de financiamento, ao emprego, à saúde, à educação e à moradia etc.

O conceito de pobreza relativa, definida por Romão (1982, p.358), descreve situações “em que as pessoas têm menos de algum atributo desejado, seja renda, condições favoráveis de emprego ou poder, do que outros”, e é similar àquele definido por Barros, Henriques e Mendonça (2000) no qual, entre os atributos, destaca-se a renda. Entretanto, Romão esclarece que o uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade com o mesmo significado é errôneo e se deve à dificuldade de operacionalizar conceitos difíceis como poder, participação social, que estão presentes na noção de pobreza relativa. Ainda que haja uma aproximação, o conceito de pobreza relativa, para o autor, não equivale ao de desigualdade, devendo ambos ser estudados de forma distinta. Romão entende que o conceito de pobreza relativa é incompleto no sentido que não considera aspectos da privação absoluta como a inanição e subnutrição, por exemplo, o que deveria ser um requisito de qualquer conceituação de pobreza; e o conceito de pobreza absoluta fixa um padrão de vida, a partir de convenções da sociedade, mas não de acordo com comportamento ou juízo de valores. A conclusão a que chega este autor é que os pobres são todos aqueles que estão abaixo da linha de pobreza e não possuem um padrão mínimo, em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário, etc. Quando falamos de valores muito baixos, chegamos ao conceito de indigência.

1.1.3 Conceitos de Linha de Pobreza e de Indigência

De acordo com o Programa Fome Zero (2002, p.70) “indigente é a população cuja renda familiar *per capita* não alcança o valor de uma cesta de alimentos, de menor custo a partir do consumo observado das famílias pobres nas regiões metropolitanas e faz-se alguns ajustes para que esta cesta represente o valor calórico recomendado pela FAO/OMS”. Esta

cesta, ainda que definida regionalmente, é a referência ou o parâmetro chamado linha de indigência, enquanto a linha de pobreza é definida “considerando a renda necessária para suprir as necessidades básicas, entre as quais a alimentação ou custo de vida e calcula-se, então, a proporção de pobres que têm renda abaixo dessa linha. As duas linhas têm como referência a insuficiência de renda” (Fome Zero, 2002, p.69).

Rocha (2003, p. 12-13) faz a distinção entre essas duas linhas, a linha de indigência e a linha de pobreza, afirmando que indigentes “são um subconjunto dos pobres cuja renda é inferior à necessária para atender apenas as necessidades nutricionais, enquanto os pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade”. Para Rocha (2003, p. 12), trata-se de:

estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha da pobreza.

Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 23) entendem que a linha de indigência refere-se também à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, enquanto a linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes.

A definição de linhas de indigência e de pobreza a partir de um consumo mínimo necessário apresenta dificuldades empíricas, seja pela definição da composição da cesta básica alimentar e pela escolha de preços adequados por produtos (apesar de haver parâmetros universais relativos às necessidades nutricionais essenciais). Quando se trata de definir as demais necessidades não alimentares como habitação e vestuário, por exemplo, também não se dispõe de parâmetros de consumo, o que dificulta o estabelecimento de um valor mínimo essencial. Esta é a razão pela qual Rocha (2003, p.13-14) entende que o estabelecimento de um valor associado ao atendimento de todas as necessidades básicas, sejam alimentares e não-alimentares, seja cercado de controvérsias.

Uma linha de pobreza pode ser definida pela natureza biológica da pobreza, pelas necessidades básicas, salário mínimo e pela noção conjunta de pobreza relativa/absoluta.

Deste modo:

Ainda que houvesse um sistema pertinente teórico coerente subjacente ao conceito de pobreza, continuaria a persistir a questão da distinção prática entre o pobre e o não-pobre: qual seria o limiar de renda adequado a ser considerado se, por exemplo, a abordagem da renda absoluta fosse o conceito pertinente; ou, então, que medida sumária a ser escolhida, se aceito o enfoque relativo da pobreza? Vários problemas de mensuração surgem num caso e noutro, não existindo consenso entre os estudiosos da pobreza quanto à linha ótima da pobreza num sentido preciso, ou a uma medida relativa “ótima” no sentido de que melhor refletisse a posição relativa dos pobres (ROMÃO, 1982, p.356).

Para Rocha (2003, p.14), quanto mais rica a sociedade, mais o conceito relevante de pobreza se distancia do atendimento às necessidades de sobrevivência. Nos países desenvolvidos, onde o mínimo para a sobrevivência já é garantido a quase todos, embora se possa definir uma “cesta básica”, ela passa a ser irrelevante.

Contrariamente às linhas de pobreza associadas ao valor de cestas de consumo, as linhas de pobreza relativas estão estreitamente relacionadas às questões de distribuição de renda. A concepção da autora se vincula ao fato de que o objetivo social é, além do aumento da riqueza, a distribuição cada vez mais equitativa dos frutos do crescimento econômico.

Neste sentido, a linha de pobreza relativa se articula às questões de bem-estar social, não específicas à população pobre, de distribuição de renda e à mensuração das desigualdades de renda como indicador de bem-estar da sociedade como um todo.

A linha de pobreza relativa passa, desta maneira, pela definição de um valor que expresse o nível de vida preponderante em uma sociedade. Normalmente este valor é estabelecido com base na renda média ou mediana do conjunto da população, desvinculado, portanto do poder de compra ou do nível de bem estar que é capaz de proporcionar de fato.

Na Tabela 1, apresenta-se uma das linhas de pobreza relativas utilizadas pela União Européia, que corresponde a 60% do rendimento mediano em cada país-membro.

TABELA 1

Linhas e incidências de pobreza na União Européia (países selecionados – 1995)

Países	Linha de pobreza (ECU mil)	Proporção de pobres(%)
Alemanha	14,0	10,7
Dinamarca	16,8	10,0
Espanha	7,5	23,9
França	12,8	20,5
Inglaterra	11,2	21,4
Portugal	6,3	17,0

Fonte: EUROSTAT

Analisando a Tabela 1, observa-se que a linha de pobreza relativa de Portugal é aproximadamente metade da linha na França, o que significa que um indivíduo não-pobre em Portugal poderia ser considerado pobre na França. Para Rocha (2003), há um equívoco nesta análise de incidência da pobreza, porque a proporção de pobres em Portugal é inferior à obtida para a França ou Inglaterra. Ressalta que estas comparações quanto à incidência são enviesadas.

Com o mesmo enfoque o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adota o valor correspondente a 50% da renda mediana como linha de pobreza nos países industrializados (*Human development report, 1997*), com exceção dos Estados Unidos, que desde 1965 fixa esse valor com base no custo de uma cesta alimentar. Esse valor foi multiplicado por três, devido à despesa alimentar corresponder à cerca de 1/3 da despesa total das famílias (ORSHANSKY, 1965).

As linhas de pobreza americanas variam em função do tamanho da família, número de crianças, idade e gênero do chefe da família, e residência urbana ou rural. Seus valores são ajustados desde 1960, servindo de parâmetro aos programas americanos de combate à

pobreza. O valor anual para famílias de uma pessoa e de duas pessoas era de, respectivamente, US\$ 8.350 e US\$ 10.748, em 1997, (pessoas adultas de menos de 65 anos).

Para o Brasil, nos anos oitenta, foi definido o patamar de 1/3 do PIB *per capita* (HICKS e VETTER, 1983), o que, em 2000, corresponderia a R\$ 1.200,00 ou R\$100,00/pessoa/mês. Observe-se que a linha de pobreza determinada dessa forma é um valor arbitrário, um tanto superior ao patamar de meio salário mínimo, então de R\$ 75, 00, naquele mesmo ano, também utilizado como linha de pobreza no Brasil.

Rocha (2003, p.17-19) entende que num país como o Brasil onde há um grande contingente populacional desprivilegiado, a abordagem da pobreza absoluta ainda é relevante. Em função da disponibilidade de dados, utilizar linhas de pobreza absolutas definidas a partir da composição do consumo observado em populações de baixa renda é um procedimento adequado para delimitar como indigentes e como pobres subpopulações a serem objeto de políticas públicas específicas. Assim, os indivíduos definidos como indigentes ou pobres seriam caracterizados exclusivamente quanto à insuficiência de renda para atender o consumo mínimo. Isso implicaria que os indigentes não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer inferências sobre o seu estado nutricional. Entretanto, a associação da pobreza à desnutrição é uma abordagem operacional que pode ser analisada e medida em relação à incidência, através de indicadores físicos da população. A autora considera que informações antropométricas relativas ao baixo peso entre os adultos, e baixa estatura para a idade entre crianças, além de taxas de mortalidade elevadas, são indicadores adequados às condições de pobreza extrema. Este enfoque pode ser aplicado a países muito pobres ou a países onde a pobreza, em média, tem uma incidência de pobreza que não é crítica, ficando claro que essa abordagem baseada em indicadores antropométricos se refere à noção de pobreza absoluta.

1.1.4 Pobreza e Necessidades Básicas

De acordo com o Relatório do Banco Mundial (WDR, 2000/2001, p. 34), a pobreza analisada pelo enfoque das necessidades básicas, explica-se pela falta de renda e de recursos para atender necessidades básicas de alimentos, habitação, vestuário e níveis aceitáveis de saúde e educação.

A linha de pobreza adotada pelo Programa Fome Zero é definida considerando uma renda que atenda não só as necessidades alimentares como não alimentares que compõem o custo de vida, como saúde, moradia e educação, por exemplo.

Para Romão (1982, p.362), o conceito de pobreza considerando as necessidades básicas deve incluir: alimentação, moradia e vestuário adequados, além de alguns serviços essenciais como água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Em outras palavras, este conceito enfatiza a mobilidade de recursos específicos para grupos-alvo especiais, identificados como carentes nessa área.

Adotar a abordagem das necessidades básicas significa, segundo Rocha (2003, p .20), ir além daquelas necessidades como: alimentação para incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação, aprender a ler e escrever, educação primária ou secundária completa etc., dependendo. é claro, da situação de cada sociedade. Isto demonstra que é possível levar em conta o conceito de pobreza relativa quando a abordagem é a das necessidades básicas.

Há um amplo escopo para julgamentos de valor associados à definição das necessidades básicas, a forma de ordenar os pobres em função do número de necessidades não atendidas e a ponderação relativa atribuindo a cada uma das necessidades consideradas. Essa abordagem das necessidades básicas opõe-se à abordagem da linha de pobreza em três aspectos:

Em primeiro lugar, ela abandona a renda como indicador de bem-estar, bem como a adoção de parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida e não em termos de insumos ou instrumentos. Assim, não se trata de utilizar como indicador de saúde o número de médicos por mil habitantes, o número de leitos hospitalares ou o gasto público em saúde, mas os resultados efetivos em termos de redução da morbidade e da mortalidade, e de aumento da esperança de vida.

Em segundo lugar, a abordagem das necessidades básicas se diferencia daquela da linha de pobreza por estabelecer objetivos e medir resultados para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre.

Em terceiro lugar, a abordagem das necessidades básicas, contrariamente à abordagem da renda, dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências.

De forma operacional, isto implica na implementação de políticas que privilegiem a complementaridade no combate aos diferentes aspectos da pobreza, tendo em vista que a melhoria do bem estar social deve ser mais do que o resultado da soma de atuações setoriais específicas e desvinculadas entre si.

1.1.5 Pobreza e Desigualdade Social

É comum encontrar na literatura econômica a noção de que há uma identificação entre pobreza e desigualdade. A pobreza e a desigualdade são conceitos distintos, mas podem estar ligados a processos comuns na prática. As abordagens predominantes, apresentadas dentro deste enfoque de análise, destacam os aspectos da pobreza absoluta e relativa, bem como os de pobreza como desigualdade. A inclusão do conceito de desigualdade, tal como retratado na literatura sobre pobreza, considera principalmente a renda como parâmetro que explique a privação dos pobres.

Assim, a sociedade está dividida em classes sociais, pobres e não-pobres, pobres e indigentes e diversas categorias de não-pobres.

Para Oliveira (2001, p. 11), pode existir uma sociedade pobre e ao mesmo tempo igualitária; e, por outro lado, pode haver uma sociedade onde não existam pobres, mas com alto grau de desigualdade. Entretanto, quando há desigualdade máxima, onde um indivíduo detém toda a renda e os demais são pobres, sem nenhuma renda (renda zero), mostra-se a ligação entre desigualdade e pobreza, sem, no entanto haver a identidade entre elas.

A análise da desigualdade no Brasil, realizada por Barros, Henriques e Mendonça (2000), utilizou quatro medidas tradicionais: a) o coeficiente de Gini; b) o índice de Theil; c) a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres; e d) a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres. Os dois primeiros índices são utilizados para estimar a desigualdade da distribuição de renda; no caso de perfeita igualdade da distribuição esses dois índices são iguais a 0 (zero).

Em uma situação de máxima desigualdade, ou seja, quando um indivíduo se apropria de toda a renda, os dois índices são iguais a 1 (um). Todos os dois índices obedecem à condição de Pigou-Dalton, propriedade desejável de uma medida de desigualdade.

Segundo essa condição, uma transferência regressiva de renda ou uma série de tais

transferências sempre aumenta o grau de desigualdade. Entende-se transferência regressiva “subtrair um montante de renda de uma pessoa e acrescentá-lo à de uma outra pessoa que, anteriormente, tinha renda igual ou maior do que a primeira” (HOFFMANN, 1998, p.53). As duas medidas correspondem a distintas razões entre segmentos extremos da distribuição de renda traduzindo, em termos econômicos, uma noção de justiça ou injustiça social.

TABELA 2

Evolução temporal dos indicadores da desigualdade de renda

ANO	Coefficiente de GINI	Índice de THEIL	Razão entre a Renda Média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	Razão entre a Renda Média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres
1977	0,62	0,91	27,5	26,8
1978	0,60	0,74	31,3	25,0
1979	0,60	0,74	32,9	25,2
1981	0,59	0,69	24,0	21,8
1982	0,59	0,71	25,6	23,0
1983	0,60	0,73	25,7	23,5
1984	0,59	0,71	23,6	22,4
1985	0,60	0,76	25,5	23,6
1986	0,59	0,72	24,0	22,1
1987	0,60	0,75	27,6	24,4
1988	0,62	0,78	30,9	27,2
1989	0,64	0,89	34,3	30,4
1990	0,62	0,78	31,2	26,9
1992	0,58	0,70	26,7	21,8
1993	0,60	0,77	28,8	24,5
1995	0,60	0,73	28,0	24,1
1996	0,60	0,73	29,8	24,6
1997	0,60	0,74	29,2	24,5
1998	0,60	0,74	28,6	24,2
1999	0,60	0,72	27,2	23,3

Fonte: PNADs de vários anos.

Notas: Os índices de Gini e Theil medem o grau de desigualdade na distribuição de renda.

A distribuição utilizada foi a de domicílios segundo a renda domiciliar *per capita*.

Conforme Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 38-40), todos indicadores revelam um alto grau de desigualdade, sem qualquer tendência ao declínio. O grau de desigualdade observado em 1999 é similar ao do início da série, no final da década de 70. O grau de desigualdade é estável em quase todo período, exceto por uma flutuação ascendente no final da década de 80. Entre 1986 e 1989, o grau de desigualdade apresenta crescimento acelerado, atingindo níveis extremos, devido a instabilidade macroeconômica de 1989: o coeficiente de Gini chega a 0,64 e o coeficiente de Theil a cerca de 0,89; os 10% mais ricos recebem uma renda média cerca de 30 vezes superior à dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres alcança o múltiplo de 35. A análise do período 1977/1999 revela, de forma contundente, que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha à sociedade brasileira ao longo de todos esses anos.

1.1.6 Mensuração da Pobreza

Para Hoffmann (1998, p.217), deve-se observar que “a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida das pessoas ou famílias, embora seja nas economias de mercado, a melhor medida isolada dessas condições”. Na presente dissertação, são utilizadas algumas medidas sugeridas por Hoffmann, as quais são conceituadas e apresentadas no anexo deste trabalho.

Uma primeira medida baseada em dados sobre a renda das pessoas ou das famílias é a proporção de pobres (H). Conhecido o valor referente à linha de pobreza, a proporção de pobres é calculada a partir da identificação do número de pessoas que têm renda abaixo deste valor em relação à população total. Hoffmann (1998, p.220) afirma que “essa é uma medida que capta apenas a extensão da pobreza, sendo insensível à intensidade da pobreza”. Mesmo que um pobre tivesse redução da sua renda isso não afetaria a proporção de pobres.

Uma segunda medida utilizada é a insuficiência de renda (I) que é calculada a partir do hiato médio de renda (P^1). Calculando-se a renda média dos pobres (m) e o quanto ela representa em relação à linha de pobreza tem-se o hiato médio de renda, que é então a relação entre a renda média dos pobres (m) e a linha de pobreza (z). Sendo a linha de pobreza igual a 1(um) e subtraindo o hiato médio de renda tem-se então a insuficiência de renda. Para Hoffmann (1998, p. 221), “dados os valores de z e m, o valor da razão de insuficiência da

renda é insensível ao número de pobres. As medidas H e I apresentam defeitos e qualidades complementares. Enquanto H é insensível à intensidade da pobreza de cada pessoa, medida pela insuficiência de renda, I é insensível à extensão da pobreza”.

Uma terceira medida de pobreza é o índice FGT, também chamado de hiato de renda quadrático médio (P^2), que leva em consideração tanto a extensão quanto a intensidade da pobreza, e a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres.

Estas medidas são apresentadas a seguir, por meio de algumas tabelas e gráficos demonstrando a situação da pobreza brasileira durante o período de 1990 a 1999. Na Tabela 3, apresenta-se a evolução da linha de indigência e de pobreza da região metropolitana de São Paulo como referência para o Brasil, no período de 1977 a 2001.

TABELA 3

Evolução temporal da indigência e da pobreza no Brasil *

Ano	Indigência			Pobreza		
	Percentual de indigentes	Hiato médio da renda	Número de indigentes (em milhões)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Número de pobres (em milhões)
1977	17,0	6,1	17,4	39,6	17,2	40,7
1978	21,8	10,2	23,2	42,6	21,0	45,2
1979	23,9	11,6	26,0	38,8	16,9	42,0
1981	18,8	7,2	22,1	43,2	19,5	50,7
1982	19,4	7,4	23,4	43,2	19,8	52,0
1983	25,0	9,8	30,7	51,1	24,5	62,8
1984	23,6	8,8	29,8	50,5	23,5	63,6
1985	19,3	7,1	25,1	43,6	19,7	56,9
1986	9,8	3,4	13,1	28,2	11,3	37,6
1987	18,5	7,2	25,1	40,9	18,7	55,4
1988	22,1	9,1	30,6	45,3	21,8	62,6
1989	20,7	8,5	29,3	42,9	20,6	60,7
1990	21,4	8,8	30,8	43,8	21,1	63,2
1992	19,3	8,6	27,1	40,8	19,7	57,3
1993	19,5	8,5	27,8	41,7	19,8	59,4
1995	14,6	6,0	21,6	33,9	15,3	50,2
1996	15,0	6,6	22,4	33,5	15,6	50,1
1997	14,8	6,3	22,5	33,9	15,4	51,5
1998	14,1	6,0	21,7	32,8	14,7	50,3
1999	14,5	6,1	22,6	34,1	15,4	53,1
2000	-	-	-	-	-	-
2001	14,6	-	-	33,6	-	-

Fonte: PNAD de 1977 a 1999 apud Barros, Henriques e Mendonça, 2000, p.24, atualizada pelo Ipeadata.

Nota:*As linhas de indigência e pobreza utilizadas foram as da região metropolitana de São Paulo.

Aqui se utiliza a concepção de pobreza, como insuficiência de renda e de consumo, onde a linha de indigência é o valor de uma cesta alimentar vinculada a um consumo mínimo em termos calóricos, enquanto a linha de pobreza inclui não só a alimentação, mas os demais gastos necessários à sobrevivência, como exemplo, habitação, transportes e saúde. Para Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.23), “significa que existem famílias vivendo com uma renda *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas”.

O grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos oitenta, quando a porcentagem de pobres em 1983 e 1984 ultrapassou a barreira dos 50% e as maiores quedas ocorreram devido aos impactos dos planos Cruzado e Real, onde a proporção de pobres se reduziu para níveis abaixo de 30 e de 35 %.

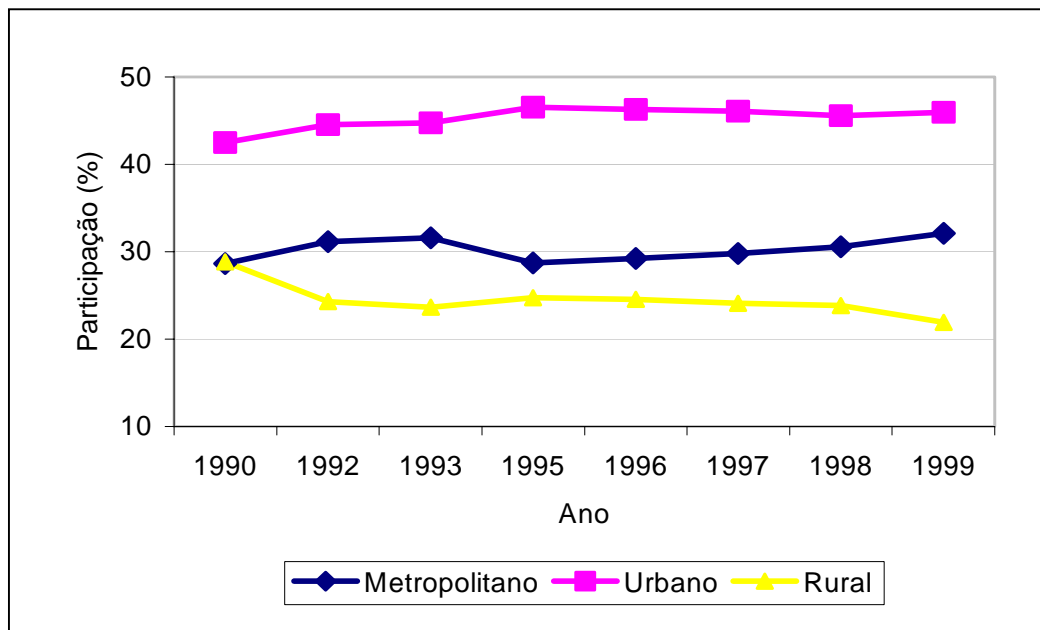
Cabe ressaltar que, em decorrência do Plano Real, há uma redução significativa no número de pessoas pobres, bem como há uma aproximação dos indigentes a linha de pobreza. Apesar da aparente estabilidade verificada através dos indicadores de mensuração apresentados, proporção de indigentes e de pobres, hiato médio de renda de indigentes e de pobres bem como no número de indigentes e de pobres, durante o Plano Real, ainda são considerados inaceitáveis para o Brasil. Constata-se que em 1999, cerca de 14% da população brasileira vive em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza.

Desse modo, cerca de 22 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres (incluindo os indigentes). Os indicadores apresentados a seguir retratam a evolução da pobreza enquanto insuficiência de renda no período de 1990 a 1999, onde se destaca de um lado, o papel desempenhado pela estabilização sobre a incidência de pobreza no Brasil e, de outro, a redução da pobreza rural no país.

TABELA 4

Proporção e número de pobres Brasil, segundo estratos – 1990-99

Brasil	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total – proporção	0,442	0,440	0,441	0,332	0,341	0,341	0,334	0,349
Nº(mil)	61.313	61.607	61.593	49.053	50.940	51.836	51.282	54.440
Participação no Brasil (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Metropol. – proporção	0,414	0,443	0,451	0,312	0,327	0,332	0,337	0,369
Nº(mil)	15.579	19.203	19.764	14.102	14.882	15.436	15.679	17.484
Participação no Brasil (%)	28,67	31,17	31,58	28,75	29,22	29,78	30,57	32,12
Urbano – proporção	0,400	0,402	0,404	0,312	0,315	0,313	0,301	0,318
Nº(mil)	26.049	27.425	28.024	21.816	23.567	23.896	23.362	25.016
Participação no Brasil (%)	42,48	44,52	44,77	46,51	46,27	46,10	45,56	45,95
Rural – proporção	0,568	0,527	0,516	0,415	0,434	0,428	0,416	0,403
Nº(mil)	26.049	27.425	28.024	21.816	23.567	23.896	23.362	25.016
Participação no Brasil (%)	28,85	24,31	23,65	24,74	24,52	24,12	23,87	21,93

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.**Nota: Em 1991 e 1994 não se realizou a Pnad.****GRÁFICO 1: Participação dos estratos no Brasil**

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.

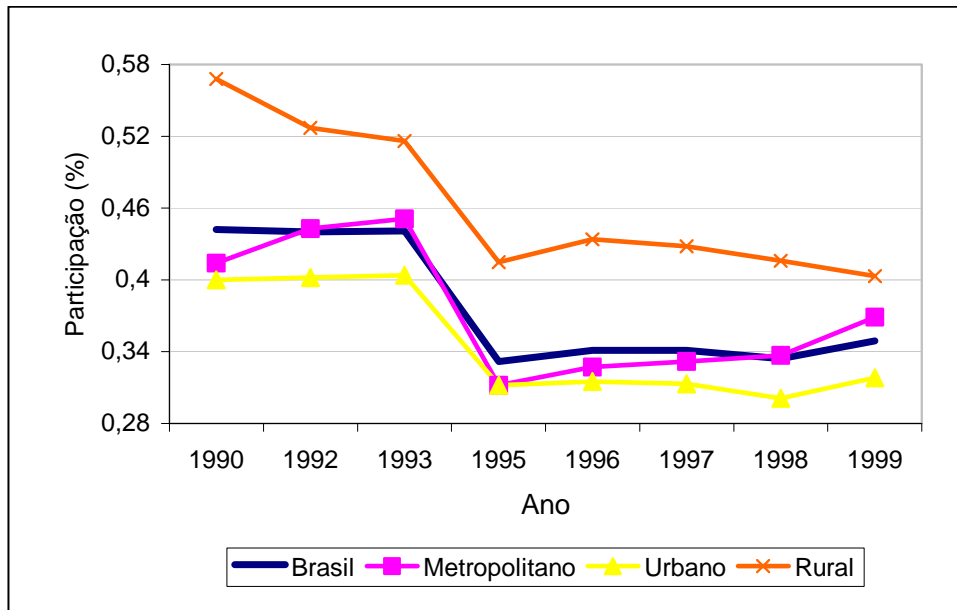


GRÁFICO 2: Proporção de pobres no Brasil

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.

Inicialmente, constata-se na Tabela 4 e Gráfico 2, que a proporção de pobres, em todo período para o Brasil é declinante, segundo essa perspectiva da insuficiência de renda, ainda que no final do período entre 1998 e 1999, com exceção da pobreza na área rural tenha um pequeno acréscimo.

Considerando os estratos de residência (Tabela 4 e Gráfico 1), a pobreza rural é aquela que apresenta uma queda mais acentuada na proporção de pobres com uma participação no Brasil se reduzindo de 28,85% para 21,93%. Por outro lado, o número de pobres nas áreas metropolitanas e urbanas, ainda que com pequena queda, apresenta crescimento de participação no país, nas áreas metropolitana e urbana.

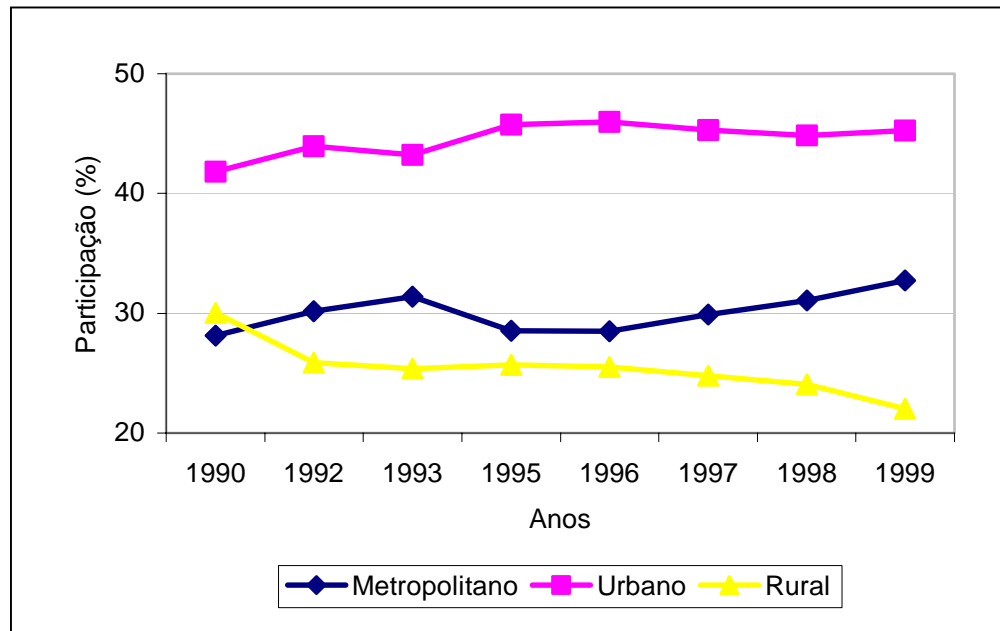
TABELA 5

Razão do hiato de renda Brasil, segundo estratos – 1990-99

Brasil	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	0,465	0,481	0,471	0,446	0,455	0,453	0,445	0,447
Participação no Brasil (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Metropol	0,457	0,465	0,469	0,443	0,444	0,454	0,453	0,456
Participação no Brasil (%)	28,14	30,15	31,40	28,55	28,48	29,90	31,09	32,72
Urbano	0,458	0,475	0,455	0,438	0,452	0,445	0,438	0,441
Participação no Brasil (%)	41,81	43,96	43,21	45,75	45,99	45,30	44,85	45,26
Rural	0,485	0,512	0,506	0,463	0,474	0,465	0,449	0,449
Participação no Brasil (%)	30,05	25,89	25,39	25,70	25,52	24,80	24,05	22,02

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.

Nota: Em 1991 e 1994 não realizou-se a Pnad.

**GRÁFICO 3: Participação dos estratos no Brasil**

Fonte: Pnad 1990 a 1999.

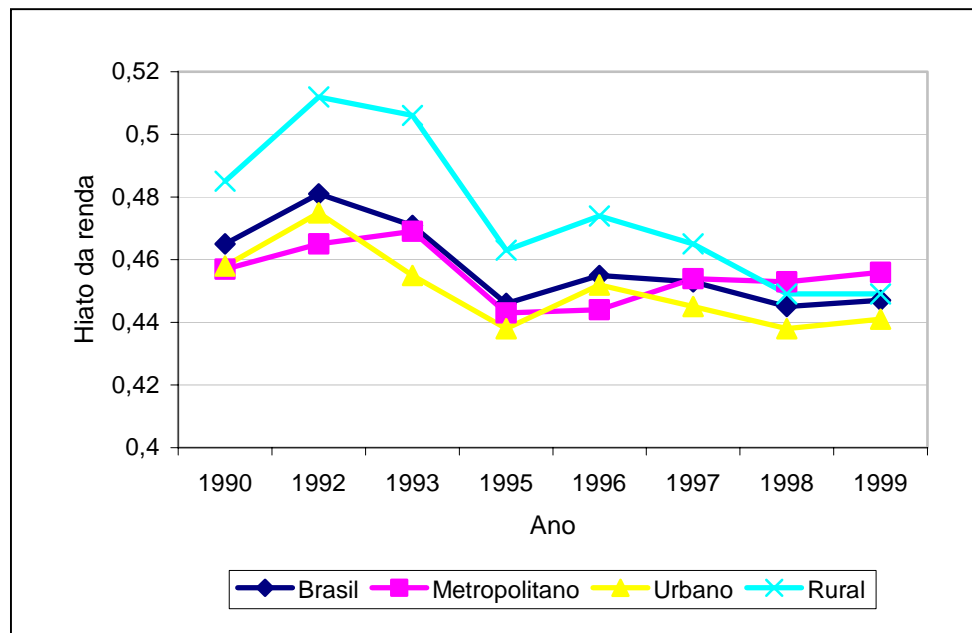


GRÁFICO 4: Hiato de renda no Brasil

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.

Enquanto a proporção de pobres para o país manteve-se estável entre 1990 e 1992, o indicador do hiato de renda revelou o agravamento da intensidade da pobreza neste período e uma pequena melhora em 1993. Existem, entretanto, algumas diferenças de comportamento do indicador por estrato, principalmente quando se consideram de forma simultânea as evoluções da proporção e do hiato. O fato dos dois indicadores aumentarem simultaneamente, como ocorre no estrato metropolitano entre 1990 e 1992, reflete as dificuldades da crise do início da década de noventa.

Aqui, cabe ressaltar que o movimento inverso entre a proporção de pobres e o hiato da renda significa, para Rocha (2003, p.116), que a incorporação de novos indivíduos ao contingente de pobres (aumento da proporção de pobres) tem o efeito de elevar a renda média dos pobres (redução do hiato da renda).

Apesar de entre 1993 e 1995 (Gráfico 4) ter ocorrido uma redução do hiato da renda em todos estratos, foi no estrato rural que ocorreu uma maior redução significando um aumento médio de renda neste segmento.

TABELA 6

Evolução da Desigualdade, do Crescimento e da Pobreza 1990/1998 (em%)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Parcela da Renda dos 50% Mais Pobres	12,75	13,63	13,13	12,50	11,28	12,22	12,26	11,95	11,26
Parcela da Renda dos 20% Mais Pobres	62,86	60,88	61,13	62,14	64,66	62,60	62,48	62,75	63,87
Índice de Gini	0,443	0,431	0,423	0,443	0,459	0,450	0,444	0,441	0,458
Crescimento do PIB <i>per capita</i>	-5,9	-1,3	-2,4	2,6	4,4	2,8	1,7	2,3	0,2
Proporção de Pobres	22,6	25,5	32,2	32,1	33,4	27,8	25,1	25,4	27,4

Fontes: PME-IBGE e IPEADATA

Para Neri, Considera e Pinto (1999, p. 391), “a desigualdade registra um forte declínio em 1990 e 1991 (quando comparado com início dos anos 80), e eleva-se em 1992, 1993 e 1994 como fruto da aceleração inflacionária observada”. Com o advento da estabilização, a desigualdade volta a declinar em 1995. Em 1996, observa-se a manutenção do *status quo* da desigualdade de renda, ainda que um pouco menor do que em 1994, a desigualdade de renda se manteve nos mesmos patamares até 1997, alcançando novamente em 1998, o mesmo nível de 1994.

TABELA 7

Razão do hiato quadrático* Brasil, segundo estratos – 1990-99

Brasil	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Total	0,206	0,135	0,131	0,092	0,098	0,097	0,093	0,097
Participação no Brasil (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Metropolitano	0,189	0,129	0,132	0,085	0,091	0,095	0,097	0,106
Participação no Brasil (%)	28,14	29,49	31,06	28,45	28,21	30,05	31,70	32,98
Urbano	0,183	0,121	0,114	0,084	0,090	0,087	0,082	0,088
Participação no Brasil (%)	41,81	43,70	42,67	45,69	45,80	45,12	44,81	45,42
Rural	0,275	0,178	0,171	0,120	0,132	0,126	0,114	0,110
Participação no Brasil (%)	30,05	26,81	26,27	25,86	25,98	24,83	23,49	21,60

***Índice sintético proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984).**

Fonte: Rocha, 2003, p. 113.

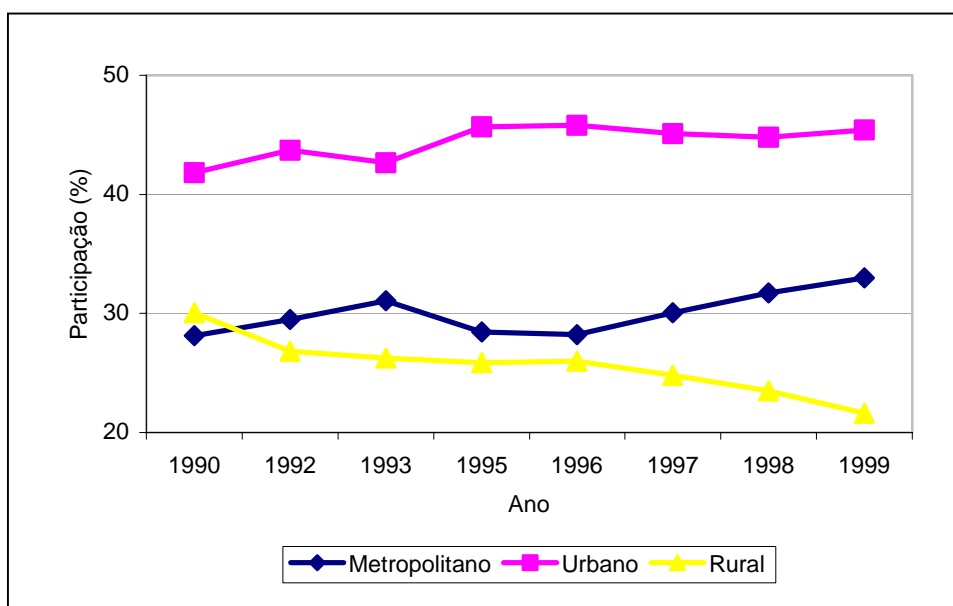


GRÁFICO 5: Participação dos estratos no Brasil

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.

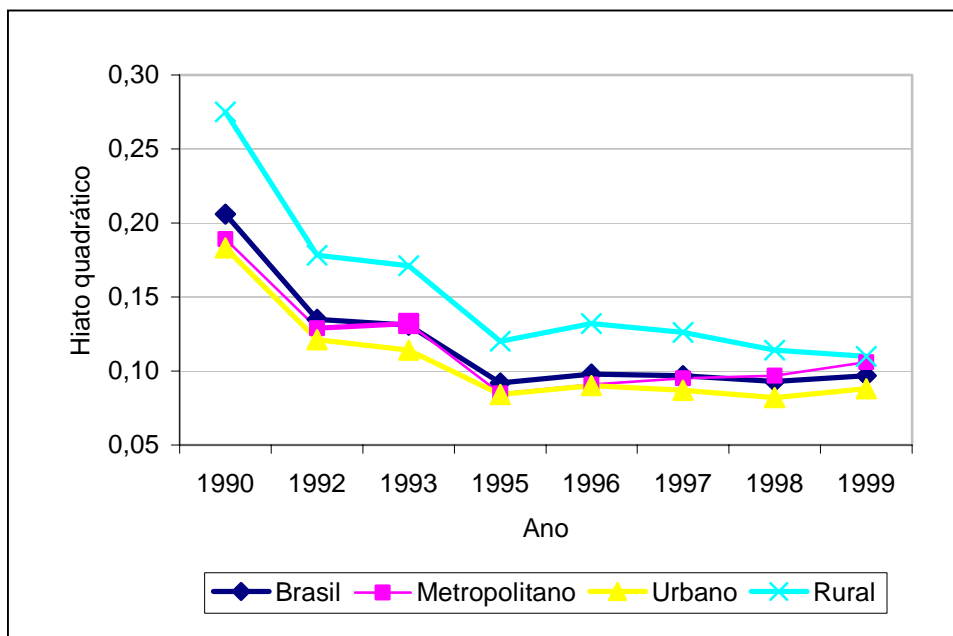


GRÁFICO 6: Hiato quadrático no Brasil

Fonte: Pnad de 1990 a 1999.

Quanto ao hiato quadrático, o resultado obtido revela uma mudança significativa e uma redução da desigualdade entre os pobres em todos os estratos, o que acaba por

compensar os resultados adversos dos dois outros indicadores sobre esse índice sintético de pobreza. Utilizando os índices de Néri, Considera e Pinto (1999), apresentados na Tabela 7, percebe-se que ocorreu uma redução em relação a 1994, que se manteve elevada até o final da década.

A evolução da pobreza no Brasil enquanto insuficiência de renda, sem realizar uma análise macroeconômica da política econômica implementada, conduz a algumas constatações com relação à crise do início dos anos noventa e subseqüentes. Em primeiro lugar, a crise cujo auge ocorreu entre o final de 1992 e início de 1993, não se repercutiu sobre os índices de pobreza de forma generalizada, pois o estrato rural teve resultados diferenciados em relação ao metropolitano e urbano. A segunda constatação se dá em nível espacial, onde as regiões metropolitanas são aquelas nas quais os efeitos da crise do início da década, sobre a pobreza, são mais sentidos.

O dinamismo de algumas áreas, como as áreas rurais de Minas Gerais e Espírito Santo, e das regiões Sul e Centro-Oeste, garantiu uma tendência de estabilidade levando a proporção de pobres a nível nacional, permanecer em níveis de 44% entre 1990-1993 com uma concomitante melhoria na razão do hiato e no hiato quadrático. Rocha entende que o fato de a crise recessiva ter ficado essencialmente limitada às áreas metropolitanas dessas regiões foi determinante para que apresentasse um bom desempenho no que tange à redução da pobreza absoluta no período, afetando os resultados globais para o país, em particular no que se refere à redução das desigualdades entre os pobres. A partir de 1994, com a implementação do Plano Real, a estabilização decorrente da contenção da inflação trouxe mudanças em termos de atividade econômica e de renda no país.

Entre os fatores que mais contribuíram para a redução da pobreza absoluta estão os aumentos do nível de renda e de distribuição do rendimento em relação ao verificado no período em 1993. Isto ocorreu devido, em parte, ao comportamento dos preços alimentares que acabou favorecendo os mais pobres, bem como pelo aumento de preços de produtos importados substitutos (*nontradeables*) que impactaram positivamente o rendimento dos trabalhadores dos setores de comércio e serviços, de forma particular dos trabalhadores com baixo rendimento e ainda o aumento do salário mínimo em 42% em maio de 1995. A diferença encontrada é que a proporção de pobres aumentou a partir de 1987 continuamente, enquanto após o Plano Real esta se manteve no mesmo nível até o final da década e abaixo dos níveis anteriores a 1995.

Rocha (2003, p.120) nota que durante esse período o hiato de renda se reduziu

também, significando que mesmo aqueles que permaneceram pobres depois da estabilização tiveram sua renda aumentada, o que não ocorre nas regiões onde as proporções eram as mais baixas no país, caso da região Sul e Centro-Oeste. O Hiato quadrático declinou não só em função do comportamento dos outros dois índices que são seus componentes, mas da própria queda da desigualdade entre os pobres, ainda que se mantendo em patamares elevados até o final da década.

Fatores como taxa de câmbio sobrevalorizada, déficits públicos crescentes, as crises Asiática e Russa, encontraram o Brasil numa situação vulnerável, o que levou o crescimento nulo do Produto Interno Bruto (PIB) que em 1998 foi de $-0,12\%$, e de $-1,45\%$ no produto *per capita*. Os mais afetados foram a mão-de-obra menos qualificada, bem como aquela com menor escolaridade, não permitindo a continuação da redução da pobreza absoluta a partir de 1996 até 1999.

É importante observar que apesar da redução da incidência da pobreza do ponto de vista da renda entre 1992 e 1999 (onde a estabilização econômica foi determinante) foram mantidas as principais características estruturais da pobreza no país.

A pobreza no Brasil tem também um componente regional muito significativo, uma vez que sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados, é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo em direção ao Sul.

O Nordeste continua a ser a região mais pobre do país, não só porque os indicadores de insuficiência de renda são mais adversos, como pelo contingente populacional envolvido, cerca de 22 milhões de pessoas.

Por outro lado, a pobreza apresenta-se mais alta nas áreas rurais, embora em São Paulo e no Rio de Janeiro, que são as regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja predominantemente metropolitana. Para o Brasil, embora a proporção de pobres se mantenha ainda muito elevada em áreas rurais (40%), os pobres urbanos são a maioria, correspondendo a uma participação conjunta, entre metropolitano e urbana, a cerca de 78% dos pobres brasileiros em 1999.

Na Tabela 8 está ilustrado o Ranking dos Estados brasileiros, considerando a proporção de pobres (P^0), o Hiato médio de renda (P^1) e a Renda Média.

TABELA 8
Ranking dos Estados brasileiros

ESTADO	P⁰	P¹	RENDA MÉDIA
São Paulo	1	1	2
Rio de Janeiro	2	2	3
Santa Catarina	3	12	5
Distrito Federal	4	3	1
Mato Grosso	5	4	12
Rio Grande do Sul	6	5	4
Espírito Santo	7	10	10
Mato Grosso do Sul	8	7	11
Roraima	9	6	9
Minas Gerais	10	9	13
Goiás	11	8	14
Rondônia	12	11	8
Paraná	13	13	6
Amapá	14	17	16
Acre	15	14	7
Pará	16	15	17
Amazonas	17	16	20
Rio Grande do Norte	18	18	19
Paraíba	19	20	15
Sergipe	20	21	18
Tocantins	21	19	24
Bahia	22	22	22
Pernambuco	23	23	21
Ceará	24	24	23
Alagoas	25	25	25
Piauí	26	26	26
Maranhão	27	27	27

Fonte: Cossio, 2001.

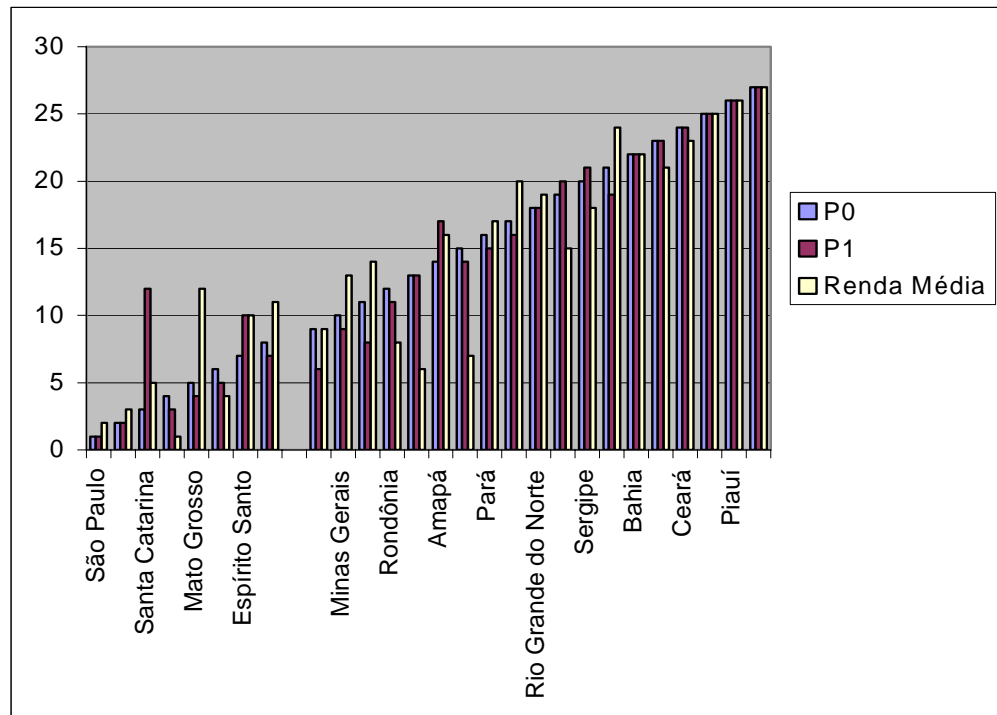


GRÁFICO 7: Ranking dos Estados brasileiros

Fonte: Cossio, 2001.

Constata-se a partir da Tabela 8 e Gráfico 7, sobre o Ranking dos Estados brasileiros, segundo Bagolin e Comim (2002, p.16), que “comparando a pobreza no Rio Grande do Sul à pobreza nos outros estados, usando critérios restritos à renda, verifica-se que o grau de robustez da posição relativa do Rio Grande do Sul é alto”.

O Rio Grande do Sul é o sexto estado com menor incidência de pobreza no Brasil, dando a entender que parece ser mais um problema de extensão do que de intensidade.

1.2 Críticas aos Enfoques Monetários Utilizados para a Abordagem da Pobreza

Não há dúvidas de que a pobreza está associada à escassez de renda. A renda tem enorme influência sobre o que podemos ou não fazer. A inadequação da renda frequentemente é a principal causa de privações que normalmente associamos à pobreza, como a fome dos indivíduos, a falta de moradia, o acesso à educação e à saúde, por exemplo. Há, portanto, um

forte argumento em favor de começar com qualquer informação que esteja disponível sobre distribuições de renda e em particular, baixa renda.

Uma primeira crítica de Sen (1981) ao uso da renda como medida de pobreza é que os índices que são utilizados, como a proporção de pobres e o hiato de renda, são índices que mostram apenas o aspecto de incidência da pobreza, pouco contribuindo para a identificação da extensão da pobreza ou de como vivem as pessoas pobres.

Quando ocorre uma redução da renda que afeta todos os pobres sem alterar a renda dos ricos em nada se altera a proporção de pobres e o hiato de renda.

Um outro aspecto é a insensibilidade à distribuição de renda entre os pobres. Nenhuma transferência de renda de uma pessoa pobre para uma pessoa que seja mais rica pode aumentar a proporção de pobres, mas isso acontece em indicadores de incidência da pobreza.

Para Bagolin e Comim (2002, p. 4), a medida proporção de pobres identifica todas as pessoas de forma homogênea, como pobres e “nada mais é do que uma agregação arbitrária de indivíduos que possuem uma certa propriedade, baixa renda ou gasto”. Para estes autores o problema fundamental desta medida é que ela é incapaz de medir a intensidade da pobreza e também a distribuição da renda entre os pobres.

O uso de medidas de proporção de pobres “pode levar a resultados que sejam injustos, por exemplo, a partir da perspectiva Rawlsiana, que privilegia uma estratégia lexográfica de maximização do bem-estar dos mais pobres antes que o bem-estar dos mais ricos (ou menos pobres) seja contemplado” (2002, p. 4).

Apesar disso, é a medida de pobreza mais utilizada no Brasil para descrever o estado de vida das pessoas pobres e para guiar políticas de combate à pobreza.

Uma outra medida apresentada, o hiato médio de renda, é um indicador que fornece a quantidade de recursos necessários para eliminar a pobreza, ou seja, os recursos necessários para trazer todos os que estão situados abaixo da linha de pobreza, isto é, com renda inferior àquela definida como linha de pobreza. Para Bagolin e Comim (2002, p.5).

o hiato médio ignora a extensão da pobreza e pode ser derivado tanto a partir de muitas pessoas com um nível de privação baixo como a partir de poucas pessoas com um nível de privação muito alto. A política de combate à pobreza sugerida por este tipo de medida dificulta a identificação daqueles indivíduos que são pobres. Sabe-se

somente o montante total de recursos necessários. No final, o “repasso” de recursos “médios” pode não satisfazer as necessidades de nenhum dos indivíduos.

Políticas derivadas da medida FGT (Foster, Greer e Thorbecke), criada com o objetivo de estender o alcance da análise da pobreza a questões distributivas, estão sujeitas à mesma crítica, pois segundo Bagolin e Comim (2002, p.5), a medida “é unidimensional, por enfatizar somente a dimensão renda, é parcial porque enfoca somente os meios (recursos) em detrimento dos fins e geral por estar baseada na média, que pode levar a políticas que não sejam apropriadas às necessidades específicas dos pobres”.

Há ainda medidas definidas a partir da abordagem das necessidades básicas, que apesar de estarem vinculadas à renda, estendem o conceito de pobreza, além do custo com alimentação, vestuário e habitação, incluindo serviços públicos, como por exemplo, educação, saneamento básico, transporte público e saúde. Para Bagolin e Comim (2002, p. 6), embora estas medidas retratem uma abordagem mais completa da pobreza, incorporando aspectos relativos, não capturados pelo conjunto de medidas com ênfase na renda, elas apresentam “limitações porque consideram a unidade domiciliar e não indivíduos. Ao estimar o custo de uma cesta de bens, os requerimentos nutricionais e de energia são tidos como os mesmos entre indivíduos vivendo sob circunstâncias diferentes. Mais importante é o fato de que a esfera dos domicílios é um indicador apenas imperfeito do que acontece em nível individual”. Para o Banco Mundial (WDR, 2000/2001, p. 18), os dados sobre renda e consumo considerando o domicílio não revelam a desigualdade no âmbito familiar e, portanto, podem subestimar a desigualdade e a pobreza gerais. Estas medidas podem ser operacionalizadas através de linhas de pobreza construídas a partir do custo de necessidades básicas a nível local ou regional e pela provisão de bens públicos. Indicadores obtidos pelo IBGE em censos estatísticos são utilizados na sua composição, e outras medidas podem assumir a forma de cestas básicas, como a calculada pelo DIEESE.

As medidas baseadas no conceito de exclusão social oferecem uma caracterização multidimensional dos aspectos relativos da pobreza. Baseiam-se na caracterização das relações sociais consideradas normais entre certos grupos ou áreas geográficas, incorporando interdependências que surgem da interação entre aspectos multidimensionais da pobreza, tais como, falta de saúde, educação e acesso a serviços. É muito útil na análise de questões como o desemprego, a indignância e a discriminação racial. Para Bagolin e Comim (2002, p. 6), “

esta perspectiva não oferece nexos coerentes para o tratamento desta diversidade de experiências, sendo muito frequente o uso de uma abordagem qualitativa, puramente descritiva para a análise da pobreza”. Para estes autores, uma outra limitação das medidas vinculadas a este conceito é que não consideram os aspectos absolutos da pobreza e produzem resultados que não são comparáveis, ficando assim pouco viável a definição de políticas regionais ou nacionais que tomem como base as especificidades das dimensões da pobreza.

Apesar da existência de novos métodos qualitativos e participativos de mensuração da pobreza, tais como “análise das vulnerabilidades” e “vozes dos pobres”, as medidas quantitativas de mensuração da pobreza, tais como as linhas de pobreza, ainda dominam o meio acadêmico e norteiam as políticas públicas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Esta preferência por medidas monetárias de pobreza é usualmente justificada, segundo Bagolin e Comim (2002), devido:

- i) ao grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações associadas ao ser pobre;
- ii) a indisponibilidade de outras estatísticas sociais;
- iii) dificuldade de ponderação e agregação de diferentes dimensões sociais e na
- iv) necessidade de medidas homogêneas que possibilitem comparabilidade entre distintas regiões ou localidades. Deste modo, é prática comum entre os pesquisadores reconhecer o caráter multidimensional da pobreza, mas medi-la através de agregados monetários que revelem a intensidade e o grau da insuficiência de renda sofrida pelos pobres.

Conforme os autores, as medidas monetárias da pobreza podem expressar a idéia de desenvolvimento econômico quando associadas com a evolução das rendas, mas não existe nenhuma garantia de que alcancem dimensões mais amplas de desenvolvimento. Por outro lado, medidas multidimensionais expressam substantivamente o desenvolvimento humano que, agrupado ao desenvolvimento social, produz o bem-estar social da população. Medidas multidimensionais podem também incorporar preocupações distributivas e enfatizar aspectos comparativos e relativos dos indivíduos quando definidos em uma perspectiva mais abrangente de bem-estar social. Assim, pode-se afirmar que a perspectiva do desenvolvimento humano enfoca questões relacionadas aos *fins* do desenvolvimento, abrangendo a simples evolução das rendas, que enfoca os *meios* do desenvolvimento. A hipótese básica da

perspectiva do desenvolvimento humana é que meios e fins podem não estar fortemente correlacionados.

Medidas de combate à pobreza podem encontrar solução quando analisadas de forma multidimensional. Bagolin (2001) e Henriques (2000) argumentam que o reconhecimento da multidimensionalidade da pobreza não pode ser vista apenas como insuficiência de renda; ou na necessidade prática de identificar políticas que reduzam a pobreza quando a insuficiência de renda não seja o único critério usado na identificação dos menos desfavorecidos de uma sociedade. Medidas como o Índice de Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH) consideram aspectos multidimensionais da pobreza como a expectativa de vida, educação, acesso à água tratada, a serviços de saúde e a aspectos nutricionais. Para o Banco Mundial (WDR, 2000/2001), há fortes razões para que o estudo sobre a pobreza considere uma gama mais ampla de dimensões, pois

a melhoria dos resultados em saúde não só promove o bem-estar, como também aumenta o potencial de geração de renda. O incremento da educação não só melhora o bem-estar, como também produz melhores resultados de saúde e aumento da renda. A proteção dos pobres (reduzindo a vulnerabilidade ao risco), além de fazer com que se sintam menos vulneráveis, também os habilita a aproveitar oportunidades de maior risco e maior retorno. O aumento da influencia e participação dos pobres não só diminui sua exclusão, como faz com que os serviços de saúde e educação sejam mais orientados para suas necessidades. A compreensão dessas complementaridades é essencial para preparar e implementar programas e projetos que ajudem as pessoas a escapar da pobreza.

A seguir, realiza-se uma análise das limitações dos conceitos de pobreza com ênfase na insuficiência de renda e uma comparação com a abordagem das capacitações.

1.3 Análise das Abordagens

Como argumentado acima, a abordagem da pobreza sob a ótica da insuficiência de renda e consumo, considera apenas o limite de renda (linha de pobreza e indigência) a partir do qual todos os que estão situados abaixo dele(s) são considerados pobres e/ou não tem um nível de consumo suficiente para atender as necessidades de alimentação. O conceito de

pobreza como insuficiência monetária é um conceito unidimensional porque desconsidera outros aspectos pouco ou não relacionados à renda. Não retrata os aspectos relativos da pobreza; não distingue entre os pobres o quanto são pobres, suas vulnerabilidades e exclusão; não considera as diversidades ambientais e heterogeneidades; a renda é a única referência de bem estar na suposição de que existe sempre uma alta correlação entre os meios monetários e of fins do desenvolvimento. A abordagem da pobreza absoluta - apesar de seus méritos em chamar atenção para um dos aspectos mais cruéis do ser pobre, a falta de alimentos em quantidade e qualidade adequada - também apresenta deficiências analíticas, devido às dificuldades de definição dos requisitos nutricionais mínimos, que dependem das condições do ambiente, do clima, região, hábitos e costumes, por exemplo. Por sua vez, a pobreza relativa, apesar de estender o conceito de pobreza a outros aspectos fundamentais como a exclusão social, desconsidera o aspecto da destituição absoluta existente entre muitos pobres. Como tal, é uma medida tão incompleta como a de pobreza absoluta ,pois explora apenas uma dimensão do ser pobre. As linhas de pobreza e de indigência, ainda que sirvam de referência quantitativa para a análise da pobreza, retratam essencialmente a incidência da pobreza, pouco contribuindo para saber o quanto as pessoas são pobres em outras dimensões. A abordagem das necessidades básicas apesar de ser mais abrangente na análise da pobreza porque ultrapassa a dimensão renda, incorporando além da alimentação, vestuário e habitação, outros serviços públicos, apresenta deficiências quando considera os domicílios e não os indivíduos, bem como a desigualdade existente entre essas pessoas dentro dos domicílios. A relação entre pobreza e a desigualdade pode ser diversa. Esta relação, retratada através de alguns indicadores (Gini e Theil), ignora aspectos relacionados à desigualdade de renda sem considerar a intensidade da pobreza como é tratada por Sen, por exemplo. As medidas de insuficiência de renda pouco contribuem para entender a extensão da pobreza.

Para Sen, há também, um forte argumento para que o estudo sobre a pobreza não termine apenas com a análise da renda. A análise clássica de John Rawls sobre bens primários fornece um quadro mais amplo dos recursos de que as pessoas necessitam independentemente de quais sejam seus respectivos objetivos; neles inclui-se a renda, mas também outros “meios” de uso geral. Sen (2000, p. 92) afirma que “os bens primários são meios de uso geral que ajudam qualquer pessoa a promover seus próprios fins, como direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais do respeito próprio”.

A concentração em bens primários na estrutura Rawlsiana relaciona-se a uma visão de que o bem-estar deve ser visto segundo uma perspectiva individual, isto é, segundo as

oportunidades que os indivíduos têm para buscar seus objetivos. A busca desses objetivos pelos indivíduos relaciona-se às suas concepções do bem, ou o que é melhor para si mesmo, e isso varia de pessoa para pessoa. Mesmo tendo cestas de bens iguais, duas pessoas podem não estar igualmente satisfeitas dentro do espaço das utilidades. A ampliação do enfoque informacional de rendas para bens primários, apesar de um avanço, segundo Sen (2000, p.93), “não é adequada para lidar com todas as variações relevantes na relação entre renda e recursos, de um lado, e bem-estar e liberdades, de outro”.

Como os bens primários são vários tipos de recursos gerais, o uso desses recursos para gerar o potencial para fazer coisas valiosas está sujeito a aspectos da diversidade humana: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e a distribuição da renda na família, a alternativa ao enfoque sobre os meios para o bem viver é a concentração sobre como as pessoas conseguem viver de fato, ou ainda sobre a liberdade para realmente viver de um modo que se tem razão para valorizar. Para Bagolin e Comim (2002, p.9), “estas diferenças definem o grau de variação na conversão de recursos em capacitações. Assim, porque os indivíduos são diferentes, as suas capacitações não podem ser avaliadas unicamente em termos de recursos que eles possuem mas devem ser avaliadas em termos daquilo que eles são capazes de ser ou fazer através do uso destes recursos”. A relevância do elemento de diversidade humana para a operacionalização da Abordagem da Capacitação requer que esta condição seja tratada como uma pré-condição empírica a ser verificada antes da aplicação desta abordagem. Sen (1987, p.16) sugere que se dê importância também à objetividade, afastando-se da utilidade e de critérios subjetivos na avaliação de padrões de vida.

O conceito de funcionamentos que representa as várias coisas que uma pessoa considera valioso fazer ou ser, como comer, vestir e passear, passa a ter importância neste contexto, pois pode ser relacionado a uma perspectiva de liberdades individuais. Para Sen (2000, p. 95), “a capacitação de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela”.

Portanto, “a capacitação é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos”. O exemplo clássico usado por Sen para retratar este conceito é o de que uma pessoa que ainda que tendo recursos e que resolva ficar em jejum, terá o mesmo funcionamento do que aquela que não tendo recursos, que passa fome extrema. As duas podem estar sem comer ou sem nutrição, entretanto, a primeira possui uma capacidade diferente da segunda, que é poder escolher comer bem e ser bem nutrida, o que é

impossível para a segunda. A questão crucial então é ter escolhas, ter liberdade para fazer as escolhas. Para Bagolin e Comim (2002, p.10), “as capacitações são melhor vistas como propriedades objetivas da caracterização da falta de liberdade dos indivíduos e não como um resultado de preferências individuais subjetivas”. A questão aqui então é como gerar coerência entre medidas alternativas de pobreza se capacitação é uma potencialidade, que pode ser exercida ou não, e não algo já realizado. A abordagem da capacitação permite que se analise a natureza do contrafactual em questão e a possibilidade de identificação de elos entre os contrafactuais e a sua realização. É como averiguar as condições dos excluídos que têm morbidade infantil elevada com aqueles que têm morbidade quase inexistente. Estas quatro questões abordadas: avaliação, diversidade, objetividade e contrafactualidade moldam as possibilidades e a escolha de técnicas alternativas e representam um desafio para a operacionalização desta abordagem.

Os dados necessários para a operacionalização da abordagem estão relacionados ao tipo de avaliação pretendida e suas circunstâncias. Dependendo do contexto, a base informacional necessária pode ser aproximada por dados já disponíveis. Os procedimentos de agregação relacionados à identificação das capacitações devem levar em conta o estudo da diversidade e heterogeneidade dos indivíduos.

Conforme Sen (1999, p.81-83), o uso da Abordagem da Capacitação pode partir de qualquer informação disponível para dar início ao processo de avaliação. Não há uma forma empírica “sacrosanta” que predomine sobre outras e sugere três formulações alternativas para o uso desta abordagem: a) o princípio direto consiste no exame e na comparação direta de vetores de funcionamentos ou capacitações.

Para Bagolin e Comim (2002, p.12), “variantes deste princípio incluem: i) comparação total, comparando ordenações completas dos vetores; ii) ordenação parcial, comparando a ordenação de alguns vetores; e iii) comparação de capacitação especial, comparando alguma capacitação focal particular”; b) o princípio suplementar: consiste na suplementação de comparações tradicionais baseadas na renda por meio da incorporação de considerações baseadas em capacitações. Ele pode levar a uma ampliação do espaço informacional e dar uma visão mais completa do que aquela dada pelo uso exclusivo de medidas monetárias; c) o princípio indireto: consiste em rendas ajustadas por capacitações, do mesmo modo que a renda é ajustada pelas escalas de equivalência.

Deste modo, os princípios sugeridos pela abordagem da capacitação podem ajudar na formulação de uma metodologia de tratamento das variáveis quantitativas (renda) e

qualitativas (educação, saúde e saneamento) que será avaliada no próximo capítulo. O uso desta abordagem pode iluminar novos caminhos para a contextualização da pobreza como privação de capacitações, levando a medidas de natureza objetiva e multidimensional.

2 CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POBREZA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-SUL DO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul apresentou em 2000 um Produto Interno Bruto a preços de mercado - PIB pm - de 85,138 bilhões de reais e um produto *per capita* de 8.365,8 reais, superando o produto *per capita* nacional em todo período de 1991 a 2000 (FEE). Isto ocorreu também em 2001, 2002 e as estimativas de 2003 indicam o mesmo sentido. Apesar de estar entre as principais economias do país quando considera-se o produto *per capita*, o Rio Grande do Sul ainda apresentou uma proporção de pobres de 28,77% e 19,69%, em 1991 e 2000, respectivamente. Considerando-se uma população de 10,188 milhões de pessoas em 2000 isto significou que ainda havia 2,01 milhões de pessoas pobres no Estado. Conforme Tabela 8 (p. 45) desta dissertação, o Rio Grande do Sul é o sexto estado com menor incidência de pobreza e o quinto em hiato médio de renda no Brasil em 2001 (Cossio), dando a entender (Bagolin e Comim) que a pobreza no Estado trata-se de um problema mais de extensão do que de intensidade. É corrente no meio acadêmico do Rio Grande do Sul a discussão sobre a pobreza nas regiões do Rio Grande do Sul e quais são as regiões e municípios mais pobres do Estado. Alguns municípios da região Centro-Sul têm sido apontados como aqueles que estão entre os mais pobres do Estado. No entanto, esta caracterização da pobreza no Estado resulta do uso de medidas simples de pobreza. Essa constatação dá a motivação da discussão que segue onde procurar-se-á investigar e caracterizar a pobreza existente nessa região a partir de uma perspectiva mais ampla.

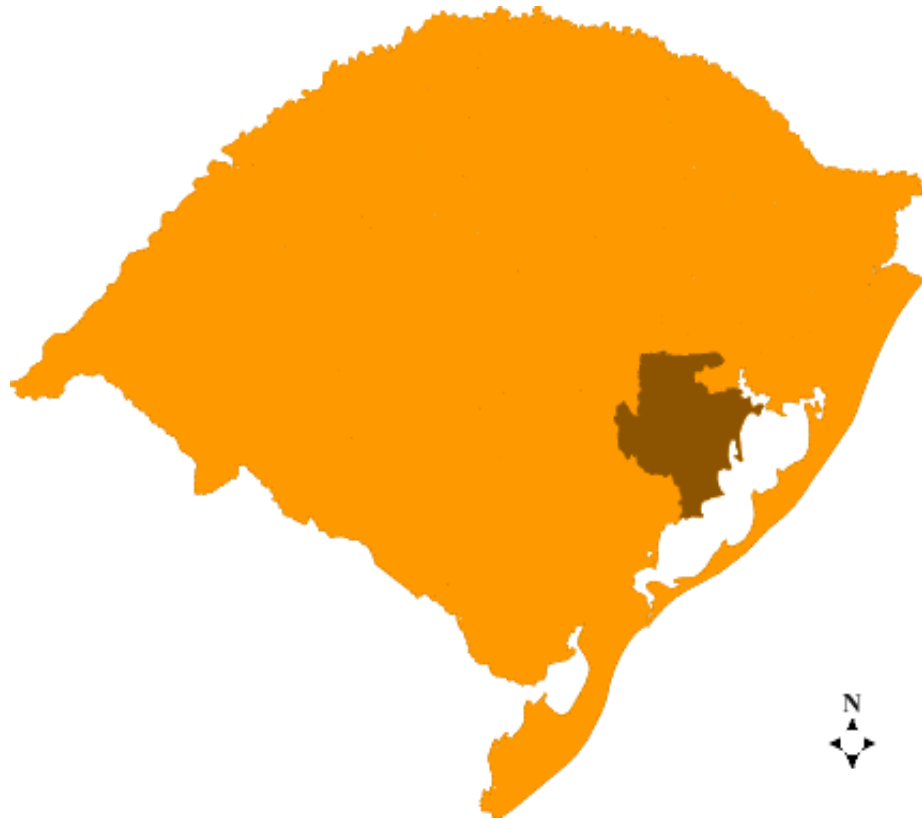
Neste capítulo fazer-se-á a análise da pobreza, nos Municípios da Região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, levando-se em conta sua incidência, intensidade e desigualdade de renda. A análise realiza-se em duas etapas, utilizando-se indicadores selecionados, entre os municípios da região Centro-Sul, comparando-os com os municípios menos pobres ou mais ricos do Estado do Rio Grande do Sul. As variáveis selecionadas para análise, para os dois grupos de municípios são a renda, educação, saúde e o saneamento básico. O nível de desagregação dos indicadores que se utiliza é o municipal. O período escolhido abrange principalmente, os anos de 1991 e 2000. Utiliza-se para análise da pobreza a abordagem das

capacitações, conforme discutido no capítulo anterior, entende-se como uma teoria substantiva que permite uma avaliação multidimensional dos vários aspectos do ser pobre. Trata-se de uma análise direta e de um ranking parcial, onde as variáveis são aquelas mencionadas anteriormente.

O capítulo está subdividido em três seções. Na primeira, a seção 3.1, efetuar-se-á a caracterização da Região Centro-Sul, onde considera-se a relação dos municípios definida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE e definida como COREDE Centro-Sul. A seleção dos municípios menos pobres do Estado do Rio Grande do Sul é definida a partir do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios do Rio Grande do Sul – IDESE e como foco a classificação de acordo com a renda, portanto IDESE-RENDIA. Como os municípios menos pobres estão situados em regiões distintas do Estado, pertencentes a diversos COREDES, que não são objeto de análise e comparação desta dissertação, utiliza-se diretamente os indicadores de cada município para comparação e análise, sem a apresentação individual de cada região. Na segunda seção deste capítulo, a seção 3.2, analisa-se indicadores de renda, pobreza e desigualdade, para os dois grupos de municípios. Na terceira seção, a seção 3.3, compara-se indicadores de renda, pobreza e desigualdade com os indicadores de educação, saúde e saneamento básico. Busca-se analisar e caracterizar a pobreza sob a ótica da insuficiência da renda e da intensidade da pobreza, qualificando-a empiricamente como um fenômeno multidimensional, não apenas de incidência, mas de intensidade principalmente, ou se está essencialmente associada à desigualdade ou hiato de renda.

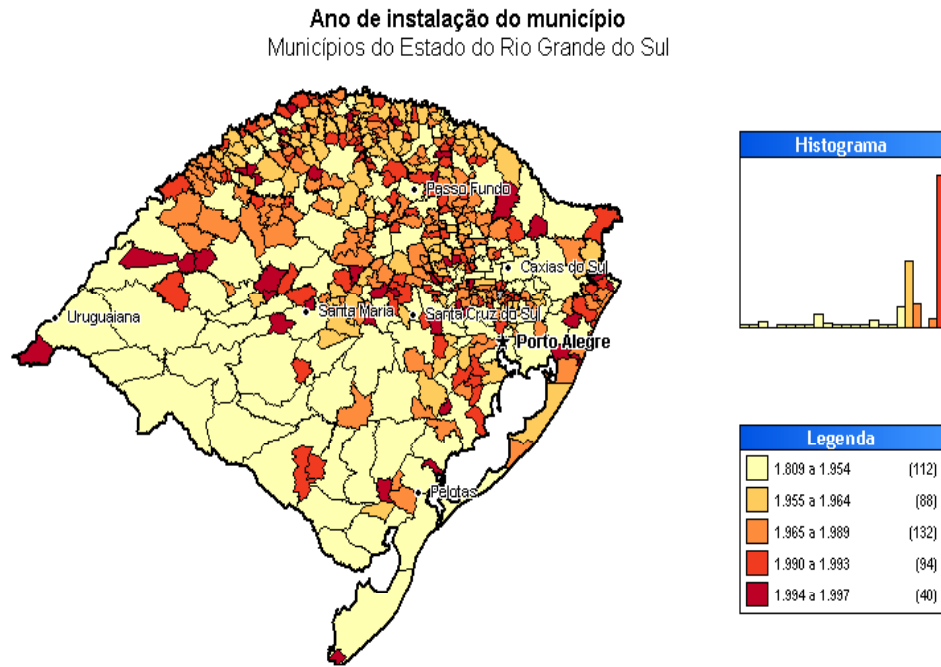
2.1 Apresentação da Região Centro-Sul

A Região Centro-Sul é formada por dezesseis municípios que são, em ordem alfabética: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes. Em 1991 a região era composta por nove municípios, os quais no decorrer na década de noventa foram se desmembrando até a formação da configuração atual. A região possui uma Área de 9.618,5 km² e uma população que em 2003 alcançou 238.042 habitantes.



MAPA 1 – Região Centro-Sul
Fonte: FEE, 2000, <<http://www.fee.gov.br>>

Apresenta-se o mapa do Rio Grande do Sul com os anos de instalação de seus municípios. Cabe ressaltar que em 1991 o Rio Grande do Sul possuía 333 municípios, mas em 1996, devido ao grande número de emancipações, esse número alcançou 467 municípios, permanecendo até o ano 2000 (FEE e IPEA). Dados mais recentes, oriundos do Censo 2000 do IBGE, indicam que o Estado em 2000 alcançou 496 municípios.

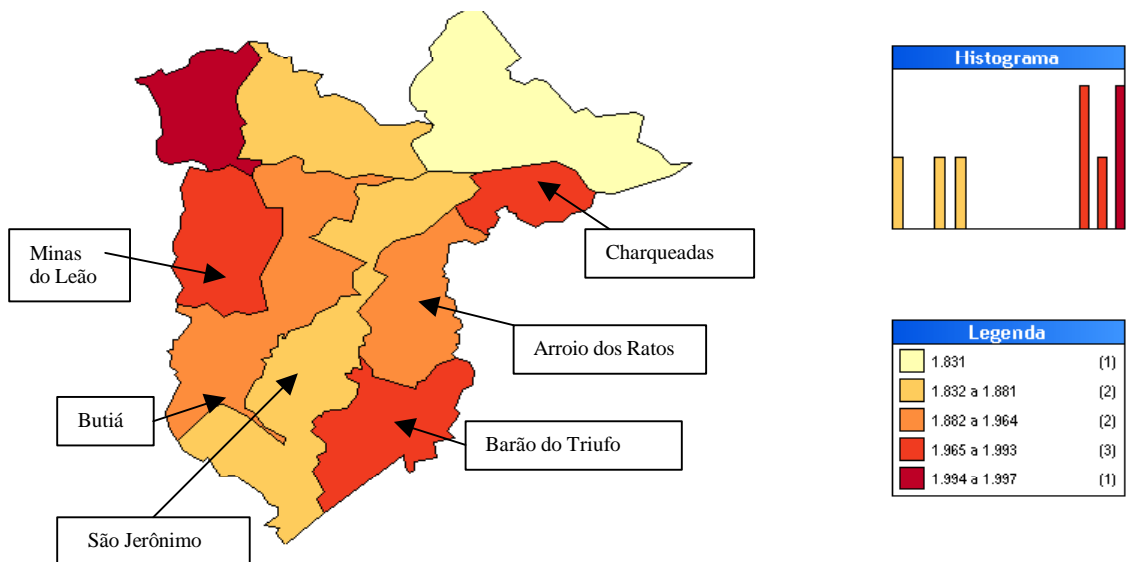


MAPA 2: Municípios do Rio Grande do Sul e ano de sua instalação

Fonte: FEE, 2000, <<http://www.fee.gov.br>>

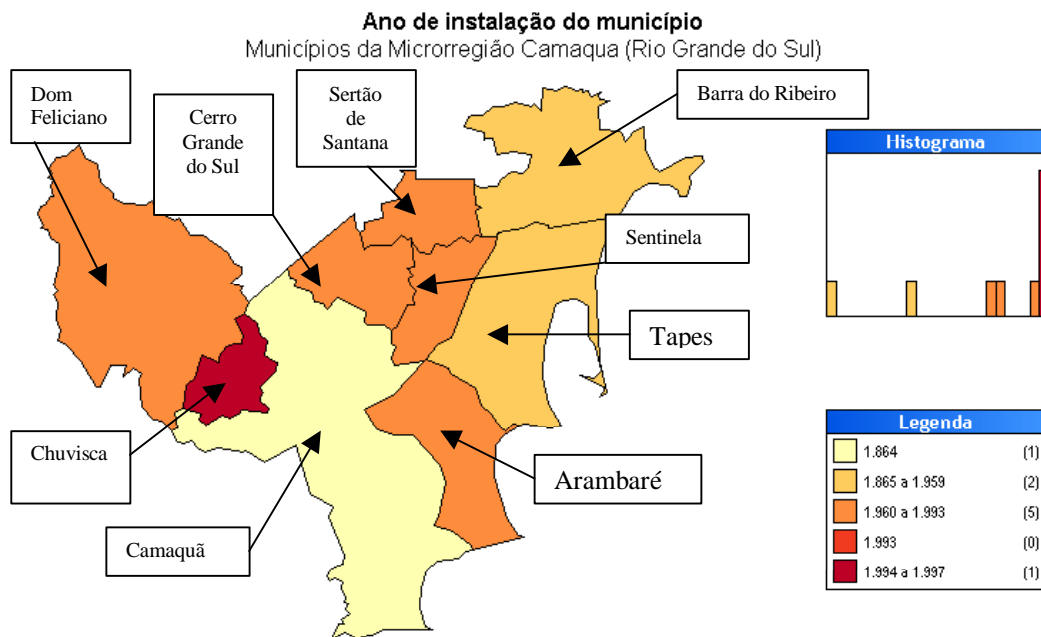
Em 1991 muitos dos municípios que hoje pertencem a Região Centro-Sul faziam parte da Microrregião de São Jerônimo, são eles: Charqueadas, São Jerônimo, Minas do Leão, Butiá, Arroio dos Ratos e Barão do Triunfo, apenas Mariana Pimentel surgiu como parte do desmembramento dos municípios de Guaíba e Barra do Ribeiro.

Municípios da Microrregião São Jerônimo – Rio Grande do Sul



MAPA 3: Ano de instalação do município - Microrregião São Jerônimo - RS

Fonte: FEE, 2000, <<http://www.fee.gov.br>>



MAPA 4: Ano de instalação do Município – Microrregião Camaquã

Fonte: FEE, 2000, <<http://www.fee.gov.br>>

2.1.1 Alterações Demográficas na Região Centro-Sul

A partir da Tabela 1 (Anexo A) – Data de criação dos municípios, verifica-se que sete dos municípios da região Centro-Sul e cinco dos municípios menos pobres obtiveram sua emancipação durante a década de noventa.

Em termos demográficos a população por situação de domicílio, dos municípios que fazem parte da região Centro-Sul, passou por mudanças significativas devido às emancipações.

Em 1991 e 1992 a região possuía nove municípios, em 1993 em função das emancipações que ocorreram em 1992 ocorreu a agregação de seis novos municípios a região, passando a 15 o número de municípios.

Em 1995, com a emancipação de mais um município, a configuração da região estava definida e assim permaneceu até o ano 2000.

TABELA 9

População por situação de domicílio, região Centro-Sul

	1991	1992	1993	1996	1997	2000
População Total	203.469	205.889	211.412	216.807	221.741	230.199
Urbana	133.049	135.786	136.928	145.211	150.644	163.386
Rural	70.420	70.103	74.484	71.596	71.097	66.813

Fonte: Tabela 2 (Anexo B).

Entre 1991 e 2000, enquanto a população total cresceu 13,14%, com taxa de crescimento médio anual de 1,314%, a população urbana cresceu 22,8%, em média uma taxa anual de 2,28%, e a rural diminuiu 5,54%, com média anual de 0,554%, no período. O crescimento maior da população urbana ocorreu devido, em parte, às migrações do campo para as cidades como também pelo crescimento populacional da região.

TABELA 10

Correlação entre a população da região Centro-Sul – 1991/2000

População	Urbana	Rural	Total
Urbana	1		
Rural	- 0,575615	1	
Total	0,9791151	-0,397344	1

Fonte: Tabela 9

Constata-se que há uma correlação inversa de 57,56%, entre a população urbana e rural e, uma forte correlação positiva de 97,91% entre a população urbana e total da região, no período analisado, entretanto, a correlação entre a população rural e total é inversa e de 39,73%. As correlações confirmam o movimento migratório contrário entre população rural e urbana, bem como a importância do crescimento populacional urbano e populacional sobre a população total da região. Esses movimentos demográficos são importantes para o entendimento da composição e caracterização da pobreza na região.

A taxa média de urbanização da região, em 2002, atingiu 55,83% e em 2003, 56,44%. Em relação às taxas médias de urbanização do Estado de 82,730% em 2002 e de 83,280% em 2003, a região Centro-Sul, apresentou um déficit urbanístico de 48,451% e 47,547%, em 2002

e 2003, respectivamente. Comparando a taxa média de urbanização da região com a taxa de cada município, em 2002, constata-se que sete municípios têm taxa de urbanização abaixo da média e, entre estes, os piores municípios com menor taxa de urbanização são pela ordem: Chувиска com 4,561%, Barão do Triunfo com 9,643%, Mariana Pimentel com 17,869%, Sertão Santana com 18,628%, Dom Feliciano com 20,627%, Cerro Grande do Sul com 20,984% e Sentinela do Sul com 25,681%. Entre os municípios com as mais elevadas taxas de urbanização, ultrapassando inclusive a taxa média do Estado neste mesmo ano de 82,730%, estão: Charqueadas com 97,107%, Minas do Leão com 96,079%, Arroio dos Ratos com 94,434%, Butiá com 93,915% e Tapes com 86,278%. Das maiores cidades da região, considerando a população por situação de domicílio em 2000 e taxa de urbanização em 2003, Camaquã e São Jerônimo, são municípios que têm taxas intermediárias de urbanização, 80,268% e 79,357%, respectivamente. A menor urbanização é verificada naqueles municípios que se emanciparam há poucos anos e que eram compostos essencialmente por áreas rurais, enquanto a maior está relacionada a existência anterior dos municípios, a atividade carbonífera que requer melhor infra-estrutura, bem como no caso de Tapes pelo aspecto turístico exigido ao aproveitamento ligado a Lagoa dos Patos, Tabela 3 (ANEXO C).

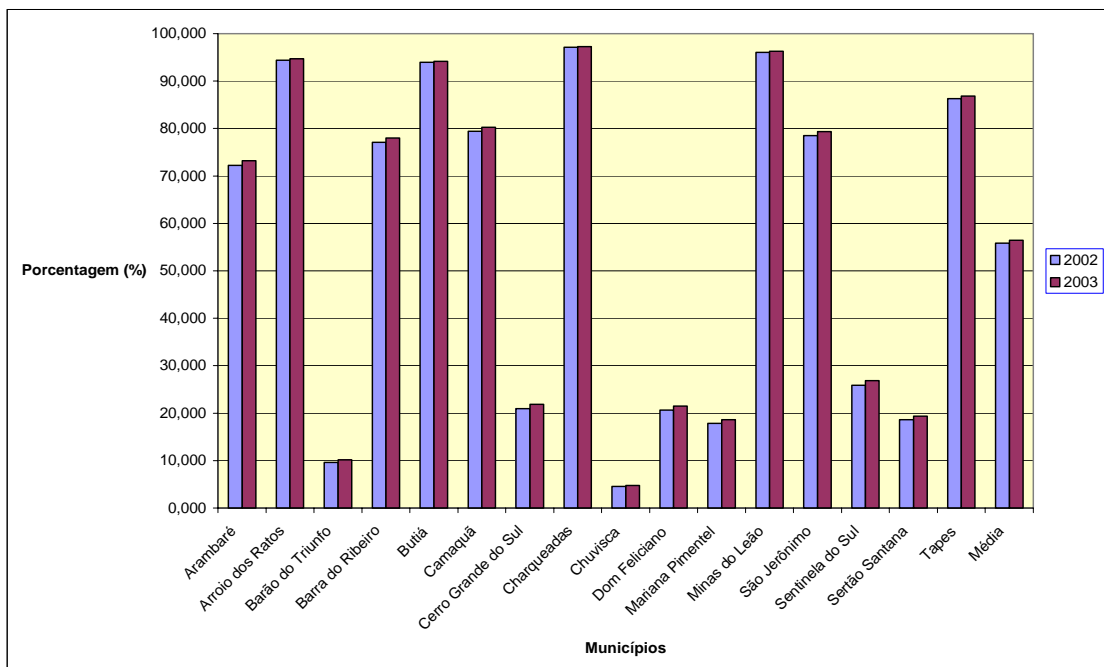


GRÁFICO 8: Taxa de urbanização nos Municípios da região Centro-Sul
 Fonte: Tabela 3 (Anexo C).

2.1.2 Alterações demográficas nos Municípios Menos Pobres

Conforme Tabela 1 (Anexo A) – Datas de criação dos Municípios menos pobres, cinco dos municípios, entre os vinte relacionados como menos pobres, se emanciparam durante a década de noventa, são eles, em ordem alfabética: Almirante Tamandaré do Sul (1996), Boa Vista do Incra (1996), Nicolau Vergueiro (1992), Santo Antônio do Planalto (1992) e Tio Hugo (1996). Ao contrário dos municípios da região Centro-Sul, que alcançou uma população total, por situação de domicílio, em 2000 de 230.199 habitantes, sendo a sua maior cidade o município de Camaquã cuja população alcançou 60.383 habitantes no ano 2000, o grupo de municípios menos pobres, têm cidades como Canoas, com população por situação de domicílios de 306.093 habitantes em 2000, Rio Grande com 186.544 habitantes, Esteio com 80.048 habitantes e Campo Bom com 54.018 habitantes.

O grupo dos municípios menos pobres até 1991/1992 era composto por quinze municípios, em 1993, com a emancipação de Santo Antônio do Planalto e Nicolau Vergueiro, passou a ter dezessete municípios e, em 1997, com as emancipações que ocorreram em 1996, passou a ter então, os vinte municípios do grupo.

TABELA 11

População por situação de domicílio, Municípios menos pobres

	1991	1992	1993	1996	1997	2000
População Total	661.379	669.065	661.088	681.819	708.820	731.724
Urbana	600.591	608.950	611.979	635.548	661.960	687.877
Rural	60.788	60.115	49.109	46.271	46.860	44.847

Fonte: Tabela 4 (Anexo D).

No período de 1991/1992, quando o grupo era formado por 15 municípios, a população total cresceu, de um ano para outro, 1,162%, a população urbana cresceu 1,39% e a rural diminuiu 1,12%. De 1993 a 1996, com 16 municípios, o grupo teve uma taxa média de crescimento anual de 0,993%, a população urbana aumentou no período 3,68% e a população rural diminuiu 6,13%. De 1997 a 2000, com os atuais 20 municípios o grupo teve uma taxa de crescimento populacional anual de 1,112%, sua população urbana cresceu no período 3,92% e a rural diminuiu 4,49%. Entre 1991 e 2000 a população total cresceu 10,787%, representando uma taxa média de crescimento de 1,079% ao ano, a população urbana apresentou um

crescimento de 14,533% representando em média 1,453% ao ano e a população rural reduziu-se 35,545% com uma taxa média anual de redução de 3,55% (Tabela 11). O crescimento da população urbana deve-se além das migrações das áreas rurais para as cidades, de fatores como o crescimento industrial nas áreas mais urbanizadas, a própria urbanização das áreas periféricas, então rurais, tornando-se o município totalmente urbanizado, exemplo disso é Canoas que a partir de 1996 sua população passou a ser totalmente urbana, Tabela 4 (Anexo D).

TABELA 12

Correlação entre a população dos municípios menos pobres

População	Urbana	Rural	Total
Urbana	1		
Rural	-0,78763	1	
Total	0,988178	-0,68386	1

Fonte: Tabela 11

Há uma correlação inversa de 78,76% entre população urbana e rural e uma forte correlação positiva entre a população urbana e a população total de 98,82% e ainda uma correlação inversa de 68,39 % entre a população rural e total. As taxas médias de urbanização dos municípios menos pobres em 2002 e 2003, são de 64,954% e 65,770%, respectivamente. Estas taxas médias mesmo em municípios considerados mais ricos ou menos pobres, quando comparadas com as taxas médias para o Estado, de 82,730% e 83,280%, em 2002 e 2003, apresentam um déficit urbanístico de 27,367% em 2002 e de 26,623% em 2003. Esta forte correlação entre as populações urbana e rural confirma o forte movimento das áreas rurais as grandes cidades que fazem parte do grupo, bem como o avanço do processo de urbanização nessas maiores cidades e sobre o total da população do grupo dos menos pobres, Tabela 4 e 5 (Anexos D e E). Estas tendências demográficas explicam muito dos processos de metropolização da pobreza, como descritos anteriormente.

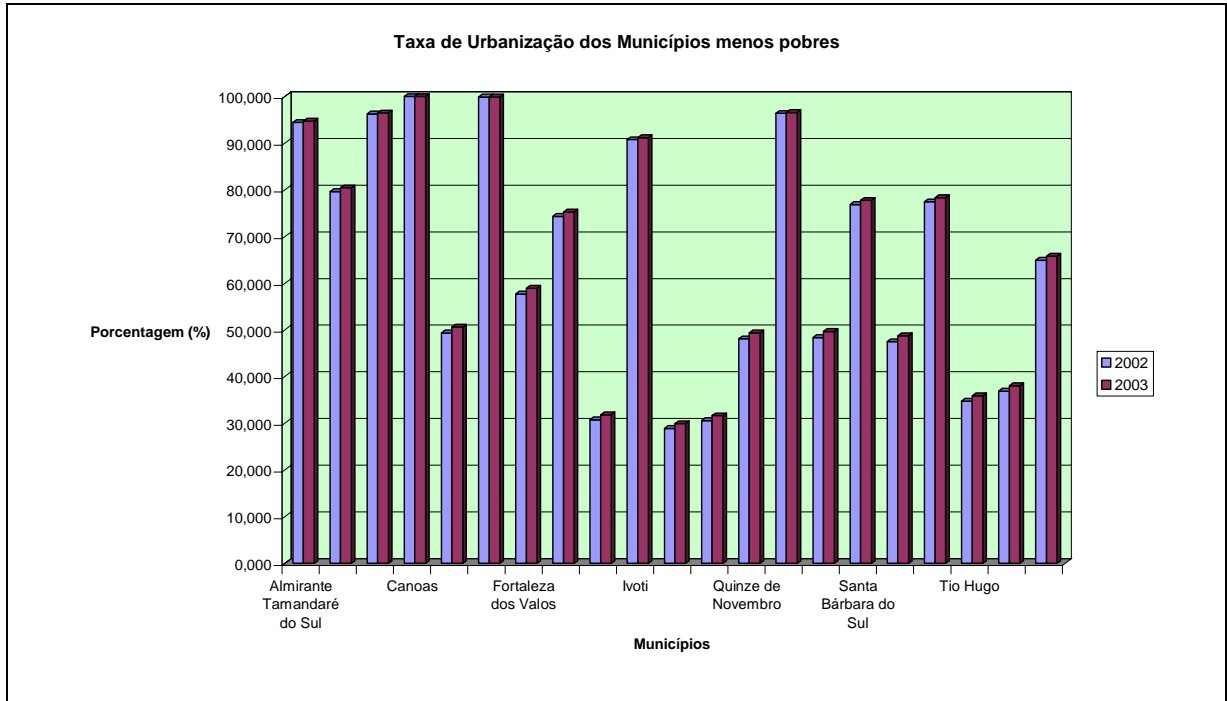


GRÁFICO 9: Taxa de urbanização nos Municípios menos pobres

Fonte: Tabela 5 (Anexo E).

A análise comparativa dos dois grupos de municípios demonstra que a mais baixa taxa média de urbanização da região Centro-Sul se deve, principalmente, às emancipações de áreas que eram essencialmente rurais com baixa taxa de urbanização, dos sete municípios que surgiram entre 1992 e 1996, cinco estão entre os piores em urbanização dentro da região. Nos municípios menos pobres entre os cinco emancipados, três possuem baixas taxas de urbanização, as quais ainda são bem superiores àquelas encontradas nos piores municípios da região Centro-Sul, Tabela 3 (Anexo C) e Tabela 5 (Anexo E).

Há, ainda, o aspecto da diversidade entre os municípios que estamos comparando, pois a região Centro-Sul é composta por municípios cuja atividade econômica está relacionada essencialmente a agropecuária, o arroz e o fumo – atividade com um papel de destaque nessas economias. O grupo dos menos pobres tem municípios que, além de pertencerem a regiões extremamente urbanizadas, como a região da Grande Porto Alegre, Vale dos Sinos e Rio Grande, com cidades como Canoas, Esteio, Ivoti, Campo Bom e Rio Grande, apresentam grande participação do setor industrial e de serviços no contexto de suas regiões e no Estado.

Em termos de alterações demográficas na população dos dois grupos, entre 1991 e 2000, verifica-se que a redução de 5,54% da população rural entre os municípios da região Centro-Sul é significativamente inferior à redução apresentada de 35,545% na população rural dos municípios menos pobres. Como a taxa de redução da população rural, nos municípios

menos pobres, supera a taxa de crescimento da população urbana e total, infere-se que estão ocorrendo migrações do campo para outros municípios que não os aqui analisados. Analisando-se as correlações dos dois grupos, constata-se que a população urbana dos municípios menos pobres sofre uma variação maior devido às migrações oriundas do campo. Este cenário na região Centro-Sul caracteriza-se por uma redução na sua população rural, com o crescimento da população urbana ultrapassando o movimento migratório do campo, representando um crescimento da população da região, principalmente urbana, Tabelas 9, 10, 11 e 12.

2.2 Incidência e Intensidade da Pobreza nos Municípios da Região Centro-Sul

Nesta subseção analisa-se a pobreza sob os aspectos da sua incidência, intensidade e desigualdade. O objetivo é identificar aqueles municípios na região Centro-Sul onde há maior ou menor incidência e intensidade da pobreza e desigualdade de renda. Para que se possa realizar a análise comparativa da próxima seção, faz-se necessário identificar nos municípios menos pobres características de pobreza comuns aos municípios da região Centro-Sul. Para a caracterização da pobreza nos dois grupos de municípios, usar-se-á indicadores de renda e de desigualdade. Para completar a análise utiliza-se ainda o Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) dos municípios, anos 2000 e 2001, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Todos indicadores foram obtidos de fontes secundárias de pesquisa, abrangendo, com exceção do IDESE, os anos 1991 e 2000, os quais serão definidos conceitualmente em capítulo específico. O critério de análise será de examinar inicialmente os indicadores entre os municípios da região Centro-Sul e, posteriormente, compará-los com os indicadores dos municípios menos pobres. Usa-se ainda a média de cada grupo e do Estado nesta análise comparativa.

2.2.1 Indicadores Monetários

Os indicadores que se pretende analisar nesta subseção, para os municípios da região Centro-Sul e do grupo dos Menos Pobres, são aqueles relacionados à renda como: a intensidade da indigência e da pobreza (I), a proporção de indigentes e de pobres (H), O Hiato

médio de renda (P^1) e o Hiato de renda quadrático médio (P^2). Analisando-se a proporção de pobres em 1991 e 2000 verifica-se que os municípios com as maiores e menores incidências de pobreza são:

TABELA 13

Proporção de pobres(H) em 1991 e 2000 - Piores e Melhores

Municípios	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$75,50, 1991	Municípios	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$75,50, 2000
1° Sentinela do Sul	53,72	1° Cerro Grande do Sul	39,07
2° Dom Feliciano	52,56	2° Sentinela do Sul	37,44
3° Arambaré	51,77	3° Barão do Triunfo	35,12
4° Barão do Triunfo	50,57	4° Mariana Pimentel	33,24
5° Chuvisca	45,99	5° Dom Feliciano	31,64
6° Cerro Grande do Sul	45,66	6° Arambaré	28,66
7° Arroio dos Ratos	43,38	7° Minas do Leão	28,10
8° Mariana Pimentel	42,11	8° São Jerônimo	27,72
9° Minas do Leão	39,25	9° Tapes	27,59
10° Butiá	37,43	10° Arroio dos Ratos	26,95
11° Sertão Santana	36,97	11° Camaquã	25,23
12° Camaquã	36,42	12° Sertão Santana	25,10
13° Tapes	32,56	13° Barra do Ribeiro	24,78
14° São Jerônimo	29,63	14° Butiá	24,58
15° Barra do Ribeiro	29,48	15° Chuvisca	22,60
16° Charqueadas	26,41	16° Charqueadas	17,00
Média da Região	40,87	Média da Região	28,43
Média do Estado	42,74	Média do Estado	26,01

Fonte : Atlas do Desenvolvimento no Brasil e Tabela 6 (Anexo F)

Entre os municípios com as maiores incidências de pobreza em 1991, estão Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Arambaré, Barão do Triunfo, Chuvisca, Cerro Grande do Sul e Arroio dos Ratos. Todos ultrapassaram a proporção média de pobres do Estado de 42,74% neste ano e quando se considera a proporção média da região de 40,87%, soma-se ao grupo o município de Mariana Pimentel. Os municípios que apresentam as menores incidências de pobreza na região em 1991, abaixo da média da região e do Estado são: Charqueadas, Barra do Ribeiro, São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Sertão Santana, Butiá e Minas do Leão. Analisando-se a proporção de pobres em 2000, constata-se que entre os sete municípios que apresentam os

piores indicadores de proporção de pobres em 1991, apenas o município de Chuvisca teve uma redução significativa passando da 5ª pior colocação para a 2ª melhor colocação em 2000. Os demais municípios encontram-se ainda entre os dez piores em ordem de colocação considerando este indicador H, Tabela 13. Apesar da maior parte desses municípios serem os mais urbanizados da região, estarem localizados numa região carbonífera e próximos a Lagoa dos Patos, são municípios que ainda têm suas economias centralizadas na atividade agropecuária e de serviços que dependem do crescimento de outras regiões do Estado e do país, principalmente quando se trata da cultura do arroz e do fumo.

TABELA 14

Redução de H em % - Região Centro-Sul

Municípios	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$75,50, 1991	Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$75,50, 2000	Redução de H %
Arambaré	51,77	28,66	44,64
Arroio dos Ratos	43,38	26,95	37,87
Barão do Triunfo	50,57	35,12	30,55
Barra do Ribeiro	29,48	24,78	15,94
Butiá	37,43	24,58	34,33
Camaquã	36,42	25,23	30,72
Cerro Grande do Sul	45,66	39,07	14,43
Charqueadas	26,41	17,00	35,63
Chuvisca	45,99	22,60	50,86
Dom Feliciano	52,56	31,64	39,80
Mariana Pimentel	42,11	33,24	21,06
Minas do Leão	39,25	28,10	28,41
São Jerônimo	29,63	27,72	6,45
Sentinela do Sul	53,72	37,44	30,31
Sertão Santana	36,97	25,10	32,11
Tapes	32,56	27,59	15,26
Média da Região	40,87	28,43	30,45
Média do Estado	42,74	26,01	39,14

Fonte: Tabela 6 (Anexo F)

Entre os municípios onde ocorreram as maiores reduções na incidência da pobreza estão: Chувиска, Arambaré, Dom Feliciano, Arroio dos Ratos, Charqueadas, Butiá e Sertão Santana. Arambaré e Dom Feliciano, estes municípios continuam entre os sete piores em incidência de pobreza, Tabelas 13 e 14. Comparando-se a proporção de pobres entre os municípios da região Centro-Sul com os municípios menos pobres, verifica-se que em termos médios do Estado, há uma incidência da pobreza menor nestes municípios considerados menos pobres - dos dezessete municípios apenas três têm incidências de pobreza maior quando comparado à média do Estado: Santa Bárbara do Sul (44,12%), Nicolau Vergueiro (47,8%), e o pior em incidência de pobreza é Santo Antônio do Planalto (49,94%). Desta maneira, esta constatação contraria a tese defendida no meio acadêmico (como mostrado no capítulo anterior) de que a incidência de pobreza é maior somente nas grandes cidades, ainda que em termos absolutos isto seja verdadeiro. Em 1991 há uma incidência média de pobreza maior na região Centro-Sul, 40,87% em contraste a 29,36% dos menos pobres. Este quadro não se modificou em 2000: 28,43% contra 15,17%. Ainda que nos dois grupos de municípios tenha ocorrido uma redução da proporção de pessoas pobres e da média em cada grupo, entre 1991 e 2000, ela foi maior entre os municípios menos pobres, Tabelas 6 e 7 (Anexos F e G).

Comparando-se a Proporção de pobres (H) com a Intensidade da pobreza (I) em 1991, na região Centro-Sul, constata-se que os municípios Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Charqueadas, Mariana Pimentel, São Jerônimo, Sertão Santana e Tapes, têm uma intensidade de pobreza maior do que a proporção de pobres. O significado disso é que a pobreza nesses municípios é mais caracterizada por sua intensidade do que por sua incidência. Nos municípios Arambaré, Barão do Triunfo, Cerro Grande do Sul, Chувиска, Dom Feliciano, Minas do Leão e Sentinela do Sul há uma predominância da Proporção de pobres em relação à Intensidade da pobreza. Isto ocorre devido à natureza da atividade econômica desses municípios essencialmente agropecuária que incorpora novas tecnologias sem aumentar o correspondente nível de emprego agravando conseqüentemente o quadro de incidência da pobreza. Entre os piores municípios com os maiores indicadores de Intensidade da pobreza (I), superando a média do Estado, estão Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Barão do Triunfo, Arroio dos Ratos e Mariana Pimentel. Além destes municípios acrescentam-se Chувиска, Cerro Grande do Sul e Butiá que apresentam intensidade da pobreza superior à média da região. Os municípios que apresentam indicadores de Intensidade da pobreza mais baixos são pela ordem: Minas do Leão, Tapes, Charqueadas, São Jerônimo, Barra do Ribeiro, Sertão Santana e Arambaré e Camaquã, todos com taxas inferiores a média da região e do Estado.

Em 2000 o quadro da Intensidade da pobreza acentua-se, todos os municípios da região Centro-Sul apresentam um indicador da Intensidade da pobreza (I) superior ao indicador Proporção de pobres(H), Tabela 6 (Anexo F).

Cotejando-se os dois grupos de municípios, em 1991 e 2000, verifica-se que em média a Intensidade da pobreza (I) na região Centro-Sul é maior do que entre os municípios menos pobres. Da mesma forma, em média, a Proporção de pobres (H) é também maior na região Centro-Sul, quando comparada à Proporção média de pobres dos municípios menos pobres, ainda que em termos de média do Estado o indicador Intensidade da pobreza entre os grupos sejam semelhantes, apresentando pequena diferença entre eles. Quando comparamos os indicadores de Intensidade da pobreza com o de Proporção de pobres entre os dois grupos de municípios, em 1991 e 2000, verifica-se que, em média, a Intensidade da pobreza é maior do que a proporção de pobres nos dois grupos de municípios, demonstrando que a pobreza é na região Centro-Sul muito mais um problema de intensidade do que de incidência. Contudo em média a Intensidade da pobreza diminuiu entre 1991 e 2000 nos municípios menos pobres, enquanto nos municípios da região Centro-Sul em 2000, apesar da pequena redução, ela apresenta-se muito superior à média da Proporção de pobres, Tabelas 6 e 7 (Anexos F e G).

A análise dos indicadores de Intensidade da indigência em 1991 e 2000, apresentados nas Tabelas 15 e 16, sugere um crescimento acentuado da indigência entre estes anos em todos os municípios que se encontram com indicadores superiores a média da região e a média do Estado. Saliente-se que os piores são aqueles municípios que têm indicadores que superam a média da região e do Estado e os melhores são aqueles que têm indicadores inferiores a estas médias. Destacam-se positivamente os municípios de Chuvisca, pois é o pior em 1991 e passou a ser o terceiro melhor em 2000, Barão do Triunfo que passou da 12ª para 5ª posição, Mariana Pimentel da 11ª entre os piores para a 1ª posição entre os melhores. Negativamente alguns municípios que estavam entre os melhores passaram a fazer parte dos piores em Intensidade da indigência: Charqueadas que é o 7º melhor em 1991 passou a ser o 13º pior em 2000, Tapes que é o 5º em 1991 passou a ser o 11º em 2000, Barra do Ribeiro que é o 2º melhor em 1991 passou a ser em 2000, o 14º pior, Minas do Leão que em 1991 é o município com a menor Intensidade da pobreza, ocupando a 1ª posição, passou a ser o 10º entre os piores municípios em Intensidade da indigência, conforme Tabelas 15 e 16. O significado disso é que as pessoas que eram pobres tornaram-se mais pobres, passando de pobres a indigentes, essa sinalização dada por este quadro caracteriza a existência da pobreza absoluta em alguns desses municípios.

TABELA 15

Piores em intensidade da indigência em 1991 e 2000

Ordem	Municípios Centro-Sul	Intensidade da indigência, 1991	Ordem	Municípios Centro-Sul	Intensidade da indigência, 2000
16	Chувиска	42,21	16	São Jerônimo	55,79
15	Arroio dos Ratos	40,08	15	Arroio dos Ratos	54,55
14	Sentinela do Sul	37,71	14	Barra do Ribeiro	53,60
13	São Jerônimo	36,95	13	Charqueadas	51,06
12	Barão do Triunfo	36,73	12	Camaquã	50,36
11	Mariana Pimentel	36,71	11	Tapes	47,14
10	Camaquã	36,37	10	Minas do Leão	46,93
	Média do Estado	36,34	9	Sentinela do Sul	43,74
9	Cerro Grande do Sul	35,71		Média da Região	50,40
	Média da Região	37,65		Média do Estado	42,25

Fonte: Tabela 6 (Anexo F)

TABELA 16

Melhores em Intensidade da indigência em 1991 e 2000

Ordem	Municípios Centro-Sul	Intensidade da indigência, 1991	Ordem	Municípios Centro-Sul	Intensidade da indigência, 2000
8	Butiá	34,16	8	Sertão Santana	41,82
7	Charqueadas	33,95	7	Butiá	41,31
6	Dom Feliciano	33,57	6	Arambaré	39,35
5	Tapes	32,75	5	Barão do Triunfo	36,62
4	Sertão Santana	30,77	4	Cerro Grande do Sul	35,03
3	Arambaré	29,19	3	Chувиска	34,01
2	Barra do Ribeiro	28,38	2	Dom Feliciano	31,97
1	Minas do Leão	25,73	1	Mariana Pimentel	28,48

Fonte: Tabela 6 (Anexo F)

Comparando-se os indicadores de Intensidade da indigência dos municípios da região Centro-Sul com os dos municípios menos pobres, verifica-se que a Intensidade da indigência é semelhante àquela existente na região Centro-Sul, em termos médios, em 1991, a região

Centro-Sul apresenta um indicador de 34,44% e o grupo dos menos pobres 35,02 %. Em 2000 a indigência média passa a 43,24% e 42,01%, Centro-Sul e menos pobres, respectivamente. Nos municípios mais urbanizados como Esteio, o crescimento da indigência foi significativo, de 37,67% para 71,74%, entre os anos 1991 e 2000. Campo Bom, Canoas, Rio Grande, Teutônia e Ivoti em menor escala, apresentaram crescimento acentuado da Intensidade da indigência no período. Os municípios menores como Ipiranga do Sul, Nicolau Vergueiro, Quinze de Novembro, Salvador do Sul e Vitor Graeff apresentaram redução na Intensidade da indigência entre estes anos (Tabelas 6 e 7 - Anexos F e G).

Analisando-se os indicadores que consideram a proporção de pobres(H), o Hiato médio de renda (P^1) - que leva em conta a proporção de pobres e a intensidade da pobreza (I) - e o Hiato de renda quadrático médio (P^2), que além de considerar as variáveis componentes do Hiato médio de renda considera ainda a desigualdade de renda na distribuição, verifica-se que em todos municípios da região Centro-Sul, os três indicadores apresentaram redução entre 1991 e 2000. Apesar disto, muitos municípios ainda têm indicadores que apresentam incidência, intensidade e desigualdade de renda elevada e que contribuem na caracterização da pobreza da região. Sentinela do Sul tem os piores indicadores, ocupando a 1ª e a 2ª pior posição em 1991 e 2000, respectivamente. Esta mudança de posição de Sentinela do Sul ocorre porque Cerro Grande do Sul passa de 1991 a 2000, nos três indicadores da 6ª pior a 1ª pior posição. Dom Feliciano nos três indicadores passa da 2ª a 5ª pior posição. Arambaré é um município que apresentou progressos em termos de redução da proporção de pobres, passando da 3ª pior posição a 6ª pior, considerando-se o Hiato médio de renda, Arambaré saiu da 4ª pior posição para a 10ª posição, estando com este indicador, inferior a média da região, mas ainda acima da média do Estado. Em relação ao Hiato de renda quadrático médio, Arambaré apresenta-se ainda melhor, pois passou da 5ª pior posição para a 12ª, inferior tanto a média da região como a média do Estado. Barão do Triunfo é um dos municípios que se manteve entre os piores nos três indicadores, saindo da 4ª pior a 3ª pior posição em proporção de pobres, permanecendo nesta posição nos outros dois indicadores. Se há um município que realizou enormes progressos em reduzir a proporção de pobres, o Hiato médio de renda (5ª para 15ª), e o Hiato de renda quadrático médio (4ª para 14ª) é Chuvisca, ficando em 2000, entre os municípios com menor proporção de pobres, intensidade da pobreza e desigualdade de renda. Arroio dos Ratos apesar de ter reduzido a incidência e intensidade da pobreza e a desigualdade de renda, apresenta indicadores piores do que a média do Estado e da região, da 7ª a 10ª pior posição em proporção de pobres, da 7ª a 9ª pior posição no Hiato médio de renda

e da 7ª a 10ª pior posição no Hiato de renda quadrático médio. Mariana Pimentel é o município que em 1991, apresenta indicadores inferiores à média do Estado, mas superiores em relação à média da região, contudo em relação a 2000, há um aumento da pobreza e da desigualdade de renda quando se analisa os dos três indicadores, passou da 8ª a 4ª pior posição em proporção de pobres e no Hiato médio de renda, e da 8ª a 6ª posição no Hiato de renda quadrático médio (Tabela 17).

TABELA 17

Colocação dos Municípios entre os piores indicadores, 1991 e 2000 – Região Centro-Sul

Municípios	Proporção de pobres (H)		Hiato médio de Renda (P ¹)		Hiato de renda quadrático médio (P ²)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Sentinela do Sul	1	2	1	2	1	2
Dom Feliciano	2	5	2	5	2	5
Arambaré	3	6	4	10	5	12
Barão do Triunfo	4	3	3	3	3	3
Chувиска	5	15	5	15	4	14
Cerro Grande do Sul	6	1	6	1	6	1
Arroio dos Ratos	7	10	7	9	7	10
Média do Estado						
Mariana Pimentel	8	4	8	4	8	6
Média da Região						
Minas do Leão	9	7	12	12	12	13
Butiá	10	14	9	13	9	11
Sertão Santana	11	12	11	14	11	16
Camaquã	12	11	10	11	10	9
Tapes	13	9	13	7	13	7
São Jerônimo	14	8	15	6	15	4
Barra do Ribeiro	15	13	14	8	14	8
Charqueadas	16	16	16	16	16	15

Fonte: Tabelas 6 e 7 (Anexos F e G).

Comparando-se os três indicadores para os dois grupos de municípios, Centro-Sul e menos pobres, constata-se que a média da região Centro-sul em 1991 é sempre inferior a média do Estado. Contudo em 2000 passa a ser superior a esta média. Na região Centro-Sul verifica-se uma redução, entre 1991 e 2000, na proporção de pobres de 43,757%, o Hiato médio de renda reduziu-se 48,387% e o Hiato de renda quadrático médio apresentou uma redução de 53,132%. A redução da média dos indicadores para os municípios menos pobres é mais significativa: 93,540%, 117,647% e 144,808% respectivamente, para proporção de

pobres, Hiato médio de renda e Hiato de renda quadrático médio. Este quadro sugere que em alguns municípios em 1991 predominava a incidência de pobreza e em 2000, o crescimento da sua intensidade colocou-os entre os piores em Hiato médio de renda. Da mesma forma, em alguns municípios há um crescimento da desigualdade de renda entre 1991 e 2000, colocando-os também entre os piores quando se analisa o Hiato de renda quadrático médio, Tabelas 6 e 7 (Anexos F e G).

2.2.2 Indicadores de Desigualdade de Renda

A importância da análise de indicadores de desigualdade de renda é avaliar a dimensão da desigualdade existente nos municípios da região Centro-Sul e analisar se a pobreza está vinculada essencialmente a essa desigualdade de renda. Para tal, compara-se os municípios menos pobres com os de menor desigualdade. Se esta relação for predominante isto poderá nos auxiliar na indicação de políticas públicas de redução das desigualdades de renda. Em função disso, nesta subseção, analisa-se os indicadores de desigualdade de renda apresentando a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres. Apresenta-se também o Índice de Gini, que descreve o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* [seu valor varia de zero a 1, será zero quando não há desigualdade (a renda de todos têm o mesmo valor) e igual a 1 quando apenas um indivíduo é detentor da renda da sociedade e a renda de todos os demais é nula]. Outro indicador utilizado é o Índice de Theil L que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

Analisando-se a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, verifica-se que em 1991 a média entre os municípios do Estado é de 17,73%, superando a média de 13,57% da região Centro-Sul, em 30,656%. Entre os municípios, na região Centro-Sul, com grau de desigualdade inferior à média da região de 13,57%, estão Arambaré, Minas do Leão, Chувиска, Sertão Santana, Barão do Triunfo, Charqueadas, Butiá e Mariana Pimentel. Considerando-se a média do Estado de 17,53% nesse ano de 1991, há ainda os municípios que situam-se entre a média da região e do Estado como Arroio dos Ratos, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Barra do Ribeiro e São

Jerônimo. Dois municípios, Camaquã e Tapes, despontam com a maior desigualdade superando a média existente do Estado nesse ano de 1991. Um indivíduo de Camaquã com renda pertencente ao grupo dos 10% mais ricos recebe 19,87 vezes mais do que um indivíduo com renda pertencente ao grupo dos 40% mais pobres. Em Tapes esta razão é de 21,57 demonstrando a existência de uma extrema desigualdade no município, Tabela 8 (Anexo H) e Gráfico 10.

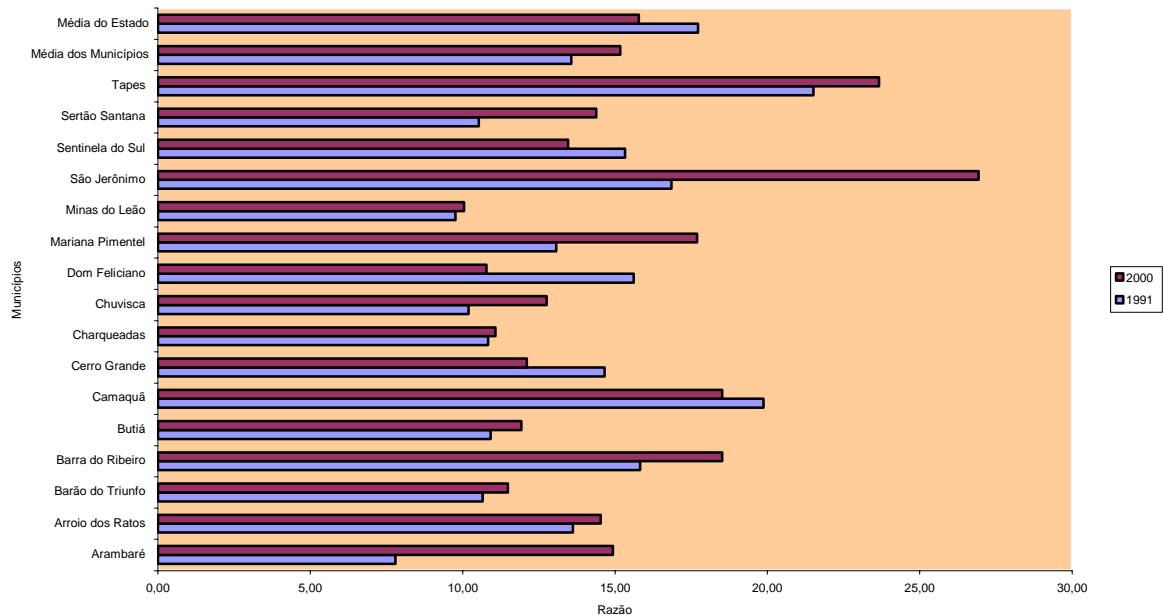


GRÁFICO 10: Razão entre a renda média domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres – Região Centro-Sul, média da região e do Estado
Fonte: Tabela 8 (Anexo H)

Em 2000, considerando-se este mesmo indicador, a desigualdade acentua-se na região Centro-Sul, a média da região passa de 13,57% em 1991 para 15,18% neste ano, representando um crescimento sobre a média de 11,864%. Doze de seus municípios apresentam crescimento na desigualdade em 2000 quando comparado a 1991, ainda que onze destes municípios fiquem abaixo da desigualdade média da região e do Estado. São Jerônimo que é o 3º pior em desigualdade em 1991, agora passa a ser o 1º colocado, Tapes e Camaquã

continuam entre os piores assumindo a 2ª e 3ª colocação. Barra do Ribeiro continua ocupando a 4ª pior posição em desigualdade e Mariana Pimentel sai da 8ª para a 5ª pior posição.

Comparando-se a média deste indicador de desigualdade entre os municípios da região Centro-Sul e o grupo dos menos pobres constata-se que, em 1991, a desigualdade é muito maior entre os menos pobres, 19,42% contra 13,57% da região Centro-Sul, superando inclusive a desigualdade média do Estado que é de 17,73% em 1991. A desigualdade é tão acentuada em alguns municípios que alcança razões bastantes elevadas, Nova Alvorada (43,06), Santo Antonio do Planalto (39,21), Fortaleza dos Valos (34,70), Santa Bárbara do Sul (26,10), Colorado (23,48) e Vitor Graeff (20,62), todas razões acima da média dos municípios e a do Estado.

Isto ocorre em função da renda gerada estar vinculada a poucas grandes propriedades seja na atividade agropecuária extensiva ou na agricultura intensiva, tal como se pode ver na Tabela 1 (Anexo A). Este quadro modifica-se também acentuadamente em 2000, nestes municípios menos pobres. A média do grupo de 14,28% passa a ser inferior à média da região Centro-Sul de 15,18%. Entre os municípios com menor desigualdade no grupo dos menos pobres neste ano de 1991 encontra-se Ivoti, Teutônia, Ipiranga do Sul, Campo Bom, Esteio, Canoas, Salvador do Sul, Rio Grande, Nicolau Vergueiro, Ibirubá e Quinze de Novembro, todos com razões de desigualdade inferiores a média do Estado. Em 2000 muitos destes municípios passaram a figurar entre os piores em desigualdade, considerando-se este indicador. Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Rio Grande, Santa Bárbara do Sul, Canoas e Ipiranga do Sul, todos com a razão individual superior à média entre os menos pobres e com exceção do último município, Ipiranga do Sul, também acima da média do Estado, Tabelas 8 e 9 (Anexos H e I).

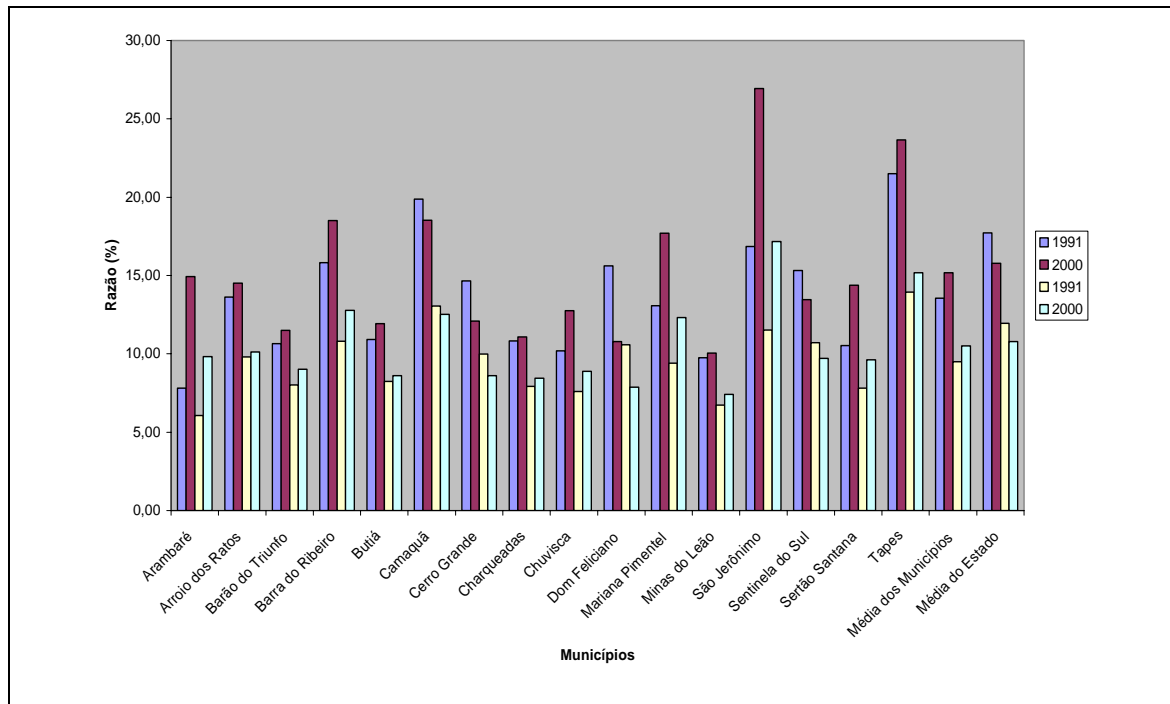


GRÁFICO 11: Razão entre os 10% e 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, em 1991 e 2000 – Região Centro-Sul
Fonte: Tabela 7 (Anexo G)

Comparando-se os dois indicadores de razão apresentados no Gráfico 11, verifica-se que a desigualdade de renda ao passar dos 10% para os 20% mais ricos, em relação aos 40% mais pobres, diminui em quase todos municípios da região Centro-Sul. A exceção é Arambaré e São Jerônimo, onde em 2000, a razão dos 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres supera a razão entre os 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres de 1991. Os municípios de São Jerônimo, Tapes, Barra do Ribeiro, Camaquã e Mariana Pimentel ainda situam-se acima da média da região e do Estado. Nos municípios menos pobres também ocorreu uma redução na desigualdade quando altera-se a razão de 10% para 20% mais ricos em relação a 40% dos mais pobres, em 1991 e 2000. Quando compara-se a razão média dos 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, nos dois grupos, verifica-se que também há uma redução da desigualdade nos municípios menos pobres, em 1991 e 2000.

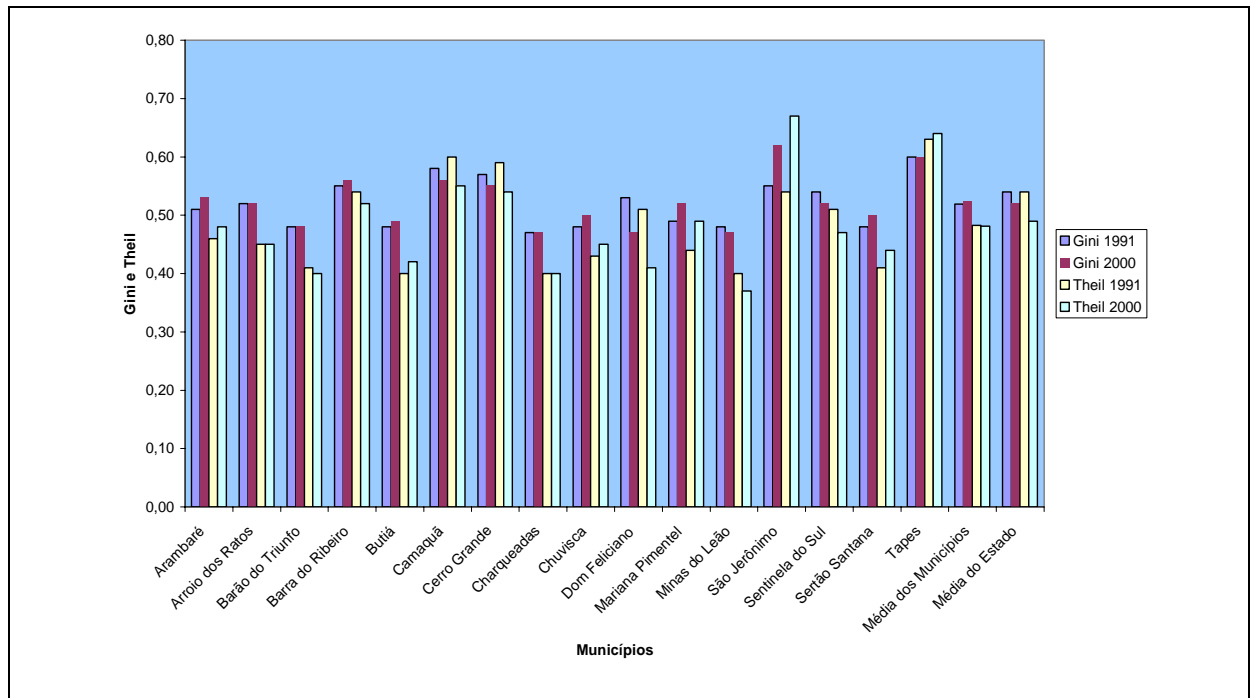


GRÁFICO 12: Índice de Gini e de Theil L, 1991 e 2000, Região Centro-Sul, Média dos Municípios e do Estado

Fonte: Tabela 8 (Anexo H)

A análise dos coeficientes de Gini e de Theil L referentes aos municípios da região Centro-Sul demonstra elevada desigualdade de renda em muitos de seus municípios. Três de seus municípios, Tapes, Camaquã e Cerro Grande do Sul, superam o índice de Gini médio da região. Barra do Ribeiro e São Jerônimo igualam-se a este índice da região e Sentinela do Sul iguala-se ao índice de Gini médio do Estado nesse ano de 1991. Os municípios que têm menor desigualdade de renda em 1991, conforme índice de Gini são Charqueadas, Sertão Santana, Minas do Leão, Chuvisca, Butiá, Barão do Triunfo e Mariana Pimentel com índice de Gini inferior a 0,50. Um grupo intermediário com índices de Gini superiores a 0,50 são os municípios de Arambaré, Arroio dos Ratos e Dom Feliciano (Tabela 18 e Gráfico 12).

TABELA 18
Indicadores de Desigualdade de Renda Região Centro-Sul -1991 e 2000

Municípios	Gini 1991	Municípios	Gini 2000	Municípios	Theil 1991	Municípios	Theil 2000
Tapes	0,60	São Jerônimo	0,62	Tapes	0,63	São Jerônimo	0,67
Camaquã	0,58	Tapes	0,60	Camaquã	0,60	Tapes	0,64
Cerro Grande	0,57	Barra do Ribeiro	0,56	Cerro Grande	0,59	Camaquã	0,55
Barra do Ribeiro	0,55	Camaquã	0,56	Barra do Ribeiro	0,54	Cerro Grande	0,54
São Jerônimo	0,55	Cerro Grande	0,55	São Jerônimo	0,54	Barra do Ribeiro	0,52
Sentinela do Sul	0,54	Arambaré	0,53	Média do Estado	0,54	Mariana Pimentel	0,49
Média do Estado	0,54	Média dos Municípios	0,57	Dom Feliciano	0,51	Média do Estado	0,49
Dom Feliciano	0,53	Arroio dos Ratos	0,52	Sentinela do Sul	0,51	Média dos Munic	0,56
Arroio dos Ratos	0,52	Mariana Pimentel	0,52	Média dos Munic	0,56	Arambaré	0,48
Média dos Municípios	0,55	Sentinela do Sul	0,52	Arambaré	0,46	Sentinela do Sul	0,47
Arambaré	0,51	Média do Estado	0,52	Arroio dos Ratos	0,45	Arroio dos Ratos	0,45
Mariana Pimentel	0,49	Chувиска	0,50	Mariana Pimentel	0,44	Chувиска	0,45
Barão do Triunfo	0,48	Sertão Santana	0,50	Chувиска	0,43	Sertão Santana	0,44
Butiá	0,48	Butiá	0,49	Barão do Triunfo	0,41	Butiá	0,42
Chувиска	0,48	Barão do Triunfo	0,48	Sertão Santana	0,41	Dom Feliciano	0,41
Minas do Leão	0,48	Charqueadas	0,47	Butiá	0,40	Barão do Triunfo	0,40
Sertão Santana	0,48	Dom Feliciano	0,47	Charqueadas	0,40	Charqueadas	0,40
Charqueadas	0,47	Minas do Leão	0,47	Minas do Leão	0,40	Minas do Leão	0,37

Fonte : Tabela 8 (Anexo H)

Quando se analisa o índice de Theil em 1991, verifica-se que Tapes, Camaquã e Cerro Grande do Sul são aqueles municípios com elevada desigualdade ultrapassando a média da região neste ano. Barra do Ribeiro e São Jerônimo apresentam índice de Theil neste ano idênticos à média do Estado. Os municípios com menor desigualdade de renda em 1991, quando se considera o índice de Theil são Minas do Leão, Charqueadas, Butiá, Sertão Santana, Barão do Triunfo, Chувиска, Mariana Pimentel, Arroio dos Ratos, Arambaré, Sentinela do Sul e Dom Feliciano, todos com índices abaixo de Theil médio do Estado e dos municípios menos pobres. Resumindo-se, as duas análises dos dois indicadores, Gini e Theil em 1991, verifica-se que os municípios de Tapes, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Barra do Ribeiro e São Jerônimo apresentaram a maior desigualdade de renda na região Centro-Sul. Charqueadas, Minas do Leão, Sertão Santana, Chувиска, Butiá, Barão do Triunfo e Mariana Pimentel são municípios com a menor desigualdade de renda neste ano de 1991, levando-se em conta os mesmos índices de Gini e Theil (Tabela 18 e Gráfico 12).

Quando analisa-se o índice de Theil em 2000, verifica-se que São Jerônimo e Tapes têm índices superiores a média da região Centro-Sul e, entre esta média e a do Estado estão situados os municípios de Camaquã, Cerro Grande do Sul, Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel. Os que apresentam menor desigualdade de renda conforme o índice de Theil em 2000, são os municípios de Minas do Leão, Charqueadas, Barão do Triunfo, Dom Feliciano, Butiá, Sertão Santana, Chувиска, Arroio dos Ratos, Sentinela do Sul e Arambaré - todos municípios apresentam índices inferiores ao índice de Theil médio do Estado.

Em resumo, quando se analisa o índice de Gini e Theil referente a 2000, constata-se que os municípios com maior desigualdade de renda na região Centro-Sul são: São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Barra do Ribeiro, Cerro Grande do Sul e Arambaré. Os municípios com menor desigualdade de renda são: Minas do Leão, Charqueadas, Dom Feliciano, Barão do Triunfo, Butiá, Sertão Santana e Chувиска. Das duas análises realizadas com os índices de Gini e Theil, em 1991 e 2000, verifica-se que São Jerônimo, Tapes, Camaquã, Barra do Ribeiro e Cerro Grande do Sul são aqueles municípios dentro da região Centro-Sul que apresentam maior desigualdade de renda, enquanto Minas do Leão, Charqueadas, Dom Feliciano, Barão do Triunfo, Butiá, Sertão Santana e Chувиска apresentam a menor desigualdade de renda da região (Tabela 18 e Gráfico 12).

Dentre os municípios menos pobres (ao analisar-se a evolução do índice de Gini de 1991 e 2000) verifica-se uma elevada desigualdade de renda em muitos municípios pertencentes ao grupo. Os que estão com índices de Gini que superam o Gini médio do grupo

em 1991, que é de 0,60 são Colorado, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara do Sul e Santo Antônio do Planalto. Entre o Gini médio do grupo de 0,60 e o do Estado de 0,54 há uma série de municípios: Nova Alvorada, Quinze de Novembro, Victor Graeff, Nicolau Vergueiro, Ibirubá e Rio Grande, todos com desigualdade de renda elevada. Em 2000, os que superam o índice de Gini médio do grupo, que é de 0,55, portanto um pouco inferior ao de 1991, são os municípios de Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Santa Bárbara do Sul e Rio Grande. Entre o Gini médio do grupo em 2000, que é de 0,55 e do Estado de 0,52, está o município de Canoas com 0,53.

Quando se analisa o índice de Theil, em 1991 e 2000, constata-se que há municípios do grupo dos menos pobres que têm índices que refletem uma extrema desigualdade de renda. Em 1991 a média do grupo é de 0,66 e estão com índices acima desta média os municípios de Colorado, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto e Nova Alvorada. Entre a média do grupo de 0,66 e a média do Estado de 0,54, em 1991, estão os municípios de Quinze de Novembro, Nicolau Vergueiro, Victor Graeff e Ibirubá. Em 2000, os municípios com índice de Theil acima da média do grupo de 0,57 são Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Rio Grande e Santa Bárbara do Sul. Entre a média do Grupo de 0,57 e a do Estado de 0,49 estão os municípios de Canoas e Ipiranga do Sul. Em resumo, os municípios entre os menos pobres que em 1991 e 2000 apresentam maior desigualdade de renda são: Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Santa Bárbara do Sul, Rio Grande e Canoas, os três primeiros ligados a atividade agropecuária em grandes propriedades e os dois últimos relacionados ao crescimento da população desordenado com o aumento das migrações para áreas urbanas, sem a contrapartida de emprego e renda. Os municípios que apresentam em 1991 e 2000, evolução em termos de redução e de menor desigualdade de renda são Teutônia, Salvador do Sul, Ivoti, Campo Bom e Quinze de Novembro (Tabelas 8 e 9 – Anexos H e I).

2.3 Análise Comparativa entre Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade com Indicadores de Educação, Saúde e Saneamento Básico

Nesta seção realiza-se uma análise comparativa entre indicadores de renda, pobreza e desigualdade de renda com os indicadores relacionados a multidimensionalidade da pobreza, tais como indicadores de educação, saúde e saneamento básico. O objetivo desta análise é caracterizar a pobreza segundo a sua incidência, intensidade e desigualdade de renda,

explorando sua interpretação como privação de capacitações. Deste modo, a ênfase desta análise busca identificar aspectos mais amplos ou multidimensionais que possam estar presentes além da insuficiência de renda, na pobreza dos municípios da Região Centro-Sul. Utiliza-se a relação dos municípios identificados na seção anterior para a realização desta análise.

O critério que se adota é o de utilizar sempre aqueles municípios que apresentam indicadores de incidência e intensidade da pobreza e de desigualdade de renda que superam a média entre os municípios de cada grupo. Alternativamente, usa-se a média do Estado em relação aquele indicador, destacando aquele que for menor. Assim procura-se ampliar o número de municípios para efeito de comparação. Os dois grupos mencionados são os municípios da região Centro-Sul e os pertencentes ao grupo dos menos pobres.

2.3.1 Análise comparativa entre indicadores de incidência e intensidade da pobreza com indicadores de educação

A partir da análise entre os indicadores proporção de pobres (H) e percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade analfabetas em 1991, constata-se que há uma correlação geral de 0,5680 entre proporção de pobres e percentual de crianças de 07 a 14 anos analfabetas neste ano, quando se consideram todos municípios da região Centro-Sul e há uma correlação de 0,5411 neste ano entre as mesmas variáveis em análise, quando leva-se em conta apenas os municípios que situam-se acima da média da região -indicador mais baixo quando comparado ao do Estado. Pelo último critério, estes municípios são Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Arambaré, Barão do Triunfo, Chувиска, Cerro Grande do Sul, Arroio dos Ratos e Mariana Pimentel.

O coeficiente de correlação calculado sinaliza que entre analfabetismo e proporção de pobres (H) não há uma relação direta significativa em 1991.

O percentual de crianças em idade de 7 a 14 anos analfabetas em 1991, dado o coeficiente médio de correlação, não está relacionado diretamente a insuficiência de renda (Tabela 6 - Anexo F; Tabela 10 - Anexo J; Gráfico 13). Em 2000 acrescenta-se à lista de municípios de 1991, os municípios de Minas do Leão, São Jerônimo e Tapes.

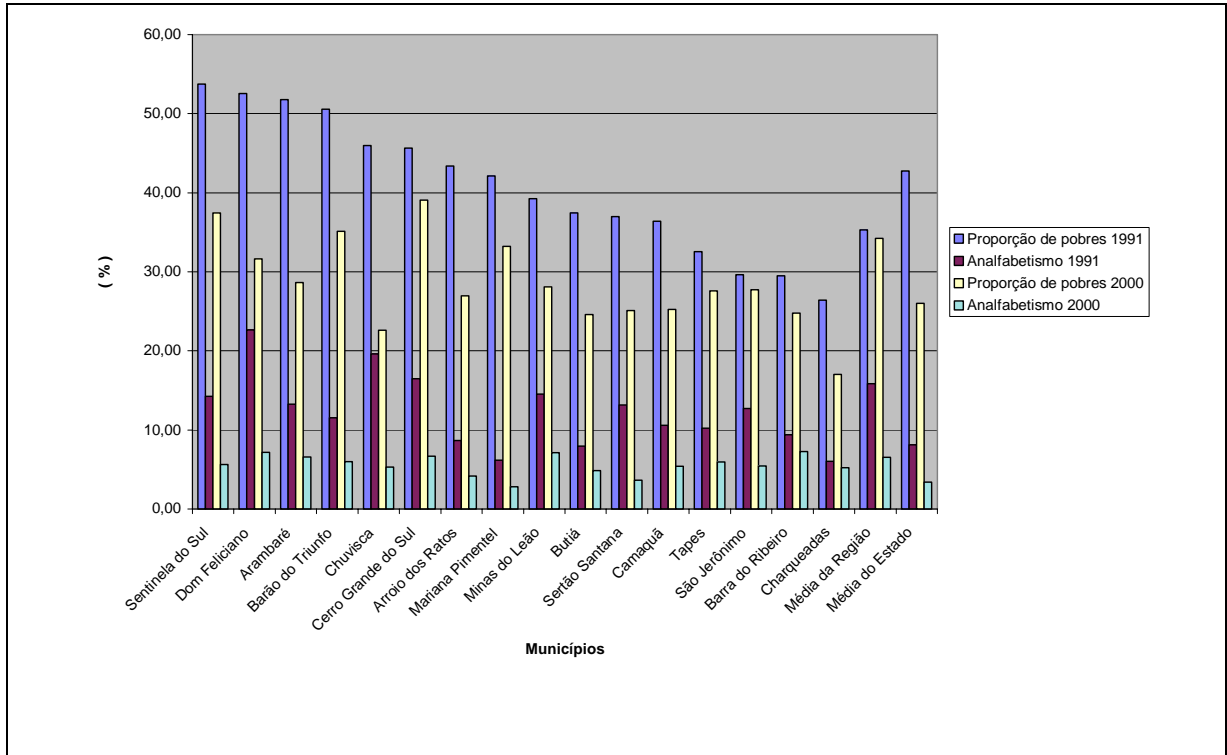


GRÁFICO 13: Indicadores de proporção de pobres e de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos de idade – Região Centro - Sul

Fonte: Tabelas 6 e 10 (Anexos F e J)

Quando se analisa os dois indicadores dos municípios menos pobres, verifica-se que o percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, tanto em 1991 quanto em 2000, para o conjunto de municípios menos pobres é sempre inferior quando comparados aos dos municípios da região Centro-Sul, significando que o analfabetismo e a pobreza estão significativamente relacionados.

O acesso à educação contribui para a redução da pobreza nesses municípios menos pobres.

O contexto das liberdades substantivas está presente quando damos acesso à educação a todas crianças, permitindo que elas desenvolvam capacitações evitando o círculo vicioso da pobreza.

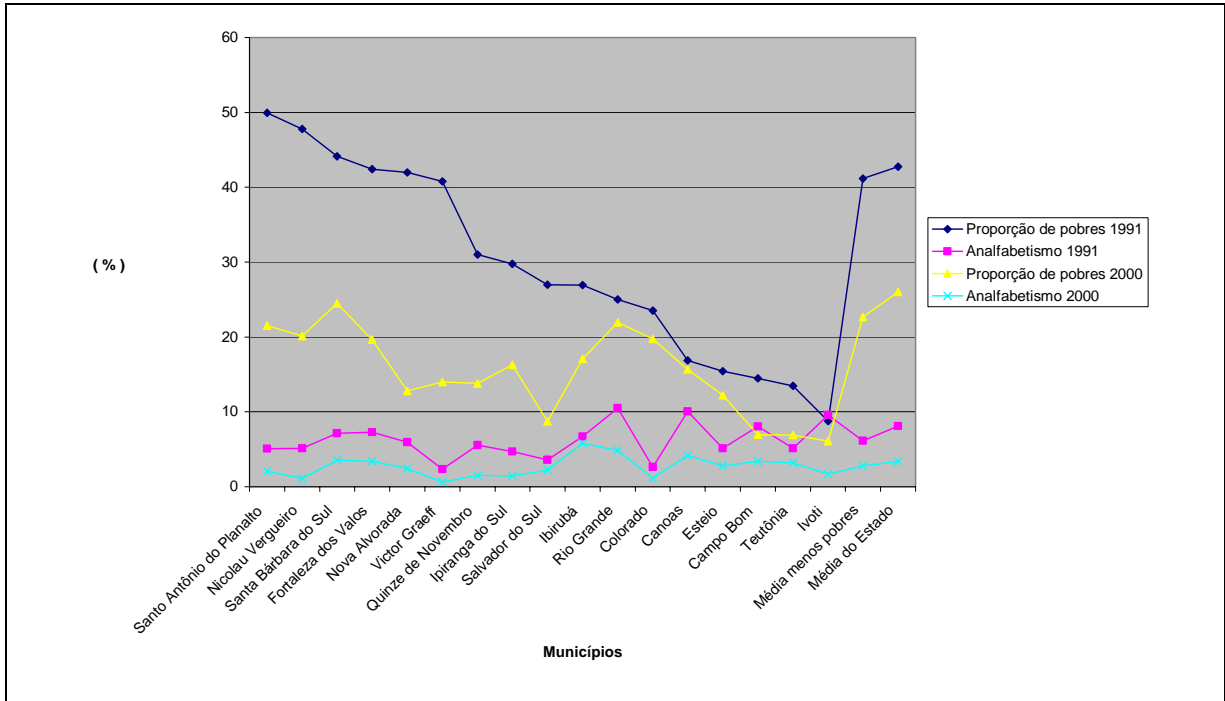


GRÁFICO 14: Indicadores de proporção de pobres (H) e analfabetismo em crianças de 7 a 14 anos de idade – Municípios Menos Pobres

Fonte: Tabelas 7 e 11 (ANEXOS G e K)

Quando se analisa o coeficiente de correlação geral para os municípios menos pobres, verifica-se que a correlação em 1991 é inversa (-0,3216) indicando que neste ano para esses municípios o aumento da proporção de pobres tomou uma direção contrária ao percentual de crianças em idade de 7 a 14 anos analfabetas, de outro modo, em 2000 esta correlação foi de 0,1830, sinalizando um baixa relação entre insuficiência de renda e analfabetismo, Tabela 19.

TABELA 19

Correlação entre Proporção de pobres e Porcentagem de crianças em idade de 7 a 14 anos, analfabetas – Municípios menos pobres

Municípios menos pobres	Proporção de pobr % crianças analfabetas 1991	Proporção de pobres 1991	Proporção de pobres 2000	% crianças analfabetas 2000
Proporção de pobres (1991)	1			
% crianças analfabetas (1991)	-0,321590358	1		
Proporção de pobres (2000)	0,632269707	0,05229198	1	
% crianças analfabetas (2000)	-0,224975184	0,639325003	0,183041336	1

Fonte: Tabelas 7 e 10 (Anexos G e J)

Comparando-se os indicadores de indigência com o percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, em 1991 e 2000, nos municípios da região da região Centro-Sul, constata-se que a intensidade da indigência não apresenta oscilações significativas entre os municípios em 1991, mas ao contrário o percentual de pessoas com

menos de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo apresenta grande variação entre os municípios.

Em 2000 a indigência não só aumenta na maioria dos municípios da região, como há uma grande variação entre os indicadores desses municípios. Pode-se ver no gráfico que o percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo em 2000 apresenta um comportamento inverso a intensidade da indigência, em grande parte de seus municípios, na medida em que diminui o percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudo há um crescimento na intensidade da indigência.

Encontra-se explicação para esta observação no grande percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo, tanto em 1991 como em 2000, o que intensifica a indigência, conforme Tabela 10 (Anexo J) e Gráfico 13.

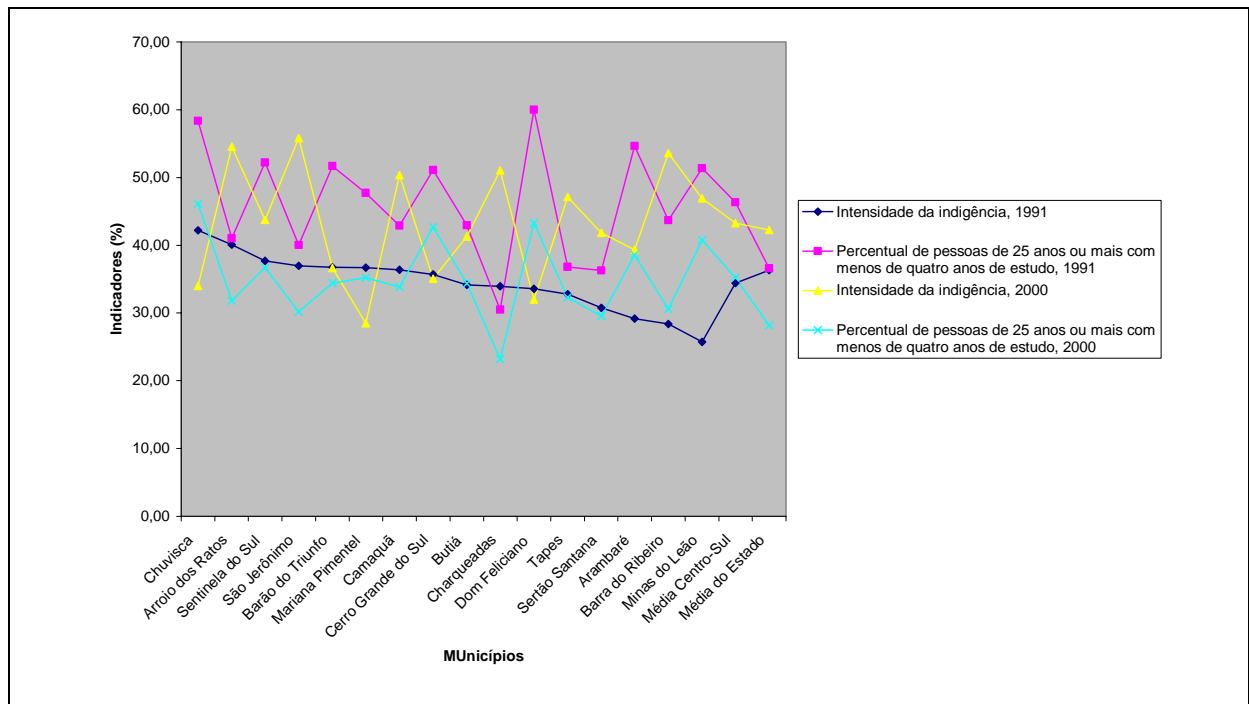


GRÁFICO 15: Intensidade da indigência e percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – Região Centro-Sul

Fonte: Tabela 10 (Anexo J)

Quando estendemos nossa análise aos municípios menos pobres utilizando o critério da relação de municípios que em 1991 apresentaram os maiores indicadores de intensidade da indigência, verifica-se que também não havia uma diferença significativa na intensidade da indigência entre os municípios em 1991. Diferentemente, havia uma grande variação entre os indicadores dos municípios quando se considera o percentual de pessoas de 25 anos ou mais

com menos de quatro anos de estudo. Em 2000 houve também um crescimento acentuado da indigência entre esses municípios, principalmente nos municípios de Campo Bom, Canoas, Esteio, onde houve crescimento da indigência mais significativo. A comparação dos dois grupos de municípios demonstra o crescimento da intensidade da indigência nos dois conjuntos, a qual é pouco superior na região Centro-Sul quando se considera a intensidade da indigência média da região. Verifica-se também que a redução da porcentagem dos que têm menos de quatro anos de estudo eleva a intensidade da indigência devido ao crescimento da porcentagem dos que têm menos de oito anos de estudo. Desta maneira há uma relação entre poucos anos de estudo e a intensidade da indigência na região Centro-Sul (Tabela 11 - Anexo I; e Gráfico 16).

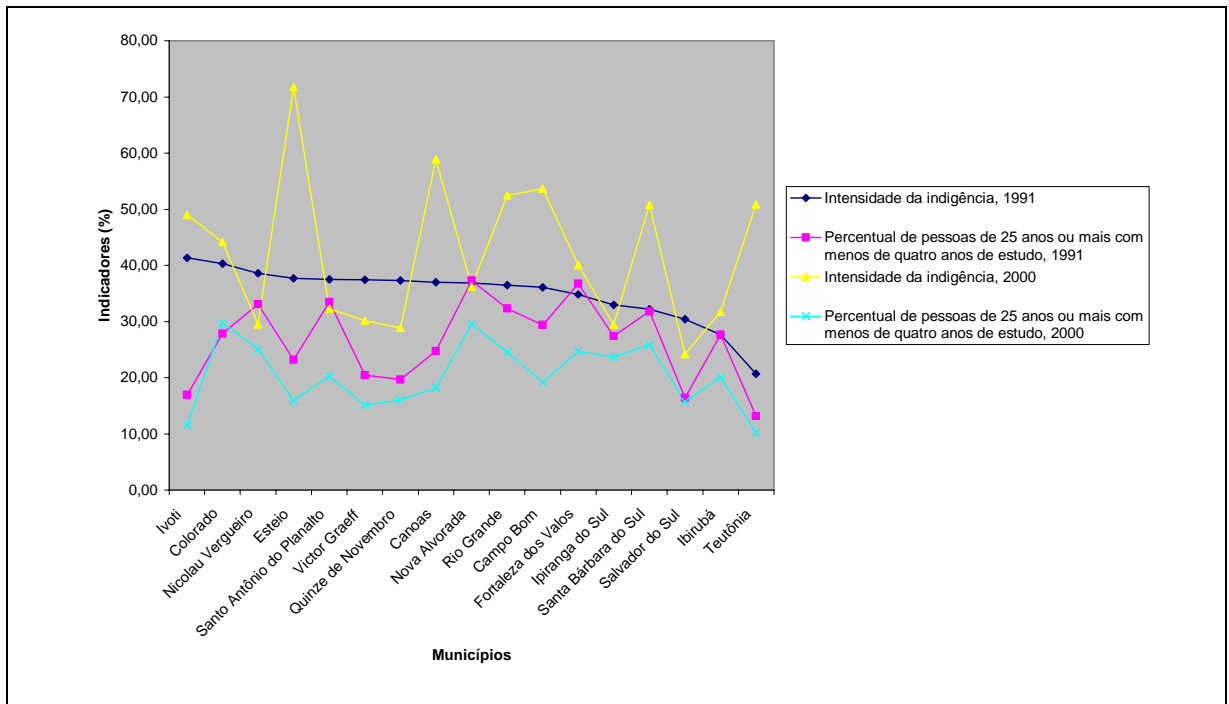


GRÁFICO 16: Intensidade da indigência e percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – Municípios menos pobres
 Fonte: Tabela 7 (Anexo G)

2.3.2 Análise comparativa entre Indicadores de Desigualdade de renda e de Saúde

Quando se analisa a relação entre o Índice de Gini e o Coeficiente de Mortalidade até cinco anos de idade (Mortalidade Infantil), em 1991 e 2000, verifica-se que os municípios que têm elevada desigualdade de renda não apresentam os mais elevados coeficientes de mortalidade infantil. Em 1991 os municípios de Tapes, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Barra do Ribeiro, São Jerônimo e Sentinela do Sul foram aqueles com maior desigualdade de renda, considerando-se a média do Estado e não foram os que apresentam os maiores coeficientes de mortalidade. Arambaré é o município com o maior coeficiente de mortalidade infantil e estava na nona colocação em desigualdade de renda. Outros municípios como Dom Feliciano, Sertão Santana e Minas do Leão, da mesma maneira situam-se em posições intermediárias com menor desigualdade de renda e com mortalidade infantil maior do que aqueles que estão nas primeiras posições em desigualdade na região. Em 2000 apesar de ter ocorrido redução na mortalidade infantil em todos municípios a desigualdade de renda ainda que tenha se reduzido um pouco em alguns municípios, ela continuou ainda elevada na maioria desses municípios (Tabela 8 e 12 - Anexos H e L; e Tabela 20).

TABELA 20

Comparativo entre Desigualdade de renda e Taxa de mortalidade infantil – Região Centro-Sul

Municípios	Gini 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Gini 2000	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000
Tapes	0,60	36,54	0,60	20,98
Camaquã	0,58	32,64	0,56	23,02
Cerro Grande do Sul	0,57	30,53	0,55	20,22
Barra do Ribeiro	0,55	28,44	0,56	14,24
São Jerônimo	0,55	24,41	0,62	18,39
Sentinela do Sul	0,54	28,44	0,52	10,89
Dom Feliciano	0,53	45,18	0,47	19,69
Arroio dos Ratos	0,52	29,80	0,52	18,55
Arambaré	0,51	48,15	0,53	25,41
Mariana Pimentel	0,49	16,02	0,52	10,06
Barão do Triunfo	0,48	18,67	0,48	15,72
Butiá	0,48	29,86	0,49	21,19
Chувисca	0,48	28,44	0,50	10,89
Minas do Leão	0,48	32,53	0,47	26,67
Sertão Santana	0,48	37,55	0,50	23,02
Charqueadas	0,47	18,12	0,47	13,78
Média dos Municípios	0,55	30,33	0,57	18,30
Média do Estado	0,54	26,44	0,52	16,58

Fonte: Tabela 8 (Anexo H)

Comparando-se os municípios da região Centro-Sul com maior desigualdade de renda com aqueles municípios com maior desigualdade entre os menos pobres como Colorado, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara do Sul, Santo Antonio do Planalto, Ibirubá, Rio Grande e Canoas verifica-se que não há uma relação direta entre desigualdade de renda e coeficiente de mortalidade infantil. Enquanto a desigualdade de renda permanece elevada em dez municípios em outros sete há um aumento da desigualdade de renda, segundo o índice de Gini. O coeficiente de mortalidade infantil se reduz de 1991 a 2000 em todos municípios, demonstrando assim que a mortalidade infantil não está relacionada apenas a insuficiência de renda (Tabelas 9 e 12 - Anexos I e M).

Analisando-se o indicador de desigualdade de renda, Índice de Theil L e o indicador de esperança de vida em anos, que é um indicador de longevidade situado no bloco saúde, em 1991, nos municípios da região Centro-Sul e nos menos pobres, encontramos os municípios de Tapes, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Barra do Ribeiro e São Jerônimo com desigualdade de renda mais elevada dentro da região e superior a média do Estado em 1991 e acrescenta-se a estes o município de Mariana Pimentel em 2000. Entre os menos pobres com maior desigualdade de renda, utilizando-se o índice de Theil, estão os municípios de Colorado, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara do Sul, Santo Antonio do Planalto, Nova Alvorada, Quinze de Novembro, Nicolau Vergueiro, Victor Graeff e Ibirubá, todos com índices acima da média do Estado, em 1991.

Em 2000 com índices acima da média do Estado estão Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Rio Grande, Santa Bárbara do Sul, Canoas e Ipiranga do Sul. Comparando-se os municípios dos dois grupos que apresentam maior desigualdade de renda, conforme o índice de Theil, com o indicador de esperança de vida existente, de 1991 a 2000, verifica-se que apesar da elevação da desigualdade em muitos desses municípios nesses anos, ocorreu um aumento na esperança de vida nos dois grupos de municípios, sinalizando que a maior expectativa de vida não está associada estreitamente à incidência da pobreza. Não é o fato de ser mais pobre desigualmente que diminui a expectativa de vida das pessoas. Desta maneira, não é a insuficiência de renda, bem como a desigualdade de renda existente entre as classes sociais desses municípios que contribuí unicamente para o aumento da mortalidade infantil e da expectativa de vida das pessoas, há outras dimensões da pobreza como a falta de acesso à saúde e a existência de saneamento básico, por exemplo, que também contribuem para a redução da mortalidade infantil e para o aumento da expectativa de vida (Tabelas 8, 9, 12 e 13 - Anexos H, I, L e M).

2.3.3 Indicadores de Saúde e de Saneamento Básico

A análise de indicadores de saúde como a mortalidade até um ano de idade e a existência de domicílios permanentes ligados à rede geral de água pode ajudar a entender de uma forma mais profunda a pobreza e sua multidimensionalidade. A falta de acesso a certos funcionamentos como ter coleta de lixo, acesso à água tratada em áreas urbanas e rurais, acesso a esgoto sanitário e existência de banheiro ou sanitário, ajuda a compreender como o contexto das liberdades substantivas é importante para caracterização da pobreza.

Utilizando-se o indicador de mortalidade até um ano de idade em 1991 para os municípios na região Centro-Sul (então emancipados) que superam a média do Estado temos: Dom Feliciano, Tapes, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Butiá, Arroio dos Ratos e Barra do Ribeiro. Apenas São Jerônimo e Charqueadas apresentam índices inferiores à média do Estado. Os municípios de Dom Feliciano e Cerro Grande do Sul têm o maior número de domicílios em área rural 84,4% e 91,16%, respectivamente. Tapes tem 39,47% de seus domicílios em área rural, Camaquã com 33,09%, Butiá com 7,89%, Arroio dos Ratos com 10,69% e Barra do Ribeiro com 40,56% de seus domicílios em área rural.

Em todos municípios verifica-se que o acesso à água tratada abrange principalmente domicílios em área urbana. Dos municípios com o maior número de domicílios em área rural, Dom Feliciano tem apenas 1,31% de domicílios em área rural que tem acesso a rede de água. Cerro Grande do Sul tem apenas um domicílio em área rural com acesso a rede de água.

Os demais municípios que também apresentam coeficientes de mortalidade acima da média do Estado como Tapes tem 7,1% de seus domicílios em área rural com acesso a rede de água, Camaquã com 1,66%, Butiá com 15,1% e Barra do Ribeiro com 15,07% de seus domicílios com acesso a água tratada.

Quando se considera a coleta de lixo verifica-se também situação similar em relação ao acesso a água tratada. Dom Feliciano, que é o município com maior número de domicílios em área rural, possui apenas 0,11% de seus domicílios em área rural com coleta de lixo.

Cerro Grande do Sul tem 0,37% de seus domicílios em área rural com coleta de lixo, Tapes com 4,89%, Camaquã com 3,82%, Butiá com 1,98% e Barra do Ribeiro com 14,63% de seus domicílios em área rural com coleta de lixo.

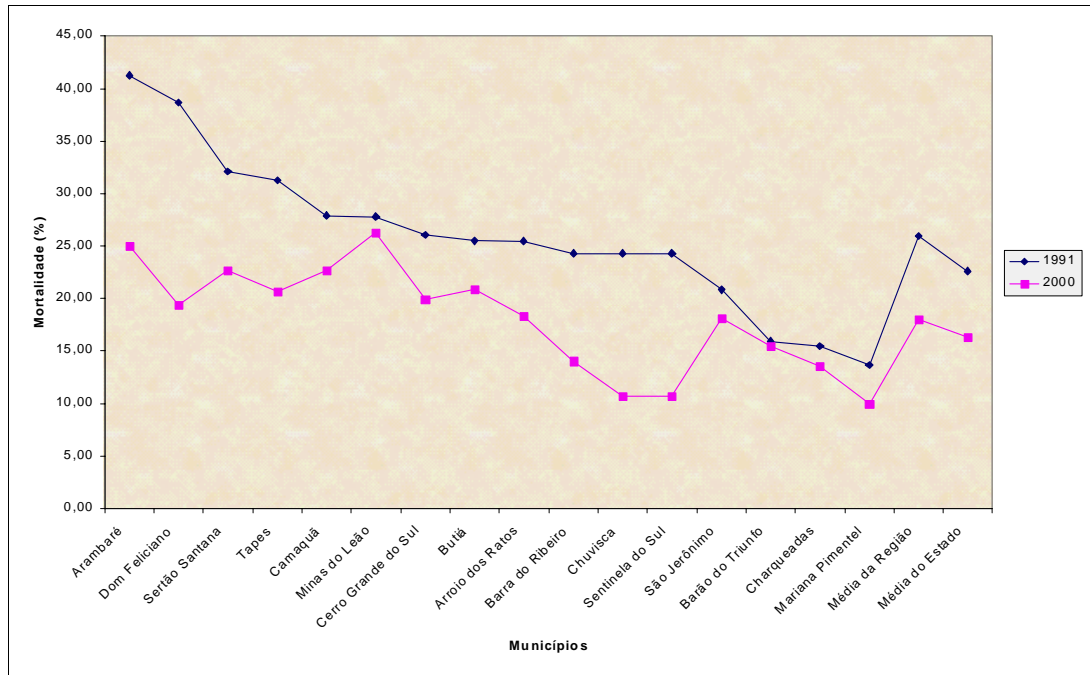


GRÁFICO 17: Mortalidade até um ano – Região Centro-Sul
Fonte: Tabela 12 (Anexo L)

Em 2000 ocorreu redução das taxas de mortalidade até um ano de idade em todos municípios, ainda que pouco em Barão do Triunfo e Minas do Leão. Este último município inclusive passou a ser o pior em mortalidade infantil em 2000. Sentinela do Sul e Chувиска foram os municípios onde ocorreu a redução mais significativa, 126,59%, dos índices de mortalidade até um ano, da região. Essa redução deve-se principalmente a emancipação dos dois municípios, pois, anteriormente, estavam isolados dos municípios de origem e sem acesso a uma estrutura própria de saúde.

Quando analisa-se o acesso a rede de água e a coleta de lixo ainda há um grande número de domicílios não abastecidos com água tratada e sem coleta de lixo, que estão situados em área rural e que estão entre os piores em mortalidade até um ano de idade como os municípios de Minas do Leão, Arambaré, Sertão Santana, Camaquã, Butiá, Tapes, Cerro Grande do Sul, Dom Feliciano e Arroio dos Ratos.

Verifica-se que há também nos municípios da região Centro-Sul uma deficiência muito grande na área rural de acesso a esgoto sanitário e de domicílios com banheiro ou sanitário. Nos municípios que pertencem ao grupo dos menos pobres constata-se que a mortalidade até um ano de idade, em 1991 e 2000 é inferior a existente em média na região Centro-Sul, 25,93 e 20,83 em 1991 e 18,02 e 13,22 em 2000, respectivamente. Os municípios

que apresentam os mais elevados índices de mortalidade até um ano de idade, em 1991 e 2000, no grupo dos menos pobres possuem também em suas áreas rurais uma carência de acesso à água tratada e coleta de lixo. Existe também uma precariedade de acesso a rede de esgoto e de domicílios com banheiro sanitário (Tabelas 12 e 13 - Anexos L e M; Tabelas 14 e 15 - Anexos N e O e Tabela 16 - Anexo P).

2.3.4 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é obtido pela agregação de quatro blocos de indicadores. O seu objetivo é mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do Estado e seu resultado. O propósito das variáveis Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda é o de verificar o nível de desenvolvimento alcançado pelos municípios da região Centro-Sul e compará-los com os índices dos municípios menos pobres. O IDESE classificou os municípios em três grupos: baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores que 0,800). Os índices utilizados em nossa análise referem-se aos anos de 2000 e 2001.

Pela classificação do IDESE em 2000 e 2001 constata-se que não há nenhum município da região Centro-Sul que se classifique como de alto desenvolvimento. Todos os municípios estão classificados como de médio desenvolvimento. O conjunto dos municípios apresenta um IDESE médio de 0,654, que é inferior em 14,83% ao IDESE médio do Estado de 0,751. Entre os melhores municípios classificados acima da média do Estado estão Charqueadas e Camaquã. As dimensões que mais contribuem para que estes dois municípios sejam os mais desenvolvidos da região Centro-Sul, considerando-se o ranking de classificação do Estado, é a dimensão saneamento e domicílios, educação, saúde e renda para Charqueadas e saneamento e domicílios, renda, educação e saúde para Camaquã. Os piores municípios da região Centro-Sul, segundo a classificação do IDESE, que estão abaixo do IDESE médio da região, são Sentinela do Sul, Cerro Grande do Sul, Sertão Santana, Mariana Pimentel, Dom Feliciano, Barão do Triunfo e Chuvisca. As dimensões que mais contribuem para esta classificação entre os piores são saneamento e domicílios, renda, educação e saúde. Comparando-se os dois grupos de municípios, Centro-Sul com menos pobres, verifica-se que há no grupo quatro municípios classificados como de alto desenvolvimento, Canoas, Esteio, Campo e Ivoti situados com os melhores índices do Estado. As dimensões que mais

contribuem são pela ordem a renda, saneamento e domicílios, educação e saúde, conforme Tabelas 17 e 18 (Anexos Q e R).

A análise dos resultados obtidos através do IDESE nos indica que a dimensão saneamento e domicílios da região Centro-Sul é a que mais contribui para ter municípios classificados entre os piores porque verifica-se que esses municípios têm os mais baixos números de domicílios abastecidos com água tratada e atendidos pela rede geral de esgoto, principalmente na área rural (Tabelas 14 e 15 – Anexos N e O). Quando se analisa a dimensão renda observa-se que estes municípios têm os mais baixos valores de produto interno bruto e *per capita* e de valor adicionado bruto, o que os coloca entre os piores na dimensão renda, de acordo com Tabelas 19 e 20 (Anexos S e T). Nos municípios menos pobres o que contribui para terem municípios entre os melhores classificados no Estado é a dimensão renda, pelo seus elevados produto *per capita* e valor adicionado bruto, conforme consta nas Tabelas 21 e 22 (Anexos U e V), e pelas melhores condições de saneamento e domicílios (Tabela 16 – Anexo P).

2.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) foi criado para medir a situação dos municípios em termos de Desenvolvimento Humano. Ele mede três dimensões do desenvolvimento humano, a educação, longevidade e a renda. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o município é considerado como de baixo desenvolvimento se apresentar o indicador IDH –M até 0,499, entre 0,5 e 0,8 é considerado de médio desenvolvimento e acima de 0,8 de alto desenvolvimento. Os anos utilizados na análise são os de 1991 e 2000.

Pelo IDH-M não há nenhum município na região Centro-Sul que esteja classificado entre os de alto desenvolvimento humano em 1991. Charqueadas aparece em 2000 como o único município de alto desenvolvimento humano. Todos os demais municípios estão classificados como de médio desenvolvimento. O índice de desenvolvimento humano médio da região esteve nos dois anos, 1991 e 2000, abaixo do índice médio do Estado. É importante ressaltar que apesar de estar abaixo, a diferença diminuiu, de 3,352% para 2,484% entre 1991 e 2000, respectivamente. Os municípios que apresentaram os melhores índices de

desenvolvimento humano em 2000, na região Centro-sul pela ordem foram Charqueadas, Barra do Ribeiro, São Jerônimo, Mariana Pimentel, Tapes, Sentinela do Sul, Chувиска, Arroio dos Ratos e Camaquã, todos com índices acima da média da região que é mais baixa em relação à média do Estado. Desses municípios não faziam parte do ranking dos melhores índices em 1991 apenas Sentinela do Sul e Chувиска, Butiá deixou de fazer parte em 2000. Em 1991 a dimensão mais importante para estes municípios com os melhores índices é a de educação, com exceção de Mariana Pimentel, Sentinela do Sul e Chувиска onde em primeiro está a longevidade e depois educação. Em 2000 este quadro não é diferente, novamente a dimensão educação é a mais importante e em segundo lugar está a longevidade. Os piores municípios da região, considerando-se o IDH-M em 1991, foram Dom Feliciano e Arambaré é as dimensões que mais contribuíram para essa classificação no caso de Arambaré é a longevidade e depois educação, para Dom Feliciano é a educação e depois a longevidade (Tabela 23 – Anexo X).

Comparando-se os dois grupos verifica-se que entre os menos pobres os que estão classificados entre os melhores índices de desenvolvimento humano do Estado em 1991, foram Ivoti, Campo Bom, Colorado, Teutônia, Esteio, Salvador do Sul, Canoas, Vitor Graeff, Ipiranga do Sul e Quinze de Novembro, todos com índices acima da média do Estado que é mais baixa em relação a média dos municípios. Entre os piores estão apenas Nicolau Vergueiro e Nova Alvorada, com índices abaixo da média do Estado. Em 2000 não há nenhum município com índice inferior a média do Estado. As dimensões que mais contribuíram em 1991 para que os dois municípios mencionados fossem os piores foram às dimensões educação e renda. A análise do IDH-M sugere que aqueles municípios com os piores índices nos dois grupos apresentaram dificuldades nas dimensões educação e longevidade e os melhores tiveram nessas dimensões o crescimento do desenvolvimento humano municipal, conforme consta nas Tabelas X e Y (Anexos 23 e 24).

No próximo capítulo analisamos as políticas públicas que podem contribuir com a redução da pobreza nos municípios da região Centro-Sul.

3 INDICATIVOS DE POLÍTICAS PARA REDUZIR A POBREZA NA REGIÃO CENTRO-SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Como argumentado no capítulo 2, os padrões atuais para determinar o nível de pobreza de uma população não necessitam ser restritos a mera insuficiência de renda. Se por um lado parece razoável argumentar que a renda é um fator importante para determinar a qualidade de vida de uma determinada população, por outro, não deve ser considerado como único ao avaliar-se as carências de um povo. No rastro da crescente e inevitável globalização, não só dos mercados como das relações humanas e sociais, novos conceitos surgiram quanto ao conceito de pobreza. Por esta razão, não basta aumentar a renda de um grupo para que este possa ser considerado acima de uma determinada linha para determinação da pobreza, independentemente dos padrões que esta linha venha basear-se. A exclusão social engloba hoje, a exclusão digital, mercadológica, cultural, entre outras, significando assim que não basta ter renda para obter-se qualidade de vida. Muito mais ênfase é necessária aos aspectos de desenvolvimento humano dos indivíduos.

Percebe-se, ao estudar os aspectos da pobreza nos municípios da região Centro-Sul, que um simples incremento de renda não significa mais, como poderia significar anteriormente, que o nível social daqueles que são beneficiados por este acréscimo monetário vá melhorar consideravelmente. É preciso colocar à disposição dessas populações outros instrumentos de ascensão social. Desta forma, a renda nada mais é do que um instrumento ou meio que pode levar o indivíduo a uma melhora no seu nível de vida. Outros instrumentos irão contribuir para que tal objetivo também seja alcançado. É através da análise destes novos fatores de ganho em qualidade de vida que irão se basear as propostas de como combater a pobreza, que se aplicam tanto aos casos dos municípios da região analisada como a outros municípios ou regiões do Estado que tenham características da pobreza similares. Nos municípios objeto deste estudo, quais sejam, os que se situam na região Centro-Sul do Rio Grande do Sul, a aplicação dos meios para uma melhora na condição econômica e social desta população é de todo possível e recomendável. Há programas do governo que são aplicados em todas as esferas da administração federal, estadual e municipal, como o Fome Zero e o Bolsa

Escola, que visam atender aspectos absolutos da pobreza, evitando a fome e complementando a renda das famílias. Esses programas têm a perspectiva de que a pobreza no Brasil é explicada pela insuficiência de renda, enquanto os aspectos relativos da pobreza são pouco combatidos. O Bolsa Escola, por exemplo, atende aspectos absolutos e relativos da pobreza, na medida que subsidia as famílias pobres cujas crianças estudam, uma vez que exige a frequência do aluno em sala de aula como contrapartida, ainda que se saiba que este controle não esteja sendo realizado a contento. Com este intuito é que se apresentam neste capítulo políticas de combate a pobreza dirigidas aos seus aspectos relativos, os quais foram estudados nesta dissertação, a educação, a saúde e o saneamento básico. O objetivo é de sinalizar ou de direcionar as administrações públicas locais dos municípios da região, a partir das constatações realizadas nesta dissertação, com políticas públicas possíveis que possam contribuir com a minoração da pobreza em seus municípios. Estas políticas serão descritas e analisadas em três seções, na primeira será apresentado um indicativo de políticas para a educação, na segunda seção deste capítulo serão abordadas políticas direcionadas a área da saúde que estão associadas as políticas à área do saneamento básico e na seção final, a terceira seção, serão analisadas políticas de fortalecimento do capital social destas comunidades. A apresentação destas políticas é realizada através de uma descrição e análise de algumas iniciativas públicas. Os argumentos desenvolvidos seguem os fundamentos apresentados no segundo capítulo aplicados a uma realidade de conhecimento comum. Por esta razão, poucas referências acadêmicas são utilizadas, pois o material a ser discutido não se encontra disponível em papers acadêmicos. No entanto, o que pode ser visto como uma deficiência é de fato um dos pontos fortes deste capítulo, qual seja, a criação de uma referência sobre o assunto em uma área que é quase nada ou pouco explorada.

3.1 Indicativos de Políticas Dirigidas a Educação

Na última década, o empenho do Brasil em melhorar o nível educacional teve resultados sem paralelos na história do país. Agora, para consolidar esses ganhos e criar um sistema de educação que esteja a altura das necessidades dos cidadãos, os governos nas esferas federal, estadual e municipal precisam intensificar seus esforços para melhorar a equidade e a eficiência da Educação, tendo como objetivo a melhora do ensino e a capacidade institucional de utilizar recursos.

Para chegar a resultados tão expressivos, como a praticamente universalização do ensino fundamental, entre outros, algumas medidas tiveram papel destacado para o alcance de tal patamar na prestação do Ensino. Destacam-se o aumento da verba orçamentária, algo em torno de 30% a mais no ano de 2000 do que nos oito anos anteriores, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, onde houve um melhor detalhamento da responsabilidade de Estados e municípios no tocante à oferta de ensino, bem como a determinação de padrões mínimos de qualidade e da descentralização do setor.

Conforme Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2004 –WDR (Cap 1, p.110) “O Fundo para Desenvolvimento e Manutenção da Educação Fundamental e Valorização do Professor (Fundef) que começou operando em 1998, simplificou e tornou mais transparente e equitativo a transferência de fundos federais para financiar a educação básica[...]”¹. Além do Fundef há também o Fundescola que é um Programa do Ministério da Educação que transfere recursos federais aos estados e municípios mais pobres para serem aplicados em educação.

Também ajudam medidas como o incentivo à autonomia escolar, através do Programa Federal “Dinheiro Direto na Escola”, a criação de censos escolares. Como o Censo Escola, e a aplicação de testes para auferir a qualidade de ensino fundamental, médio e universitário, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o ENEM (Exame Nacional de Educação Média) e o Provão, aplicado aos formados de diversos cursos universitários anualmente. Apesar dos esforços empregados em Educação por parte do Brasil nos últimos anos, efetuar uma mudança efetiva na pedagogia em um país de tais dimensões geográficas e humanas é uma tarefa extremamente difícil. Para que tal fato ocorresse, seriam necessários o envolvimento e mobilização de 27 estados e mais de 5.000 municípios, bem como a participação da Sociedade Civil, que deveria atuar na fiscalização da qualidade de ensino oferecido às crianças e aos jovens. Como vimos, as políticas que foram utilizadas e continuam em andamento são indicativos aplicados em todas as esferas da administração pública e que nortearam a educação no país.

¹No original: The fund for Development and Main of Basic Education and Teacher Valorization (FUNDEF) which began operating in 1998, simplifies and makes more transparent and equitable the transfer of federal funds to finance basic education ...

3.1.1 Políticas públicas aplicadas à educação

Um instrumento de crucial importância é a possibilidade de acesso de um determinado grupo aos meios de educação de um país. Em países nos quais o acesso à educação é extremamente restrito, deve-se iniciar a estratégia de melhoria da educação pelos mais básicos dos problemas, que é o analfabetismo.

Este nos municípios da região Centro-Sul, em 2000, ainda é extremamente elevado, a média da região supera a do Estado em 63,158%, conforme Tabela 10 (Anexo J). O combate ao analfabetismo requer uma ação principalmente governamental. No caso do Brasil, por exemplo, a educação é um direito constitucionalmente garantido, o que não quer dizer que basta haver uma legislação para ter certeza que tal ocorrerá.

Ações práticas são os meios que realmente poderão dar fim ao problema, ou pelo menos atenuá-lo. O poder público deve destinar, em primeiro lugar, uma verba específica para este fim, sem que se misturem os orçamentos destinados à educação fundamental. Isso, de acordo com o WDR (2004) melhoraria a 'accountability' do gasto público. Isto é importante, pois a verba se destina principalmente ao ensino de uma determinada faixa etária da população, qual seja crianças em idade escolar. Já o combate ao analfabetismo destina-se aos adultos que já tenham passado da idade de frequentar o ensino regular. O poder público deve destinar então esta verba orçamentária para a qualificação de profissionais. A alfabetização de jovens e adultos exige a formação de profissionais capacitados que deverão ser treinados e ter conhecimentos especiais de como trabalhar nas condições atuais de mercado, que provavelmente estarão abrindo mão de precioso tempo e até energia para frequentar o curso. Isto leva à questão da divulgação da importância que tal fato teria na melhoria da situação de vida desta população. O Estado deve se encarregar desta propaganda, através de meios de comunicação estatais e privados. Parece óbvio que de nada adiantaria criar aparatos para alfabetizar uma população sem que se demonstre ao público alvo o porquê disso. Estes indivíduos, participantes de um programa de alfabetização, em geral, viriam da parcela mais carente da população, sendo então que só atenderiam ao chamado do poder público se fosse largamente evidenciado qual a vantagem a ser auferida. Pessoas adultas com 25 ou mais anos de idade que têm apenas quatro anos de escolarização ou 8 anos de escolarização acabam sendo vulneráveis no mercado de trabalho, o que contribui com a manutenção da pobreza.

Além disso, deve-se ter em mente a continuidade de tal trabalho, já que é sabido que só o aprender a ler e escrever (alfabetização) não basta, se tal habilidade não for colocada em

exercício. Ao contrário, esses indivíduos seriam apenas formalmente considerados alfabetizados, mas no caso concreto apenas saberiam os rudimentos da escrita. O poder público poderia incentivar tal subsequente desenvolvimento através de campanhas de incentivo à leitura, promovendo eventos literários direcionados para os adultos que se iniciam no mundo das letras, bem como premiações em dinheiro em concursos literários. O governo poderia direcionar esforços, conjuntamente com os caminhos até aqui apontados, no sentido de educar os pobres no uso dos meios da informática e seus meios de comunicação. A exclusão digital, como é chamada, cada vez mais implica em aumento de pobreza e todas as mazelas daí decorrentes. É importante notar que a forma específica da política a ser implementada ou desenvolvida é menos crucial do que o reconhecimento de sua necessidade nesta área.

Como em todos os outros aspectos de privação do indivíduo, a renda percebida pela população deve ser levada em conta no planejamento das políticas para redução da pobreza. Ou seja, não basta implementar o substrato material e pessoal para alfabetizar as pessoas, por exemplo, sem se levar em consideração as possibilidades reais que essa parte da população teria de acessar fisicamente tal vantagem. Por esta razão, qualquer estratégia deveria ser ‘integrada’, no sentido de que fossem englobados meios de transporte gratuitos, bem como a verificação da necessidade de provisão de alimentação para populações carentes.

Ainda dentro da questão de educação, seria também importante a implementação de cursos profissionalizantes, fato este que iria refletir diretamente no aumento da renda e conseqüente redução da pobreza. Isto poderia ser feito em união de esforços com o setor privado, já que este também se beneficia com a qualificação da mão-de-obra resultante. Para a redução da pobreza, principalmente nos seus aspectos relativos, deve haver priorização dos investimentos que levem à diminuição das desigualdades educacionais, propiciando a diminuição das desvantagens dos mais necessitados e discriminados. Para tanto, os municípios deveriam implementar políticas enérgicas para promover a isonomia de oportunidades, através de programas para reduzir as disparidades educacionais. Através dessas políticas os governos estariam promovendo a igualdade de ‘capacitações’ entre os indivíduos, deixando a eles a decisão de exercício ou não de seus funcionamentos. Os governos municipais poderiam reduzir as desigualdades definindo padrões de qualidade nas suas escolas e usando tais padrões para melhorar as condições de ensino, dando maior atenção àqueles núcleos que estejam muito abaixo dos resultados considerados satisfatórios. Isto pode ser feito na aplicação de um conjunto de políticas que promovessem a qualificação profissional dos professores, através de contínuos programas de avaliação e treinamento

desses profissionais, com a aquisição de material pedagógico adequado às necessidades locais, assim como condições estruturais mínimas, levando em conta que o estado físico das escolas em lugares onde há população de baixa renda é em geral muito precário, quando não inviável. Os recursos deveriam ser aplicados prioritariamente nos estabelecimentos cuja performance estivesse muito abaixo da média esperada. Com o tempo, estes núcleos educacionais deveriam atingir os padrões mínimos aceitáveis, momento no qual a municipalidade teria reduzido as desigualdades entre as escolas. Neste momento seria hora de aplicar os recursos destinados à educação em todas as escolas da localidade, para que em conjunto possa haver um aumento na qualidade de ensino. Políticas dessa natureza seguiriam uma estratégia lexicográfica de focalização do gasto público, tal como proposto por John Rawls em seu livro 'Uma Teoria da Justiça' (1971). O espaço informacional usado para avaliar o impacto dessas políticas deve ser definido em termos de capacitações, pois desse modo, podemos respeitar as liberdades individuais das pessoas ao mesmo tempo em que promove-se a redução da pobreza.

Um aspecto a ser analisado com atenção é o ensino oferecido às comunidades rurais, principalmente por ser o Brasil um país onde o setor agrícola é importante como também verificado na região Centro-Sul. Tem-se verificado que os governos, principalmente municipais, ao detectarem graves problemas, que em geral são de ordem diversa, nas escolas da região rural, optam por fechar tais estabelecimentos e transferir os alunos para escolas mais próximas aos centros urbanos. Esta política deveria ser revista, já que elas promovem um aumento da disparidade regional, pois estes alunos teriam maiores dificuldades de locomoção e acesso à escola. Seria recomendável que se criassem escolas agrícolas, que poderiam ou não desenvolver cursos dirigidos e que atendessem melhor os interesses dessas comunidades. Outrossim, seria importante, a implantação de programas de escolas itinerantes, que poderiam alcançar populações isoladas ou nômades, como as crianças e jovens que acompanham movimentos sociais como o MST (Movimento dos Sem Terra).

As jurisdições locais deveriam alocar recursos federais para a melhoria da educação nos municípios. Apesar do gasto essencial que o governo federal tem feito para trazer materiais e serviços para as escolas municipais, bem como no treinamento das equipes locais de administração e professores, parece que a maioria dos prefeitos prefere ignorar esses programas, aplicando seus próprios métodos. Cabe aos municípios integrar as iniciativas federais às locais, já que os recursos federais podem ser modelados de acordo com as características históricas e culturais das localidades.

É importante notar que a intervenção prévia no desenvolvimento e escolaridade das crianças pode substancialmente reduzir a repetência no ensino fundamental. As autoridades municipais são, conforme a Constituição Federal, responsáveis pela oferta de creches e escolas para os pré-escolares. Para bem cumprir este papel, o município deveria priorizar o atendimento das camadas mais pobres da comunidade assegurando que os recursos fossem bem aplicados e surtindo o efeito desejado, qual seja a diminuição das desigualdades. Caberia também ao poder público local promover o engajamento de organizações não governamentais, mostrando através de pesquisas que devem ser realizadas na localidade que demonstre a relevância de investir nessa camada da sociedade.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE em 1997, de acordo com WDR 2004 (Cap.1, p. 123) com pessoas de 24 a 64 anos mostrou que o número de anos que os indivíduos freqüentam a pré-escola tiveram impacto positivo na freqüência escolar, na diminuição de repetência e no aumento de preparação para os outros níveis escolares. Assim, é de total relevância que os municípios aumentem os recursos destinados à pré-escola, criando programas que incentivem os pais e responsáveis a matriculem suas crianças, bem como garantindo que o serviço será prestado com eficiência. O incentivo à matrícula é essencial, já que não há a imposição da obrigatoriedade legal para que tal ocorra. A ênfase do programa deve concentrar-se nas comunidades pobres, já que as camadas mais abastadas da sociedade podem contar com serviços oferecidos pelo setor privado. Nestes, é obrigação do município fiscalizar se há qualidade de ensino e estrutura.

Outro aspecto que deve ser considerado na melhora do ensino é o envolvimento da comunidade como um todo no processo educacional. O município deve fornecer informações transparentes sobre investimento, gastos, e performance, como também, sobre quais programas estão sendo implantados pela comunidade. Projetos como a Escola Aberta, nos quais as escolas permanecem abertas aos alunos e à comunidade em geral durante os finais de semana, têm papel essencial para que haja a tão necessária integração entre o poder público e a sociedade.

Não há dúvida que o papel do município na oferta de um ensino igualitário e eficiente é dos mais significativos. Isso se deve à proximidade desta esfera governamental para com os maiores interessados na melhora do ensino, que são os alunos e suas famílias. Para que o município atenda a esta responsabilidade constitucional, a curto prazo, é necessário dar prioridade às escolas que servem às crianças das famílias mais vulneráveis. Para que isto ocorresse, o poder público deveria fazer um levantamento preciso de onde e como poderia aplicar os recursos que dispõe de maneira mais focalizada.

Os municípios teriam que investir mais adequadamente na atualização e racionalização da infra-estrutura das escolas, melhorando a qualidade de seus professores, instituindo serviços de transporte para os alunos e dar maior apoio administrativo e pedagógico à educação. Talvez essas políticas sejam fora do alcance de alguns municípios por escassez orçamentária, mas o ponto aqui não é a necessidade de maiores recursos, mas sim o imperativo de articulação e integração de políticas setoriais para a redução da pobreza. O relatório “Educação Municipal no Brasil: Recursos, Incentivos, e Resultados” concluído em 2002, conforme WDR 2004 (Cap.1, p.139) evidencia que tais medidas têm levado a uma melhora no aprendizado e bem-estar dos alunos. Frente a esta constatação, é importante que os municípios busquem o intercâmbio com outros que tiveram sucesso na aplicação de medidas na melhoria da educação. A falta de comunicação entre as localidades deve ser superada por iniciativa das prefeituras que ainda precisam de implementação da área educacional. As secretarias de Educação deveriam tomar para si tal encargo, como órgão administrativo voltado para o Ensino, se possível com o apoio de outras secretarias e também dos prefeitos.

Os governos municipais precisariam reconhecer que, enquanto seus beneficiários finais são as crianças, seus clientes imediatos são as escolas. Dessa forma, as secretarias de educação deveriam organizar-se para prover assistência técnica e apoio para as suas escolas e professores, principalmente aquelas mais necessitadas. Além disso, com a crescente exigência por melhorias na educação, os municípios precisariam resistir à tendência de adotar múltiplos programas, iniciativas não testadas, ou políticas que não centralizem diretamente na realização do estudante a execução dos programas. Como a reforma do sistema escolar é inerentemente política, o apoio externo para mudanças sustentáveis nos sistemas educacionais infranacionais precisaria ser amparado por amplo apoio do poder público.

É natural que o poder público municipal procure assistência dos Estados e da União para obter ajuda na avaliação de sistemas sociais, ou para conhecer o desempenho das escolas municipais. Com poucas exceções, a maioria dos estados não tem capacidade técnica para dar aos municípios o aconselhamento técnico para estas atividades. Por isso, o governo federal é quem pode auxiliar o ensino local nesta tarefa, o que pode ser feito através de testes rotineiros como o SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), como também através de incentivos que a União venha a oferecer ao setor privado para desenvolver tais instrumentos para as municipalidades. Isso pode parecer paradoxal depois que sistemas de saúde e de educação foram descentralizados no país, mas o fato permanece que muitos municípios não possuem as capacitações adequadas para a implementação desses sistemas e redução da pobreza.

Os municípios podem também procurar a parceria do governo federal para obter ajuda para melhorar o foco das estratégias empregadas, gerenciamento, supervisão, e sistemas estatísticos. As localidades precisam de assistência técnica para ajudá-las a integrar planejamento estratégico anual aos seus processos gerais de planejamento. Também necessitam de ajuda para introduzir programas sistemáticos e rotineiros a fim de assistir suas escolas e quadros profissionais a melhorar o desempenho e focar mais efetivamente o aprendizado e sucesso do aluno.

Uma outra área em que a União deve ser chamada a ajudar os município é no auxílio do governo municipal na localização e custeio de um plano de carreira para os professores. Os municípios devem oferecer planos que dignifiquem e incentivem o trabalho do professor. Entre outros elementos, um plano de carreira para os professores deve incluir: a) a inclusão de todos os profissionais ligados à educação, não apenas os professores em sala de aula; b) recrutamento de professores através de concursos públicos; c) inclusão de um sistema baseado em pontos de diferenciação horizontal e vertical na remuneração; d) incorporação de incremento da qualificação de professor; e) incentivos à qualificação somente em instituições credenciadas e com verificação periódica das competências do professor, de modo a incluir práticas de ensino usadas em sala de aula, bem como que acentuem a cooperação dos pais e da comunidade; e f) os benefícios devem ser explicitamente definidos com base nos objetivos educacionais.

Para colocar em prática quaisquer das propostas acima há de se considerar as exigências específicas para que haja uma diminuição da desigualdade entre os pobres e também dentro da própria família. Conforme bem coloca Amartya Sen, essas desigualdades se dão em função do sexo, idade e outras condições culturais. Assim, os programas devem considerar as condições individuais da população, suas diversidades e heterogeneidades. Isto significa atender indivíduos de uma maneira descentralizada, para facilitar o acesso de todos. Devem também ocorrer em horários apropriados, tendo em mente que essas pessoas trabalham, ou, principalmente no caso das mulheres, têm obrigações para com o lar e com os filhos.

Como vimos no capítulo anterior desta dissertação, a pobreza nos municípios da região Centro-Sul apresenta muitas dimensões. Entre estas a educação ocupa papel de destaque, o analfabetismo, e muitas crianças em idade escolar fora da escola, bem como adultos com pouca escolaridade são aspectos que colaboram para a intensificação da pobreza na região. As propostas apresentadas neste capítulo procuram alertar para o fato de que a

educação tem papel preponderante para o crescimento econômico e social de um país e no combate a pobreza. O Brasil tem feito grandes avanços que precisam ter continuidade com melhor foco de ação. A Constituição Federal de 1988 deu aos municípios um papel de extremo significado dentro do contexto educacional, já que a eles coube encarregar-se da educação pré-escolar, bem como do ensino fundamental. Desta forma, cabe aos poderes públicos locais cumprir seu encargo constitucional estendendo a educação a todos. O retorno disso é, sem dúvida, a redução da pobreza, com a promoção de pessoas capacitadas.

3.2 Indicativos de Políticas Dirigidas a Área da Saúde e Saneamento Básico

Nos meados dos anos 80, o Brasil embarcou em reformas de largo alcance, as quais resultaram em mudanças na estrutura, organização e financiamento do setor da saúde, medidas que levaram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua primeira etapa (1984-89) houve a reestruturação institucional, a descentralização em nível estatal, e a concretização de mecanismos para tornar possível a participação da sociedade, alcançando o direito universal do direito à saúde como um dos valores fundamentais do sistema emergente. A segunda fase de reformas 1990 a 1995 enfatizou a consolidação de um sistema unificado, a “municipalização” do serviço, e a implementação de mecanismos financeiros para a alocação de fundos federais. A terceira etapa (1996-2001) teve como objetivo a reorientação do modelo de saúde na área de cuidados básicos, separando os papéis institucionais, realizando mudanças legais e regulatórias, e introduzindo mecanismos alternativos de pagamento para o custeio da saúde básica.

Apesar da reforma ter procurado corrigir problemas sistêmicos, outros problemas continuaram a demandar soluções, além de novas questões que vieram a surgir. Estamos agora na implementação da quarta fase de reformas, que deve ter como base os resultados e lições obtidos nas fases anteriores. As reformas levadas adiante até então tiveram resultados promissores. A descentralização do serviço de saúde do governo federal para a esfera municipal foi bem sucedida no geral, segundo pesquisa do Instituto Médici em 2001 que consta no WDR (2004, p. 158) tendo como consequência indireta e elogiável o aumento da contribuição dos municípios no financiamento da saúde, “que passou de 7% em 1980 para mais de 15% em 2000”². Também, aumentou a fatia orçamentária destinada pela União para

²No original: increasing from 7% of public spending in 1980 to over 15% in 2000.

áreas mais carentes. A introdução dos Programas Saúde da Família, combinada a um novo modelo financeiro para cuidados básicos aumentou a extensão da cobertura da saúde. Outras conseqüências foram as modificações nas estruturas legais e regulatórias que melhoraram o sistema de planos de saúde privados e o mercado de medicamentos.

Também se deve destacar que: “Além disso, nos últimos 10 anos o índice de mortalidade infantil caiu em 38%, quase não há casos de doenças para as quais não haja vacina. Entre as crianças, as doenças desidratantes são causa de apenas 7% das mortes ente crianças com menos de cinco anos, o número de novos casos de contágio pelo vírus HIV estabilizou, a taxa de natalidade caiu para 1.2 e a expectativa de vida aumentou”³, conforme o WDR (2004, p.159). Apesar de todos os avanços, o sistema de saúde ainda tem desafios a enfrentar em questões como estrutura e organização.

Na região Centro-Sul do Rio Grande do Sul apesar dos avanços que ocorreram em muitos municípios na área da saúde, ainda existem municípios com esperança de vida abaixo da média do Estado e mais ainda em relação a média dos municípios menos pobres do Estado. A mortalidade infantil (até cinco anos) média da região estava em 2000, 10,374% acima da média do Estado e 36,364 % acima da média dos municípios menos pobres, há um município cuja taxa ultrapassa em 60,856 % a média do estado Minas do Leão. A mortalidade infantil até um ano ainda que tenha se reduzido consideravelmente em todos municípios de 1991 a 2000, apresentou indicadores muito acima da média do Estado e também em relação aos municípios menos pobres.

A taxa de fecundidade das mulheres da região superou os indicadores do Estado e municípios menos pobres, conforme consta nas Tabelas 12 e 13 (Anexos L e M).

3.2.1 Políticas dirigidas à Saúde

Como em outras áreas sociais, um grande problema a ser enfrentado é a questão da desigualdade no acesso a saúde. As disparidades existem em todos os níveis de atendimento, e nos municípios elas aparecem entre o setor urbano e rural, entre adultos e crianças, entre centro e periferias. As reformas que promoverão maior igualdade não podem estar separadas daquelas para a melhora da eficiência e da qualidade. Segundo o Relatório sobre o

³No original: Over the last 10 years, infant mortality has decreased by 38 percent, mortality from vaccine-preventable diseases in children is now negligible, diarrheal diseases are the cause of only 7 percent of deaths among children under 5, overall mortality from infectious diseases and parasites has decreased substantially, the number of new cases of HIV/AIDS has leveled off, the total fertility rate has declined to 1.2, and life expectancy has risen.

desenvolvimento mundial – WDR (2004, p.165) “no início dos anos 90 houve considerável discussão sobre a necessidade de realocar verbas federais de forma mais equânime, mas não houve na época consenso sobre os mecanismos a serem utilizados. Com a elaboração da Emenda Constitucional 29, surgiram estratégias que podem ser adotadas para melhorias na equidade de financiamento”⁴. É possível introduzir ajustes nos níveis de captação de acordo com indicadores das áreas mais necessitadas, através de estudos epidemiológicos, demográficos e sócio-econômicos. Dessa forma, a distribuição de recurso atinge as áreas carentes de forma eficiente. Outrossim, seria importante procurar a cooperação entre os municípios da mesma região, para que juntos promovessem a regionalização de serviços de média complexidade.

O governo municipal pode reduzir ou eliminar subsídios que beneficiem principalmente os ricos, e reforçar as verbas destinadas aos pobres. Para que isto aconteça, pode-se estabelecer que aqueles que possuem planos de saúde paguem integralmente os custos de sua internação e tratamento em clínicas e hospitais públicos. Esta prática implica na implementação de um sistema para a estimativa de custo real dos serviços oferecidos.

Assim, como o governo federal reforçou e expandiu os programas de fornecimento de drogas para os pobres através de políticas de apoio aos medicamentos genéricos, tornando-os mais acessíveis para as populações de baixa renda, os municípios poderiam criar farmácias populares, definindo um subsídio parcial ao invés de total, variando este de acordo com o grupo de drogas, medicamentos essenciais e não essenciais, genéricos ou registrados, expandindo a produção local de remédios genéricos através de parcerias entre laboratórios públicos e companhias farmacêuticas, e apoiar, através de campanhas locais, a conscientização de pacientes e médicos para que se adote o uso de medicamentos genéricos.

Apesar dos esforços empregados na melhoria e oferecimento de cuidados à saúde, o sistema ainda apresenta pouca eficiência, baixa efetividade e qualidade. Anteriormente acreditava-se que a falta de recursos era a causa de tal fato, mas mesmo com maiores verbas alocadas para a saúde, estes mesmos recursos continuam a ser empregados com pouca eficiência e sem nenhuma preocupação com a qualidade. Sugere-se maior organização e planejamento por parte do poder público municipal ao aplicar as verbas destinadas à saúde. Atualmente há uma maior preocupação com o controle financeiro e compra de insumos do que com o seu desempenho e eficiência.

⁴No original: There was considerable discussion in the early 1990s on the need to reallocate federal transfers more equitably across states, including the development of a formula for doing so.

A opção seria estabelecer uma orientação de amplo sistema que melhorasse a qualidade da saúde. Esse objetivo poderia ser alcançado pelo desenvolvimento e implementação de sistemas de gerenciamento baseados em desempenho e instrumentos entre pagantes e fornecedores. De acordo com WDR (2004, p.172), “a experiência de organizações sociais com gerentes de contrato em São Paulo pode ser um modelo a ser seguido”. Também seria proveitoso aumentar a capacidade de gerenciamento pelos municípios nos hospitais do SUS, bem como a capacidade de comprar serviços dos fornecedores públicos e privados negociando insumo e medicamentos a preços mais baixos.

O poder público local também deveria empenhar esforços para melhorar a eficiência na oferta de serviços. Para isso, a municipalidade deveria racionalizar o suprimento dos ambulatórios e dos hospitais, levando em conta a demanda e a oferta, economias de escala, perfis epidemiológicos, e implementando sistemas referência funcionais. Isto envolveria uma conversão de um certo número de pequenos hospitais, que estivessem sendo economicamente inviáveis, em centros de atendimento de urgência e saúde da família. O governo local deveria desenvolver diretrizes e regulamentos sobre verificação tecnológica.

Alguns municípios optaram por assegurar completa autonomia para seu sistema de saúde local criando uma fundação para a saúde independente da administração municipal direta. Outra iniciativa foi a de terceirizar serviços dos hospitais públicos, tais como nutrição, lavanderia, e alguns serviços de diagnóstico. Estas medidas devem ser avaliadas levando em conta as características locais, pois podem não representar uma economia de recursos ou melhoria em atendimento. Alguns hospitais públicos têm aberto salas ou setores para tratar pacientes particulares ou que tenham planos de saúde privados. O efeito desta estratégia reflete na eficiência, qualidade e maior arrecadação de fundos. O hospital ENCOR de São Paulo é pioneiro nessa experiência.

Programas preventivos como os que promovem exercício regular, monitoramento da pressão arterial, atendimento psiquiátrico ambulatorial, tratamento odontológico itinerante, são meios que o poder público local pode utilizar para melhorar a qualidade da saúde da população. Esse tipo de prática deve partir especialmente do poder municipal, já que este tem maior facilidade de saber, através de pesquisas o que e onde é necessário este ou aquele programa de profilaxia. Como é possível perceber, a implementação dessas idéias requer um trabalho de pesquisa anterior. Além dos programas citados, deve-se ainda desenvolver um trabalho com foco na população infantil, já que esta tem particularidades que exigem um trabalho diferenciado.

Os cuidados básicos com a saúde devem ser um pilar nas atividades municipais relacionados a esta área. Entre outras idéias uma que parece ser a mais bem sucedida, conforme já experimentado, é a criação de programas de saúde da família. Para que este possa ser implantado é necessária sustentabilidade financeira, que pode ser conseguida através de medidas tais como o aumento da oferta de serviços de média complexidade que devem ser instalados levando em conta as necessidades da região. Outrossim, deve-se evitar serviços médicos domiciliares em lugares abrangidos pelo Programa Saúde da Família, já que este também se realiza através de visitas domiciliares das equipes de saúde.

A colaboração e coordenação com o setor privado devem ser incentivadas. Os setores público e privado na área da saúde enfrentam problemas similares que vão desde a baixa qualidade dos serviços até a precária condição financeira. Uma das formas pela qual o município pode obter vantagem em associar-se ao setor privado é através da troca de informações (custos, ferramenta, gerenciamento), bem como através do estabelecimento de parcerias para a pesquisa e avaliação dos problemas de saúde locais.

A avaliação e a pesquisa sobre o sucesso ou não de quaisquer das medidas sugeridas deve contribuir no processo de decisão em todos os níveis governamentais. Nos municípios os conselhos sociais locais podem ter um papel relevante para que as decisões tomadas possam efetivamente responder aos problemas enfrentados por determinada municipalidade. O poder público local pode se valer de dados coletados por órgãos como o IBGE, comparar análises de diferentes programas que visem aumentar a qualidade, além de aplicar práticas prevalentes nos setores privados que envolvam técnicas de financiamento e gerenciamento.

Atualmente os brasileiros estão vivendo mais e mais dificilmente morrem de doenças de comunicação obrigatória. O problema está exatamente na dificuldade em prevenir e controlar doenças em que não há obrigatoriedade de comunicação oficial. Segundo informação da FUNASA constante no WDR (2004, p.182), “essas doenças representam 75% das causas para a perda de anos de vida produtiva no Brasil”. Várias dessas doenças são perfeitamente tratáveis e possíveis de prevenir. Experiências em outros países já demonstraram que para haver controle dessas enfermidades é necessária uma mudança em todo o sistema de saúde, que deve tirar a ênfase geralmente dada ao tratamento e transferi-la para a prevenção. É largamente reconhecido que para grandes mudanças serem realizadas, os comportamentos da população que visem melhora da saúde, requerem uma ação coordenada entre vários setores, além do setor da saúde.

Algumas ações estratégicas devem ser tomadas para que o controle das doenças em que não há obrigatoriedade de comunicação seja feito. O governo local deverá definir

objetivos claros e indicadores para o monitoramento do impacto de atividades que visem melhorar a saúde. Obviamente, o município conta com maior facilidade do que os demais entes públicos para promover tais atividades, entre outras razões, pela proximidade com a população. Após pesquisar quais as doenças que afligem aquela localidade, o governo local, principalmente através da secretaria municipal da saúde, poderá promover as atividades que previnam aquelas enfermidades. Assim, se for verificado um alto índice de problemas cardíacos na população, programas que incentivem alimentação saudável e prática regular de exercícios físicos para a população em geral poderiam ser implementados. Todo este trabalho de pesquisa e posterior aplicação dos programas pode contar com a ajuda dos agentes públicos de saúde e dos times integrantes do Programa Saúde da Família.

Outra sugestão é a criação de um modelo coordenado, compreensivo e melhor equipado para atingir as necessidades das pessoas com doenças crônicas. Os modelos de maior sucesso incluem aqueles que mantiveram laços com os programas comunitários, contando também com o envolvimento da equipe de saúde local como um todo. É também recomendado desenvolver abordagens entre setores, e formar parcerias com as comunidades. Mudar o estilo de vida e comportamento individuais depende das atividades de vários setores, pois os hábitos, em geral, são difíceis de ser abandonados. Além de promover os programas já citados, o município pode usar de sua competência legislativa para criar leis que incentivem um estilo de vida mais saudável, como delimitação da área para fumantes, criação de espaços públicos para a prática de esportes etc.

Algumas medidas práticas, principalmente no cuidado à criança devem ser adotadas em cadeia, começando mesmo antes do nascimento. O pré-natal é fundamental para que a criança que vai nascer possa ter uma condição saudável ao nascer. Através de exames e tratamentos feitos durante a gestação, várias doenças podem ser evitadas, tanto na gestante como nas crianças. Há também importância no pós-natal, quando exames como o do pezinho podem detectar doenças que se tratadas ao nascer têm maiores possibilidades de cura. Esta ação envolve diretamente o poder público, em todas as esferas governamentais, que devem oferecer este serviço de forma gratuita e eficaz, além de fazer um esforço de conscientização para que as mães compareçam aos postos de saúde. A conscientização se dá através dos meios de comunicação de massa, como rádio e televisão. Essas medidas são importantes pois afetam diretamente o bem-estar das pessoas mais pobres, que muitas vezes, com baixos níveis de educação, dependem muito do acesso à informação via meios de comunicação de massa.

O leite materno contém vários anticorpos que são necessários ao neonato para que este adquira resistência a um sem número de doenças. Este é um aspecto fundamental na redução

da mortalidade infantil que afeta muito a vida das pessoas mais pobres. O governo pode atuar, neste caso, através de cursos e palestras onde as mães são orientadas de como deve ser feito o aleitamento, bem como sua importância e duração. Além disso, deve haver campanhas nos meios de comunicação de massa para a conscientização das famílias e dos empregadores, já que é necessária a colaboração destes para que a ação tenha efeito.

O uso do soro caseiro reduz drasticamente os índices de mortalidade, como pode ser visto nos casos como o do Brasil, onde uma forte campanha governamental ensinou a prepará-lo. Isso ocorreu porque várias crianças morriam de disenteria e desidratação, óbitos que poderiam ser evitados com a simples ingestão do soro. Estas doenças são muitas vezes conhecidas como doenças da pobreza. O poder público deve continuar a ensinar e promover o uso de ações simples, mas vitais para a saúde.

A vacinação é outro fator crucial para a diminuição da mortalidade entre as crianças. Aqui também o poder público tem papel fundamental, já que ele deve distribuir as vacinas, facilitar o acesso das pessoas aos pontos de vacinação, bem como descentralizar a distribuição da mesma, tornando mais viável o comparecimento das pessoas (principalmente das mais pobres que vivem em áreas mais afastadas). Outro fator é a periodicidade das campanhas, que devem se dar de tal forma que todas as crianças possam estar sob a garantia dada pelas vacinas.

Além das atividades acima descritas, o governo pode criar planos de saúde da família, os chamados PSFs. Estes programas cuidam da profilaxia e acompanhamento em populações reduzidas, fazendo com que a área da saúde saiba o número de componentes da família, e o seu histórico médico, o que também levará à redução da taxa de mortalidade infantil. Os PSFs devem contar com toda uma equipe de profissionais da área da saúde, como nutricionistas, enfermeiros, dentistas, médicos, além de agentes de saúde que vão até a população em suas casas para fazer o acompanhamento. O foco destes programas é, sem dúvida, pró-pobre e sua eficácia na redução da pobreza, em um sentido mais amplo, é largamente reconhecido por Sen (1999) e por várias instituições internacionais como o Banco Mundial (WDR 2000-2001).

Os municípios da região Centro-Sul do RS devem engajar-se com a nova fase de reformas a serem implementadas pelo governo federal. Elas terão o objetivo de consolidar e aprofundar as políticas para melhorar a igualdade de acesso, a eficiência na alocação de recursos, aumentar a qualidade de serviços, e estabelecer novos desafios para prevenção e controle de doenças. Conforme argumentado acima, as municipalidades terão um papel decisivo para que as mudanças ocorram e conseqüentemente haja uma melhora no sistema de

saúde pública e conseqüente redução da pobreza (se vista de um ponto multidimensional, como privação de capacitações).

3.2.2 Indicativos de políticas para a melhoria das condições de saneamento básico

As condições de saneamento básico de uma população refletem diretamente sobre a sua saúde, e também atingem outros aspectos da vida das famílias, principalmente em se tratando de populações pobres. O saneamento básico envolve principalmente a existência de redes de esgotos, água tratada, coleta de lixo e acima de tudo, a conscientização da população em relação a hábitos de higiene.

Vimos no capítulo anterior desta dissertação que um dos aspectos de maior vulnerabilidade nos municípios da região Centro-Sul é a questão do saneamento básico. A população desses municípios, principalmente na zona rural, ainda não tem acesso à água tratada, não existe rede esgoto pluvial e ou cloacal, muitos domicílios ainda não tem coleta de lixo e não tem banheiro ou sanitário, conforme apresentado nas Tabelas 14,15 e 16 (Anexos N, O e P).

Uma rede de esgotos eficiente é necessária para que se garanta a não disseminação de doenças contagiosas, que sejam transmitidas através da água das chuvas ou pelos dejetos de humanos e animais. Cabe ao poder público oferecer o suporte material de maneira progressiva (e não regressiva como vem acontecendo (HENRIQUES, 2000)), gratuitamente ou a um preço acessível mesmo aos que percebem baixa renda. É importante também que o governo trabalhe na conscientização da população para que preservem as redes de escoamento, colocando em prática ações como a colocação de lixo em lugares adequados e acondicionado apropriadamente. Estas ações são especialmente importantes em lugares onde há ocorrência freqüente de chuvas, pois podem evitar as enchentes e suas nefastas conseqüências.

De especial importância para a população mais pobre é o tratamento da água. A água colocada à disposição da população pobre deve ser tratada para que se torne potável. Este tratamento deve ter em vista as necessidades dos adultos e crianças, já que a água é o elemento essencial da vida. Ocorre que também é através da água que várias doenças são transmitidas, e daí a necessidade de colocá-la em condições seguras para o uso humano. Esta responsabilidade cabe aos entes públicos, que devem fazê-lo de forma gratuita ou ao alcance do poder econômico da população mais pobre.

A coleta de lixo deve ser feita de forma regular, abrangendo todos os locais onde haja habitação, mesmo que estes locais sejam precários (onde os pobres usualmente vivem). Para

que tal ocorra, o ente público, além de promover o recolhimento dos dejetos e sua colocação em lugares adequados, onde não coloquem em risco a saúde e o meio ambiente, também terá que criar e conservar acesso a todo tipo de local, problema este encontrado geralmente em locais onde a população é pobre.

A conscientização e educação das pessoas são fundamentais para que todas as ações até aqui sugeridas tenham algum efeito. De nada adianta ter, por exemplo, caminhões para a coleta de lixo se as pessoas continuarem a colocar o lixo em terrenos baldios. O poder público deverá se valer dos meios de comunicação de massa para divulgar campanhas regulares sobre a questão do lixo, alertando para as conseqüências que ações erradas terão sobre a saúde e qualidade de vida da população mais pobre. Esse é um elemento essencial para a redução da pobreza. É interessante observar como estas ações devem ser articuladas. Pode valer pouco buscar-se a melhoria do foco do gasto público em saúde com os mais pobres se ao mesmo tempo não forem tomadas providências para a melhoria das condições de saneamento, provisão de água e tratamento de lixo nas áreas onde as pessoas mais pobres vivem. A integração das políticas é, portanto, fundamental para a redução da pobreza naqueles municípios mais pobres e deve envolver a articulação de políticas nas esferas federal, estadual e municipal.

3.3 Indicativos de Políticas Dirigidas a aumentar o Capital Social

Para a maioria das pessoas a melhor proteção social é o emprego. Na visão tradicional, o emprego é importante, significa um maior acesso a recursos. Na visão da abordagem das capacitações, o emprego é importante pois está associado a um conjunto de funcionamentos que possuem valor, tais como auto-estima, inserção social, acesso à informação e proteção social. De qualquer modo, os aspectos-chave da proteção social são importantes na avaliação do impacto da geração de empregos. Melhorar e expandir programas de proteção social pode ajudar a reduzir a pobreza e acelerar o crescimento econômico.

As possibilidades de tornar a proteção social uma ferramenta mais importante na redução da pobreza são limitadas no Brasil, por causa da proteção excessiva dada a poucos grupos, particularmente através do sistema de seguridade social. Há urgência em melhorar o equilíbrio da proteção social, o que pode ser feito dando maior segurança para grupos que estão virtualmente sem proteção, ao mesmo tempo em que reduz os altos níveis de segurança dado a outros, tais como a algumas categorias de servidores públicos. A proteção social inclui

intervenções públicas que ajudem os indivíduos, os domicílios, e comunidades a gerenciar riscos ou que dêem apoio aos muito pobres. O modelo dos programas públicos de proteção social são componentes essenciais numa tentativa integrada de reduzir a pobreza.

Na última década o Brasil reduziu a pobreza monetária e melhorou o status da saúde e da educação dos pobres. A estabilização econômica e o crescimento desde 1994 permitiu a redução da pobreza em grandes espaços urbanos. Esta melhora no gerenciamento macroeconômico tem mitigado o risco associado às políticas econômicas mal sucedidas e inflação alta, as quais atingiram os pobres durante os anos 80. Ainda assim, o nível de pobreza para um país com a riqueza do Brasil é inaceitável. Segundo WDR (2004, p.196) no Brasil “... mais ou menos 20% da população – 35 milhões de pessoas – têm renda abaixo da linha da pobreza” . É preciso implementar programas de proteção social que se dividem em três categorias principais: intervenções no mercado de trabalho, seguridade social e assistência social. Análises (HENRIQUES, 2000) mostram que durante os anos 90, os lares que obtiveram entre 10% e 15% da distribuição da renda beneficiaram-se muito menos que outros grupos que tinham melhores oportunidades econômicas. Apesar da crescente necessidade de proteção social para os pobres, a proteção dada à classe média é muito maior do que a segurança oferecida aos pobres.

A maioria dos indivíduos que faz parte da camada social mais pobre trabalha na informalidade, mas a grande maioria dos programas de proteção social está ligada ao mercado de trabalho formal, enquanto a maioria dos pobres se encontra na informalidade. Assim sendo, os pobres acabam dependendo de mecanismos informais de proteção, alguns dos quais estão associados com uma queda nos níveis futuros de capital humano e social.

3.3.1 Políticas que visam aumentar o capital social

Ênfase na redução da pobreza, entendida como privação de capacitações, não significa o abandono de políticas de criação de empregos e falta de atenção à renda na promoção do bem-estar dos mais pobres. O potencial da economia para criar empregos continua sendo um elemento central em estratégias de redução de pobreza. A única diferença é que a avaliação dessas políticas de renda deve ser conduzida não somente no espaço das rendas, mas no espaço das capacitações. O crescimento do mercado de trabalho é um dos fatores que merece maior consideração aqui, em particular, em termos de empregos de baixa qualificação. Nos dez últimos anos, conforme consta no WDR (2004, p.198) “a oferta de emprego não cresceu

tão rapidamente quanto a população em idade de trabalhar”⁵. Isso significa que a economia brasileira está desperdiçando benefícios potencialmente enormes que decorrem da força de trabalho e do emprego. A criação de empregos é importante não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social e ético. Estar sem emprego destrói a auto-estima dos trabalhadores e o bem-estar das suas famílias, mesmo que estejam recebendo recursos financeiros de outras fontes.

Alguns fatores influenciam decisivamente a situação atual do mercado de trabalho. A produtividade do trabalho é muito baixa em muitos municípios e países em desenvolvimento. De modo geral, “a produtividade do trabalho no Brasil é de 35% a 50% menor do que na Malásia e México”⁶ (WDR, 2004, p.199), dois países com níveis de renda similares ao do Brasil. Os pobres desempregados não estão recebendo benefícios, o que faz com que estas pessoas migrem para o crescente setor informal. Assim, em 1980, 66% da força de trabalho trabalhava no mercado formal; ao final dos anos 90, esta porcentagem caiu para apenas 40%.

Outro fator é o excesso de regulamentação do emprego, além do excesso de processos judiciais resultantes. A rotatividade excessiva também contribui para a situação atual de baixa produtividade, porque os trabalhadores não ficam tempo suficiente numa empresa para receber treinamento e acumular experiências.

As soluções para a melhoria de situações de natureza institucional são de responsabilidade de todas as esferas de poder. O poder municipal pode fazer o seu papel incentivando a negociação a respeito de salários e benefícios, evitando que as pessoas recorram à justiça. Isto pode ser feito através de campanhas nas empresas locais, bem como com entrosamento do executivo municipal com o poder judiciário.

A justiça tem todo o interesse de que as pessoas demandem menos processos, e junto com o município pode criar programas, onde seriam treinadas dentro das próprias empresas, pessoas que possam agir como intermediários nas questões trabalhistas. Isto poderia dar um incentivo ao setor formal local a contratar mais mão-de-obra.

Para que o panorama do trabalho melhore o governo local juntamente com as esferas federal e estadual, deve empenhar esforços para equilibrar o sistema de proteção social. É importante reduzir o pagamento de subsídios dados a classe média e realocar estes recursos para programas que auxiliem os mais pobres. Por exemplo, o município pode diminuir ou

⁵ No original: Over the past 10 years employment has not grown as rapidly as the working-age population, despite a decline in labor force participation rates.

⁶ No original: Labor productivity is 33-50 percent lower than in Malaysia and Mexico, two countries with income levels similar to Brazil's.

eliminar fundos de pensão dos seus servidores, usando essa verba então para implementar programas que qualifiquem os trabalhadores, através da oferta de cursos profissionalizantes.

A efetividade da assistência social deve ser aumentada, o que pode ocorrer pela expansão de transferência de renda condicional, serviços de integração e modernos mecanismos de entrega ao público. O município pode engajar-se mais efetivamente em programas tais como o Bolsa Escola, Bolsa Família, mas a contribuição das cidades está, principalmente, na fiscalização e aplicação dos programas federais e estaduais já existentes. Os programas de assistência social federais e estaduais dependem substancialmente da colaboração das prefeituras, já que é através delas que são feitos os cadastramentos para inclusão dos indivíduos que se pretende auxiliar. Para que estas iniciativas tenham o efeito desejado os municípios devem zelar pela idoneidade das informações e assegurar que os recursos cheguem a quem realmente deles necessite.

Uma questão que merece atenção do governo local é a situação em que se encontram as pessoas idosas da comunidade. Esta é uma camada da população que precisa de cuidados especiais que nem sempre podem obter das suas famílias, principalmente por falta de recursos financeiros. As prefeituras podem fazer a sua parte através da criação de lugares onde estes indivíduos recebam gratuitamente atendimento médico, dentário e social. Para aqueles que não possam permanecer nos seus lares é preciso criar casas geriátricas com pessoal treinado especificamente para trabalhar com idosos. Além disso, devem ser criados espaços comunitários especialmente para as terceira idade, onde as pessoas mais velhas poderão ter lazer, cuidados com a saúde e diversão. Isso é importante, pois a categoria de idosos na pobreza tem crescido constantemente nos últimos anos. A velhice assim passa a constituir um dos graves momentos de vulnerabilidade na vida das pessoas menos abastadas da sociedade. Programas destinados a melhorar a condição de vida do idoso tem constantemente este caráter pró-pobre.

Outra parcela da população que deve merecer especial atenção do governo local são as crianças desamparadas, além de criar programas para que as crianças sejam cuidadas na família, devem existir programas de iniciativas para cuidar das crianças em situações de risco. Crianças em situações de risco são aquelas que não podem mais receber a cobertura familiar, razão pela qual caberá ao poder público assegurá-las. Os municípios devem criar creches e orfanatos onde estas crianças e adolescentes recebam educação, alimentação, entre outros meios materiais, bem como atenção, afeto, enfim tudo aquilo que é assegurado pelo Estatuto da Criança e Adolescente. É importante que o poder executivo local estabeleça parcerias com os conselhos tutelares, já que estas instituições têm em geral, a experiência e a competência os

Conselhos Tutelares, já que estas instituições têm, em geral, a experiência e a competência necessárias para saber quais as demandas desse grupo social. Atenção às crianças desamparadas é um elemento essencial em estratégias de combate à pobreza.

Além das crianças em situação de risco, também as crianças em geral devem receber a colaboração municipal para que cresçam em um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento. Isso pode ser feito através da criação de espaços comunitários para a prática de esportes, para o lazer, bem como bibliotecas voltadas exclusivamente para o público infante-juvenil.

A erradicação do trabalho infantil é uma preocupação mundial. Entre países onde esta calamidade ocorre com frequência está o Brasil, e vários setores governamentais e sociais têm, principalmente nos últimos anos, aumentado esforços para a solução do problema. O município pode colaborar com os ministérios envolvidos neste trabalho através de fiscalização. Tal tarefa pode ser feita através das escolas municipais, usando este canal para atingir e conscientizar os pais sobre a importância de se assegurar à criança um desenvolvimento saudável, onde não se encaixa a idéia de trabalho para crianças menores de 14 anos. A exemplo dos programas federais como o Bolsa Escola, o governo local pode instituir novos programas que incentivem as famílias a tirar os menores do mercado de trabalho, para colocá-los nas salas de aula. É importante salientar que qualquer forma de incentivo financeiro aos pais deve ser acompanhado de cuidadosa fiscalização, assegurando dessa forma que o apoio está realmente servindo para diminuir o trabalho infantil.

Um problema que também atinge as crianças, mas principalmente os jovens é a questão do uso de substâncias entorpecentes. O uso de drogas é extremamente corrosivo ao capital social, pois inabilita o indivíduo para as atividades produtivas, sejam elas o estudo ou o trabalho, além de dragar recursos que deveriam servir para melhorar a condição de vida das famílias. Além disso, o consumo de entorpecentes leva ao crescimento da criminalidade, aumentando os índices de violência da localidade. Este aumento da violência atinge a família e a sociedade como um todo, o que mostra que a questão das drogas tem um efeito perverso na constituição do tecido social – tão importante em programas de combate à pobreza.

A municipalidade pode enfrentar o problema, em primeiro lugar desenvolvendo alternativas, principalmente para os jovens, criando espaços onde haja atividades saudáveis que incentivem o abandono do vício. Outrossim, a prefeitura deve integrar setores como saúde e educação, para trabalhar tanto na prevenção como na desintoxicação daqueles que já são usuários de substâncias químicas entorpecentes. Outro aspecto a ser considerado é o problema do alcoolismo, já que esta é uma droga lícita, o que a torna de fácil obtenção. O poder público

pode criar novos centros estruturados como os Alcoólicos Anônimos, ou apoiar os já existentes, cedendo espaço para reuniões, pessoal e se possível verba.

Outra maneira de promover a melhora do capital humano e social é atacando o crime e a violência. Isto pode ser feito pela expansão de programas baseados na comunidade que trabalha com jovens em situação de risco, vítimas de violência doméstica e outros. A sociedade civil tem o potencial de demandar o setor público para uma solução para a crescente violência. A maior parte das insatisfações do povo dirigem-se para uma melhora das polícias e repressão do crime. Segundo WDR (2004, p. 216), “Diferentemente de outros países, a violência no Brasil não está em geral associada a fatores políticos, raciais ou religiosos”⁷. A grande causa da violência está ligada a questões sociais.

Muito se tem a discutir sobre o papel dos municípios na área da segurança. Não há dúvida que as municipalidades têm muito a contribuir para a solução do problema. Inicialmente o governo local pode conduzir estudos sobre a natureza dos crimes praticados naquela comunidade – onde ocorre, o status social de agentes e vítimas etc. Com esses dados a disposição é possível traçar planos mais objetivos sobre a questão da segurança.

A Constituição Federal permite que os municípios possuam força policial local. Os estudos feitos nas cidades podem indicar a necessidade de criar ou não tal instituição. Caso seja recomendado a criação de uma força policial local, é preciso assegurar que seus membros tenham treinamento adequado, bem como provê-los de equipamentos necessários para o combate ao crime. É um fator crucial a questão da remuneração desses agentes públicos, ela deve ser condizente com as responsabilidades do cargo, que serve para evitar ou pelo menos diminuir a corrupção, fato muito freqüente dentro das corporações policiais. A falta de segurança e a violência atingem de maneira mais abrangente as famílias mais pobres, moradores de periferia, onde não há quase policiamento e onde é comum disputas armadas por diversas razões.

O município pode auxiliar no combate ao crime criando programas para reinserção dos egressos na comunidade. Esses programas devem visar à qualificação desses indivíduos para que eles possam contribuir para a sociedade. Devem ser oferecidos cursos, palestras, e oportunidades para que estas pessoas voltem ao mercado de trabalho. Assim agindo, o governo local estará atuando sobre uma das maiores causas de reincidência, qual seja, a falta de oportunidades enfrentada pelas pessoas que deixam a prisão. A reinserção dos indivíduos

⁷No original: Unlike in other developing countries, violence in Brazil is not generally associated with political, sectarian, or religious factors.

na sociedade contribui muito para a redução da pobreza relativa e da exclusão social, apesar de não garantir a redução da pobreza absoluta.

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – WDR (2004, p. 218), “há um entendimento generalizado de que a prevenção de crimes requer a integração de segmentos chave da população em um sistema de controle social”⁸. Um desses seguimentos são os jovens em situação de risco, por comportamentos criminosos ou por uso de substâncias entorpecentes. Apesar de existirem vários desses programas, os desenvolvidos pelos municípios são os que têm maior chance de sucesso. O sucesso dos programas baseados em bairros é maior. Isso se deve as facilidades com que agentes locais têm em entrar em contato com os problemas da comunidade.

Várias seriam as sugestões que podem ser usadas na promoção do capital social. As apresentadas até então são ligadas às questões de maior urgência, como a questão do idoso, das crianças, da criminalidade e o uso de substâncias entorpecentes. A questão do trabalho é ainda o problema social de maior relevância, já que interfere em todos os outros aspectos sociais.

Por isso, recomenda-se que as iniciativas governamentais em todos os níveis do poder público tenham como prioridade resolver a questão do desemprego. É relevante salientar que a busca de soluções articuladas em esferas múltiplas de atuação deve ser acompanhada de um entendimento de que o combate à pobreza não pode ser restrito à geração de renda, mas deve ser ampliado para incorporar dimensões diferentes de bem-estar humano. Portanto, medidas monetárias de pobreza, como apresentadas no capítulo 2 dessa dissertação, podem avaliar apenas parte do impacto da redução da pobreza. É preciso a construção de indicadores que retratem a articulação de aspectos multidimensionais da pobreza e que formas distintas de privação sejam entendidas como parte do mesmo problema.

⁸No original: ...there is widespread agreement that crime prevention requires reintegrating key segments of the population into a system of social control.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo examinar abordagens da pobreza de autores que entendem ser a renda a principal fonte de referência para a sua mensuração e determinação do bem-estar dos indivíduos. Por outro lado, também foi pesquisada uma outra abordagem da pobreza, que a analisa como um fenômeno multidimensional que ultrapassa o aspecto da renda.

Dos autores pertencentes a primeira corrente estão Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 22) os quais entendem a pobreza como uma circunstância econômica, diretamente relacionada à renda, sendo esta então, fator determinante da pobreza. Rocha (2003, p.9-10) vê o fenômeno da pobreza como um evento complexo. Ser pobre significa não dispor dos meios para se adequar no grupo social em que se vive. Os meios para a maioria dos autores desta corrente relacionam-se a renda. Apesar da sua importância, apenas baseado na renda não se pode dizer que alguém é pobre ou não, pois as condições de saúde, de saneamento básico, educação ou de acesso a serviços públicos, por exemplo, influirã na percepção do grau de pobreza e bem-estar do indivíduo.

Os conceitos de pobreza relativa e absoluta foram analisados e examinados os fatores que cada um avalia. A abordagem da pobreza absoluta tem relação direta com as necessidades alimentares, pobres são todos que não dispõem dos recursos necessários para satisfazer as necessidades alimentares, nutrindo-se adequadamente, os critérios utilizados para a sua mensuração, apesar da sua face cruel e que abrange tantas pessoas no país, estão relacionados, por exemplo, as conseqüências observadas pela falta de peso nos adultos e desnutrição nas crianças, como taxas de mortalidade infantil e de adultos elevadas. Já o conceito de pobreza relativa dá uma noção mais ampla do que a abordagem anterior, pois envolve a exclusão social. Ainda que haja críticas em relação a esta abordagem da pobreza, pela não consideração dos aspectos absolutos da pobreza, ela capta aspectos muito importantes para avaliação da pobreza. Ser excluído significa não tomar parte nas decisões políticas, econômicas e sociais que influenciam diretamente na sua vida. O acesso a serviços públicos como a água tratada,

ao saneamento, a postos de saúde e a escola, certamente dará condições às pessoas de saírem de uma situação de pobreza e buscarem uma vida melhor.

Os parâmetros utilizados para a especificação da linha de pobreza e de indigência no Brasil e no Rio Grande do Sul e identificação das pessoas pobres são diversos. A nível mundial, a Organização das Nações Unidas – ONU utiliza como parâmetro para linha de pobreza, para países de desenvolvimento médio, 2 (dois) dólares dia, e 1 (um) dólar dia para países pobres. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, seguido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, têm utilizado a referência de meio salário mínimo para linha de pobreza e um quarto de salário mínimo para linha de indigência. No Rio Grande do Sul chegou-se a utilizar, em determinados estudos, a referência de 1 e 2 salários mínimos como linha de pobreza. As duas linhas referidas apresentam limitações na medida que consideram apenas a insuficiência de renda como fator determinante da pobreza. O que as diferencia é que a de indigência abrange apenas a satisfação de um consumo mínimo para atender apenas as necessidades nutricionais, enquanto a linha de pobreza incorpora além desse gasto, outros como moradia, transportes e vestuário. Além do aspecto da insuficiência de renda, as duas linhas assim definidas apresentam outras dificuldades empíricas, quando consideramos as diversidades, heterogeneidades, clima, hábitos, costumes e aspectos sociais existentes em cada comunidade ou região e entre as pessoas. É pouco eficiente e eficaz concluir-se por um valor único que melhor atenda a situação dos desprovidos. O melhor parâmetro será aquele que leve em consideração não só as necessidades alimentares, mas também considere seus aspectos relativos, capacitando as pessoas a buscarem alternativas.

Os autores examinados contextualizaram a pobreza e as necessidades básicas destacando a insuficiência de renda existente. O Banco Mundial (WDR, 2000/2001, p. 34) dá ênfase a pobreza pela falta de renda e recursos para atender as necessidades básicas incluindo não só a alimentação como habitação, vestuário, saúde e educação. O Programa Fome Zero (2001), menciona a renda necessária para atender não só as necessidades alimentares, como também as não alimentares, tais como custo de vida, saúde, moradia e educação, além de outras. Romão (1982, p. 362), por exemplo, entende que este conceito deve incorporar alimentação, moradia e vestuário adequados, além de serviços como água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Aqui encontramos um aumento do foco na análise da pobreza, incorporando aspectos multidimensionais da pobreza que são complementares a renda. De fato, ao incorporar estes outros aspectos além da renda, esta abordagem passa a ser alternativa no encaminhamento de soluções a pobreza.

Na literatura econômica, para muitos autores, pobreza e a desigualdade se identificam. Conceitualmente são distintos, mas podem estar relacionadas a processos comuns. Quando a renda passa a ser o principal parâmetro na mensuração e identificação das pessoas pobres, há uma aproximação entre pobreza e desigualdade. Evidencia-se nesses enfoques que a pobreza está relacionada essencialmente a desigualdade de renda. Rocha (2003) entende que quanto mais rica a nação, menos a renda interferirá na noção de pobreza. Apesar da autora destacar a renda como determinante da pobreza, ela reconhece que em sociedades mais ricas os aspectos relativos da pobreza são importantes. A desigualdade social é fruto não só da insuficiência de renda, mas também das melhores condições relacionadas aos aspectos relativos da pobreza. Investir na educação e na saúde e demais aspectos relativos da pobreza dará mais condições (capacitações) as pessoas de modificarem o quadro de pobreza.

Foram analisadas as pesquisas realizadas por Barros, Henriques e Mendonça (2000) que utilizaram indicadores de desigualdade de renda para examinar a evolução temporal da desigualdade de renda no Brasil entre 1977 e 1999, utilizando o coeficiente de Gini, o índice de Theil, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres. A análise dos resultados obtidos com aplicação dessas abordagens, durante o período compreendido entre 1977 e 1999, revelaram que a desigualdade de renda no Brasil, nos últimos anos, se estabilizou, mas em patamares elevados.

Foram também, apresentadas as medidas de mensuração da pobreza mais utilizadas no Brasil, a proporção de pobres, o hiato médio de renda e o hiato quadrático médio de renda, através de tabelas e gráficos, que apresentaram o comportamento da incidência, intensidade e desigualdade de renda no país, entre 1990 e 1999, principalmente. Concluiu-se que a proporção de pobres é maior no estrato urbano e metropolitano, mas é declinante no país em todo período, segundo o enfoque da insuficiência da renda. Numericamente há mais pessoas pobres nessas áreas, no entanto a pobreza na área rural é declinante. Em relação ao hiato de renda, concluiu-se que ocorreu redução em todas as áreas, mas maior na área rural devido ao aumento médio da renda. A desigualdade de renda ainda que tenha diminuído a partir da estabilização econômica, manteve-se em níveis e patamares elevados. Rocha (2003) destacou que entre os fatores que mais contribuíram para a redução da pobreza absoluta no Brasil, está a queda de preços dos alimentos e o aumento das importações, o que refletiu na melhora dos setores de comércio e indústria. Foi verificado que a distribuição da pobreza no território brasileiro têm um caráter fortemente regional concentrando-se, principalmente no Norte e

Nordeste do país. Assim, independentemente dos indicadores de insuficiência da renda utilizados para avaliar a pobreza, ela sempre se mostra mais elevada no Norte e Nordeste, pelo contingente envolvido e principalmente em áreas rurais, reduzindo-se gradualmente a medida que se dirige para o Sul do país.

A renda como único indicador de auferição da pobreza sofre críticas na literatura econômica. Sen (1981) afirma que os índices utilizados como a proporção de pobres e o hiato de renda, demonstram apenas aspectos da incidência da pobreza, pouco contribuindo para exame da extensão dela entre as pessoas pobres. Bagolin e Comim (2002) criticam as medidas utilizadas para a determinação das pessoas pobres, como a proporção de pobres, devido a forma como as pessoas são identificadas a partir de um nível de renda. A abordagem da renda para avaliação da pobreza é incapaz de medir a intensidade da pobreza e como se dá à distribuição desta entre as pessoas que são pobres. O Hiato médio de renda é uma outra medida que somente identifica a necessidade de recursos para trazer todos pobres até a linha da pobreza, ignorando segundo Bagolin e Comim (2002) a extensão da pobreza entre as pessoas, o que poderá não atender a nenhuma das pessoas pobres. O Hiato quadrático médio, por sua vez, além de ser unidimensional, enfocando apenas a renda (meios) em detrimento dos fins, podem levar a que determinadas políticas não atendam as reais necessidades dos pobres. Assim, para esses autores a pobreza deve ser analisada por uma abordagem que permita uma avaliação mais ampla e robusta que considere as várias dimensões da pobreza que não só a renda.

A caracterização da pobreza para Sen (2000), Bagolin e Comim (2002), e também sugerida pelo Banco Mundial (2000/2001 e 2004), deve considerar além da renda, aspectos multidimensionais como a expectativa de vida, a educação, o acesso à água tratada, a serviços de saúde e aspectos nutricionais, por exemplo. Isto significa que a análise da pobreza deve considerar a eliminação das privações das pessoas de poderem escolher uma vida melhor. As pessoas devem ter liberdade para escolher uma vida que lhes permitam modificar o quadro de pobreza. As vantagens de adotar essa abordagem da pobreza é que as melhorias das condições de saúde não só promove o bem-estar como aumenta a capacidade de geração de renda das pessoas. A educação além de promover o bem-estar contribui em termos de saúde e de geração de renda. Medidas de proteção diminuem a vulnerabilidade e riscos de exclusão. A pobreza assim entendida, deixa de ser um processo de privação de liberdades, na medida em que o desenvolvimento pleno das liberdades políticas, econômicas e sociais permite aos indivíduos da sociedade terem condições de modificar a situação de pobreza. Dessa forma,

concluiu-se que há outras maneiras de se avaliar e caracterizar a pobreza, além das abordagens da insuficiência de renda, que é a abordagem das capacitações, a qual permite as pessoas, através da liberdade de escolhas, alcançar uma vida mais satisfatória e maior bem-estar.

No capítulo 2 deste trabalho, realizou-se a análise e avaliação da pobreza nos municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul. A escolha e utilização das abordagens anteriormente discutidas, para avaliação da pobreza existente nesta região, tiveram como motivação a noção existente que a região Centro-Sul, teria níveis elevados de incidência de pobreza e alguns de seus municípios, estariam entre os mais pobres do Estado.

A primeira abordagem discutida foi a que destaca a pobreza como insuficiência de renda. Foram utilizados indicadores de incidência, intensidade e de desigualdade de renda nesta análise. A natureza da análise foi comparativa, utilizando-se como referência os mesmos indicadores dos municípios menos pobres do Estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro ponto examinado envolveu as modificações demográficas e urbanísticas dos municípios da região. Viu-se que entre 1991 e 2000, ocorreu a redução da população rural da região e um crescimento acentuado da população urbana. A análise de correlação demonstrou que o crescimento da população da região esteve fortemente vinculado ao crescimento da população urbana de seus municípios, entretanto, esse crescimento ocorreu fundamentalmente devido ao crescimento populacional da região. Muitos municípios da região apresentaram níveis de urbanização muito abaixo da média da região (56%) e esta muito abaixo da média do Estado (83%). Os municípios com as menores taxas de urbanização da região são Chuvisca, Barão do Triunfo, Mariana Pimentel, Sertão Santana, Dom Feliciano, Cerro Grande do Sul e Sentinela do Sul. De outro lado, Charqueadas, Minas do Leão, Arroio dos Ratos, Butiá e Tapes foram aqueles que apresentaram taxas de urbanização acima da média do Estado e inclusive superiores a média dos menos pobres (66%). Salienta-se que esta média dos municípios menos pobres apresentou-se mais baixa em relação à do Estado, devido aos novos municípios emancipados da região (Tabela 5 – Anexo E).

A análise dos indicadores baseados na abordagem da renda, indicaram que os municípios com as maiores incidências de pobreza, em 1991 e 2000, são Sentinela do Sul, Dom Feliciano, Arambaré, Barão do Triunfo, Chuvisca, Cerro Grande do Sul e Arroio dos Ratos, todos com uma proporção de pobres acima da média apresentada pelo Estado (42,74%). Os demais municípios apresentaram incidências de pobreza abaixo da média do Estado e também da região (40,87%). Ainda que existam municípios, entre os menos pobres,

que apresentaram incidência de pobreza próximas aos municípios da região Centro-Sul, concluiu-se que a proporção de pobres é muito maior na região Centro-Sul. Isto contraria a tese acadêmica de que a incidência de pobreza é maior nos grandes centros urbanos, ainda que isso seja verdadeiro em termos absolutos. A comparação da proporção de pobres com a intensidade da pobreza no período demonstrou que municípios com taxas menores de incidência de pobreza apresentaram elevados indicadores de intensidade de pobreza, sugerindo maior intensidade do que incidência de pobreza (Tabela 6 – Anexo F).

O exame da intensidade da indigência nos municípios da região Centro-Sul nos levou a concluir que municípios com uma incidência de pobreza elevada apresentaram redução na intensidade da indigência entre 1991 e 2000. É o caso de Chuvisca, Barão do Triunfo e Mariana Pimentel. (Tabelas 15 e 16). Os municípios que apresentaram as mais baixas incidências de pobreza, apresentaram as mais elevadas taxas de intensidade da indigência no período, como é o caso de Charqueadas, Tapes, Barra do Ribeiro e Minas do Leão. Há semelhança da intensidade da indigência entre as regiões Centro-Sul e municípios menos pobres. Concluiu-se dessas observações que nos municípios menores, com predominância de área rural e recém-emancipados predomina a incidência da pobreza, enquanto nos maiores, o aumento da intensidade da pobreza e da indigência sinaliza que a pobreza nesses municípios ultrapassa a dimensão renda.

Quando examinou-se os indicadores proporção de pobres, Hiato médio de renda e Hiato de renda quadrático médio concluiu-se que os mesmos municípios que têm incidência de pobreza mais elevada estão também entre aqueles com maior intensidade da pobreza e desigualdade de renda (Tabela 17). No entanto, cabe salientar, novamente, que a intensidade da pobreza e da indigência avança sobre aqueles municípios menos pobres da região Centro-Sul. Da mesma maneira, cresce a intensidade da pobreza e da indigência, bem como a desigualdade de renda nos municípios menos pobres do Estado (Tabelas 6 e 7 – Anexos F e G).

A análise dos indicadores de desigualdade de renda, como a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres, o índice de Gini e o de Theil nos levou a concluir que em 1991 a desigualdade de renda apresenta-se em média maior nos municípios menos pobres, mas em 2000 é superada pelo crescimento médio da desigualdade nos municípios da região Centro-Sul (Tabela 7, 8 e 9 – Anexos G, H e I).

Foi realizada uma análise comparativa entre os indicadores de renda, pobreza e desigualdade com indicadores de educação, saúde e saneamento básico. Das análises realizadas concluiu-se que a proporção de pobres e as taxas de analfabetismo não estão relacionadas diretamente, significando que a insuficiência de renda não é o fator preponderante na determinação do analfabetismo nos municípios da região Centro-Sul. Entretanto nos municípios menos pobres esta relação entre proporção de pobres e analfabetismo é significativa, ou seja, as menores taxas de analfabetismo contribuíram na redução da proporção de pessoas pobres.

A avaliação da intensidade da indigência nos municípios da região Centro-Sul, considerando as pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo e com menos de oito anos de estudo levou a concluir que a redução da intensidade de indigência é maior quando as pessoas têm um número maior de anos de estudos.

A comparação entre os indicadores de desigualdade de renda e de saúde como o índice de Gini e a mortalidade infantil, bem como o índice de Theil e a esperança de vida levou a concluir que não é insuficiência de renda, bem como a desigualdade de renda, que contribuíram unicamente para o aumento da mortalidade infantil e da expectativa de vida das pessoas nesses municípios da região Centro-Sul.

A avaliação entre os indicadores de saúde como a mortalidade até um ano de idade e o número de domicílios permanentes ligados à rede geral de água, e sem esgotos, sem banheiro ou sanitários, e sem coleta de lixo, levou a concluir que esses fatores muito contribuem para a mortalidade até um ano de idade nos municípios da região.

Considerando-se o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE dos municípios, concluiu-se que todos municípios da região Centro-Sul são classificados como de médio desenvolvimento, e têm na dimensão saneamento e domicílios, sua principal carência, destacando-se as áreas rurais. Por outro lado, nos municípios menos pobres é a dimensão renda, a que mais se destaca, devido ao elevado produto *per capita* de seus municípios.

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios – IDH-M, levou a concluir que os municípios da região Centro-Sul que apresentaram indicadores mais elevados de desenvolvimento humano têm na dimensão educação e longevidade suas melhores dimensões.

As conclusões apresentadas até este ponto do trabalho, demonstraram que há aspectos qualitativos que intensificam a pobreza nos municípios da região Centro-Sul e esta apresenta-

se como um fenômeno multidimensional não apenas de incidência, mas de intensidade principalmente.

No Capítulo 3 foram apresentados indicativos de políticas para a melhoria da educação, saúde, saneamento básico e capital social. A pobreza nos municípios da região Centro-Sul apresenta muitas dimensões, entre estas a educação ocupa papel de destaque, o analfabetismo e muitas crianças fora da escola, bem como adultos com poucos anos de estudo, colaboraram na intensificação da pobreza da região. As propostas apresentadas e dirigidas à área educacional ressaltam a importância desta para o crescimento econômico e social e no combate a pobreza da região. Em relação aos indicativos de políticas voltadas a saúde e saneamento básico, ressaltou-se novamente o aspecto educacional envolvido. A conscientização e educação das pessoas são fundamentais para que ações na área da saúde e saneamento básico dêem resultados. O aumento do capital social passa necessariamente pelas questões mais emergentes que envolvem os idosos, as crianças, a criminalidade e o uso de drogas. Como a questão do trabalho acaba sendo o problema mais relevante devido aos aspectos sociais envolvidos, cabe ao poder público, junto com a iniciativa privada articular políticas de combate ao desemprego e às demais questões aqui examinadas que visam estabelecer o bem-estar dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, José Márcio, GIAMBIAGI, Fabio. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. Revista Brasileira de Economia, v. 36, n. 4. p. 355-369, out./dez., 1982.

_____. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 97-120.

_____. **Pobreza: conceito e mensuração**. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA (Série Cadernos de Economia n. 13), 1993a.

_____. Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 4, p. 97-111, out./dez., 1993b.

COMIM, Flavio. **Operationalizing Sen's Capability Approach**. Proceedings of the Conference Justice and Poverty: examining Sen's Capability Approach, Cambridge, 2001.

_____. **Measuring Global Poverty and Social Capabilities: is poverty simply about poor individuals?** Artigo apresentado no Workshop on Poverty, Social Capital and Development, University of Cambridge, mimeo.

COMIM, Flavio V.; BAGOLIN, Izete. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

COSSIO, F.A.B. Efeitos das despesas públicas dos Estados sobre os indicadores socioeconômicos estaduais. In: XXIX Encontro Nacional da ANPEC, **Anais**, 2001, Salvador, BA.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 31, 2001. CD-ROM.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.fee.tche.br> Acesso em 2003 e 2004.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <www.fgv.com.br> Acesso em 2003 e 2004.

FIELDS, Gary. Distribution and Development “A New Look at the Developing World”. In: **Cap.2 The Meaning and Measurement of Income Inequality, Cap. 4 The Measurement of Poverty, Cap. 6 The Meaning and Measurement of Income Mobility Cambridge**. The MIT Press, 2002.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 59 -74, 1984.

FRANÇA, Júnior; VASCONCELLOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Minas Gerais: UFMG, 2004.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**. 13. ed., Porto Alegre: s.n., 2004.

GREER, J.; THORBECKE, E. A Methodology for Measuring Food Poverty Applied to Kenya. **Journal of Development Economics**, 24, p. 59-74, 1986.

HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. In: **Cap. 1 A estabilidade inaceitável, Cap. 2 Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil, Cap. 3 Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil, Cap.15 As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro, Cap. 24 A focalização do gasto social sobre a pobreza no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

HICKS, James; VETTER, David. **Identifying the urban poor in Brazil**. Washington, D. C., World Bank, 1983.

HOFFMAN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: DIPEQ/RS. 1997.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 2003 e 2004.

_____. **Evolução municipal do Estado do Rio Grande do Sul: 1809-1996**. Porto Alegre: DIPEQ/RS, 1998.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1991. CD ROM.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso 2004.

_____. **Indicadores Sociais Municipais**. Rio de Janeiro, 2002. CD ROM.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <www.ipea.gov.br> Acesso em 2003 e 2004.

MAXWELL, S. **The Meaning and Measurement of Poverty**. ODI Poverty Briefing, February, 1999.

MEHTROTRA, S. and JOLLY, R. Development with a Human Face: experiences. In **1 Social achievement and economic growth. 2 Social Development in High-Achieving Countries: Common Elements and Diversities**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MELLO, Maria Ivone de; FERNANDES, Miriam Velci. **Normas para apresentação de trabalhos científicos**. Porto Alegre: Biblioteca Gladis N. do Amaral, UFRGS, 2004.

NERI, Marcelo; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. **Economia aplicada**, v. 3, n. 3, 1999.

OLIVEIRA, J. **Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos Conselhos Regionais e Municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991**. Tese de Doutorado, 2001. PPGE/UFRGS, mimeo.

ORSHANSKY, M. Counting the poor: another look at the poverty prolife. In: **Social Security Bulletin**, v. 28, Jan. 1965.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 1990**: conceito e medida do desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental, 1990.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano 1997**: desenvolvimento humano e pobreza. Lisboa: Tricontinental.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano 2000**: direitos humanos e desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 1991-2000**. Disponível em <www.pnud.org.br> Acesso em 2004.

PROJETO FOME ZERO. Uma proposta de Política de Segurança alimentar para o Brasil In: Cap. 4 **Definição do Público Beneficiário**, Cap. 5 **Propostas para uma Política Integrada de Segurança Alimentar e Combate a Fome**. Síntese, Instituto Cidadania, out. 2001.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

RAY, D. **Development Economics. Chapter 8 - Poverty and Undernutrition**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROMÃO, M. C. **Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil**, p. 97-120, 1991

SANTIBANEZ, C. Ranking ... In: **Proceedings Justice and Poverty**: examining Sen's Capability Approach. Cambridge, 5-7, June 2001.

SEN, Amartya K. Poverty and Famines. An essay an entitlement and deprivation. In: **Chapter 2 Concepts of Poverty, Chapter 3 Poverty**: Identification and Aggregation. Oxford: Claredon Press, 1981.

_____. **Inequality Reexamined**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. Capability and Well-Being. In: Nussbaum, M. and Sen, A.K. **The Quality of Life**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya K.; FOSTER, J. On Economic Inequality. In: **Cap. 1. Welfare Economics, Cap. 3 Inequality as a Quasi-Ordering**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

SVEDBERG, Peter. Poverty and Undernutrition “Theory, Measurement, and Policy”. In: **1 Background and Introduction, 2 Characterization and Measurement of Undernutrition: Controversies and Consensus, 3 A Model of Nutrition and Economic Productivity**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

WAQUIL, P.D. ; MATTOS, E.J. **Distribuição de Renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano**. Faculdade de Ciências Econômicas, PPGE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

WORLD BANK. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001. In: **1 Natureza e evolução da pobreza, 2 As causas da pobreza e um esquema de ação, 3 Crescimento, desigualdade e pobreza, 4 Tornar os mercados mais favoráveis aos pobres, 5 Ampliar os recursos dos pobres e reduzir a desigualdade, 6 Como tornar as instituições do Estado mais sensíveis aos pobres, 7 Remoção de barreiras e fortalecimento das instituições sociais, 8 Ajudar os pobres a manejar os riscos, 9 Manejo de crises econômicas e catástrofes naturais**. Disponível em < www.worldbank.org. > Acesso em 2004.

_____. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2004. In: **1 Education, 2 Health, 3 Social Protection**. Disponível em <www.undp.org.br> Acesso em 2004.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	Tabela 1	Datas de criação dos Municípios da região Centro-Sul e Menos Pobres.....	132
ANEXO B	Tabela 2	População por Situação de Domicílio, por Municípios-1991-2000.....	133
ANEXO C	Tabela 3	Taxa de Urbanização por municípios, 2002-2003 – Centro-Sul.....	136
ANEXO D	Tabela 4	População por Situação de domicílio nos municípios selecionados – 1991 a 2000.....	137
ANEXO E	Tabela 5	Taxa de Urbanização nos Municípios selecionados – 2002/2003.....	140
ANEXO F	Tabela 6	Indicadores de Incidência e Intensidade da Pobreza – Região Centro-Sul.....	141
ANEXO G	Tabela 7	Indicadores de Incidência e Intensidade da Pobreza – Municípios menos Pobres.....	142
ANEXO H	Tabela 8	Indicadores de Desigualdade de Renda, 1991e 2000 – Municípios da Região Centro-Sul.....	144
ANEXO I	Tabela 9	Indicadores de Desigualdade de Renda, 1991e 2000 – Municípios menos Pobres.....	145
ANEXO J	Tabela 10	Indicadores de Educação, 1991 e 2000- Região Centro-Sul	146
ANEXO K	Tabela 11	Indicadores de Educação, 1991 e 2000- Municípios menos Pobres.....	147
ANEXO L	Tabela 12	Indicadores de Saúde dos Municípios da Região Centro-Sul, 1991 e 2000.....	148

ANEXO M	Tabela 13	Indicadores de Saúde dos Municípios Menos Pobres, 1991 e 2000.....	149
ANEXO N	Tabela 14	Saneamento Básico – Região Centro-Sul – Domicílios particulares permanentes, por abastecimento de água rede geral, por destino do lixo coletado, por situação total, rural e urbana, por municípios – 1991-2000.....	150
ANEXO O	Tabela 15	Saneamento Básico – Região Centro-Sul – Domicílios particulares permanentes, por tipo de esgotamento sanitário e sem banheiro ou sanitário, por situação do domicílio – 1991-2000	151
ANEXO P	Tabela 16	Domicílios particulares permanentes por abastecimento de água, por destino do lixo, por situação e total e por tipo de esgotamento sanitário – 1991-2000.....	152
ANEXO Q	Tabela 17	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico IDESE dos Municípios da Região Centro-Sul e componentes – Anos 2000 e 2001.....	154
ANEXO R	Tabela 18	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios dos Municípios Menos Pobres e componentes – Anos 2000 e 2001.....	156
ANEXO S	Tabela 19	Pib e Pib <i>per capita</i> , por municípios – 1990-2000.....	158
ANEXO T	Tabela 20	Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios – 1990-2000.....	160
ANEXO U	Tabela 21	Produto Interno Bruto Total e <i>per capita</i> dos Municípios selecionados – 1990/2000.....	166
ANEXO V	Tabela 22	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, por Setores, nos Municípios Selecionados – 1990-1996/2000.....	168
ANEXO X	Tabela 23	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Região centro-sul, 1991 e 2000.....	174
ANEXO Y	Tabela 24	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, Municípios Menos Pobres, 1991 e 2000.....	176

ANEXO Z	Quadro 1	Conceituação dos Indicadores.....	178
---------	----------	-----------------------------------	-----

ANEXO A - Tabela 1

Datas de criação dos Municípios da região Centro-Sul e Menos Pobres

Nºs	Municípios	Legislação	Data	Município(s) de origem
1	Arambaré	Lei nº . 9603	20/03/1992	Camaquã.Tapes
2	Arroio dos Ratos	Lei nº . 4902	28/12/1964	São Jerônimo
3	Barão do Triunfo	Lei nº . 9571	20/03/1992	São Jerônimo
4	Barra do Ribeiro	Lei nº . 3719	17/02/1959	Guaíba.Tapes
5	Butiá	Lei nº . 4574	09/10/1963	São Jerônimo
6	Camaquã	Lei nº . 569	19/04/1864	Porto Alegre
7	Cerro Grande do Sul	Lei nº . 8619	12/05/1988	Tapes
8	Charqueadas	Lei nº . 7645	28/04/1982	São Jerônimo
9	Chувисca	Lei nº . 10637	28/12/1995	Camaquã Encruzilhada do Sul.São
10	Dom Feliciano	Lei nº . 4635	09/12/1963	Jerônimo.Camaquã
11	Mariana Pimentel	Lei nº . 9611	20/03/1992	Guaíba.Barra do Ribeiro
12	Minas do Leão	Lei nº . 9582	20/03/1992	Butiá
13	São Jerônimo	Lei nº . 457	03/12/1860	Triunfo
14	Sentinela do Sul	Lei nº . 9584	20/03/1992	Tapes.Cerro Grande do Sul
15	Sertão Santana	Lei nº . 9595	20/03/1992	Guaíba.São Jerônimo.Tapes
16	Tapes	Lei nº . 402	16/12/1857	Porto Alegre

Nºs	Municípios	Legislação	Data	Município(s) de origem
1	Almirante Tamandaré do Sul	Lei nº . 10737	16/04/1996	Carazinho
2	Boa Vista do Incra	Lei nº . 10740	16/04/1996	Cruz Alta.Fortaleza dos Valos
3	Campo Bom	Lei nº . 3707	31/01/1959	São Leopoldo.Novo Hamburgo
4	Canoas	Decreto nº . 7839	27/06/1939	Gravataí.São Sebastião do Caí Carazinho.Tapera.Santa Bárbara do Sul
5	Colorado	Lei nº . 4318	03/07/1962	São Leopoldo
6	Esteio	Lei nº . 2520	15/12/1954	Cruz Alta
7	Fortaleza dos Valos	Lei nº . 7648	03/05/1982	Cruz Alta
8	Ibirubá	Lei nº . 2528	15/12/1954	Getúlio Vargas
9	Ipiranga do Sul	Lei nº . 8568	20/04/1988	Estância Velha.Dois Irmãos
10	Ivoti	Lei nº . 4798	19/10/1964	Marau
11	Nicolau Vergueiro	Lei nº . 9544	20/03/1992	Arvorezinha
12	Nova Alvorada	Lei nº . 8632	12/05/1988	Ibirubá.Cruz Alta
13	Quinze de Novembro	Lei nº . 8454	08/12/1987	Um dos 4 municípios iniciais do RS
14	Rio Grande	Provisão de	07/10/1809	Montenegro
15	Salvador do Sul	Lei nº . 4577	09/10/1963	Cruz Alta.Ibirubá.Carazinho
16	Santa Bárbara do Sul	Lei nº . 3703	21/01/1959	Carazinho.Não-Me-Toque
17	Santo Antônio do Planalto	Lei nº . 9550	20/03/1992	Estrela
18	Teutônia	Lei nº . 7542	05/10/1981	Victor Graeff.Ernestina.Ibirapuitã
19	Tio Hugo	Lei nº . 10764	16/04/1996	Não-Me-Toque.Passo Fundo
20	Victor Graeff	Lei nº . 5072	23/10/1965	

Fonte: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul - FEE

ANEXO B - Tabela 2
População por Situação de Domicílio, por Municípios - 1991 - 2000

Municípios	1991			1992			1993			1994		
	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
Arambaré	-	-	-	-	-	-	1561	3168	1607	1560	3241	1681
Arroio dos Ratos	1214	11824	10610	1144	11974	10830	1075	12125	11050	1004	12275	11271
Barão do Triunfo	-	-	-	-	-	-	5637	5997	360	5636	6056	420
Barra do Ribeiro	4811	11775	6964	4763	11893	7130	2801	10805	8004	2696	10833	8137
Butiá	1922	25534	23612	1827	25776	23949	1312	19043	17731	1239	19215	17976
Camaquã	21951	61704	39753	21620	62321	40701	21279	60026	38747	20866	60562	39696
Cerro Grande do Sul	7405	8023	618	7470	8103	633	7014	7556	542	6958	7590	632
Charqueadas	407	24756	24349	501	25253	24752	595	25749	25154	689	26248	25559
Chувиска	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dom Feliciano	10695	12407	1712	10895	12648	1753	11096	12889	1793	11297	13131	1834
Mariana Pimentel	-	-	-	-	-	-	2873	3183	310	2883	3244	361
Minas do Leão	-	-	-	-	-	-	420	6974	6554	398	7045	6647
São Jerônimo	14074	27684	13610	14026	27961	13935	6403	20267	13864	6093	20080	13987
Sentinela do Sul	-	-	-	-	-	-	3904	4424	520	3823	4360	537
Sertão Santana	-	-	-	-	-	-	4481	4981	500	4453	5036	583
Tapes	7941	19762	11821	7857	19960	12103	4033	14225	10192	3916	14310	10394
Total	70420	203469	133049	70103	205889	135786	74484	211412	136928	73511	213226	139715

Continuação da Tabela Anterior

População por Situação de Domicílio, por Municípios - 1991 - 2000

Municípios	1995			1996			1997		
	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
Arambaré	1559	3314	1755	1557	3384	1827	1478	3619	2141
Arroio dos Ratos	934	12427	11493	867	12573	11706	828	12908	12080
Barão do Triunfo	5636	6116	480	5635	6173	538	5805	6388	583
Barra do Ribeiro	2591	10862	8271	2489	10889	8400	2545	11310	8765
Butiá	1165	19388	18223	1094	19553	18459	1117	19891	18774
Camaquã	20451	61103	40652	20053	61620	41567	17046	58775	41729
Cerro Grande do Sul	6902	7625	723	6848	7658	810	6873	7929	1056
Charqueadas	784	26750	25966	875	27231	26356	872	28433	27561
Chuívisca	-	-	-	-	-	-	4423	4515	92
Dom Feliciano	11499	13375	1876	11694	13609	1915	11129	13239	2110
Mariana Pimentel	2892	3305	413	2901	3364	463	2996	3526	530
Minas do Leão	376	7117	6741	355	7186	6831	332	7245	6913
São Jerônimo	5781	19892	14111	5482	19712	14230	5143	19963	14820
Sentinela do Sul	3742	4296	554	3663	4234	571	3765	4524	759
Sertão Santana	4424	5091	667	4396	5143	747	4379	5200	821
Tapes	3799	14396	10597	3687	14478	10791	3366	15276	11910
Total	72535	215057	142522	71596	216807	145211	72097	222741	150644

Continuação da Tabela Anterior

População por Situação de Domicílio, por Municípios - 1991 - 2000

Municípios	1998			1999			2000		
	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
Arambaré	1384	3723	2339	1281	3822	2541	1160	3916	2756
Arroio dos Ratos	824	13058	12234	820	13199	12379	809	13338	12529
Barão do Triunfo	5899	6484	585	5988	6575	587	6063	6656	593
Barra do Ribeiro	2669	11497	8828	2798	11675	8877	2907	11835	8928
Butiá	1194	20042	18848	1275	20185	18910	1338	20294	18956
Camaquã	15881	59339	43458	14678	59872	45194	13309	60368	47059
Cerro Grande do Sul	6809	8049	1240	6742	8164	1422	6650	8266	1616
Charqueadas	899	28968	28069	927	29475	28548	946	29948	29002
Chувиска	4385	4510	125	4350	4506	156	4315	4503	188
Dom Feliciano	11004	13259	2255	10883	13278	2395	10741	13292	2551
Mariana Pimentel	3040	3599	559	3081	3667	586	3114	3732	618
Minas do Leão	327	7272	6945	321	7297	6976	313	7322	7009
São Jerônimo	5001	20075	15074	4858	20181	15323	4670	20281	15611
Sentinela do Sul	3757	4653	896	3741	4775	1034	3703	4886	1183
Sertão Santana	4375	5225	850	4371	5249	878	4360	5272	912
Tapes	3082	15632	12550	2773	15968	13195	2415	16290	13875
Total	70530	225385	154855	68887	227888	159001	66813	230199	163386

Fonte: IBGE
FEE/NIS

Anexo C - Tabela 3

Taxa de Urbanização por municípios, 2002 - 2003 Centro-Sul

Municípios	Taxa de Urbanização (%)	
	2002	2003
Arambaré	72,226	73,207
Arroio dos Ratos	94,434	94,692
Barão do Triunfo	9,643	10,101
Barra do Ribeiro	77,081	77,966
Butiá	93,915	94,193
Camaquã	79,455	80,268
Cerro Grande do S	20,984	21,829
Charqueadas	97,107	97,245
Chувиска	4,561	4,772
Dom Feliciano	20,627	21,467
Mariana Pimentel	17,869	18,616
Minas do Leão	96,079	96,261
São Jerônimo	78,518	79,357
Sentinela do Sul	25,861	26,854
Sertão Santana	18,628	19,400
Tapes	86,278	86,864
Média Centro-Sul	55,829	56,443
Média do Estado	82,730	83,280

Fonte: IBGE
FEE/NIS

ANEXO D - Tabela 4
POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1991 a 2000

MUNICÍPIOS	1991			1992			1993			1994		
	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
Canoas	8455	279127	270672	8702	282618	273916	360	275194	274834	239	278176	277937
Esteio	79	70547	70468	78	71487	71409	77	72427	72350	76	73371	73295
1 Teutônia	5942	17578	11636	5939	18058	12119	5936	18537	12601	5934	19019	13085
2 Ivoti	7125	16326	9201	6633	16805	10172	2996	11968	8972	2760	12382	9622
3 Campo Bom	1395	47876	46481	1492	48723	47231	1588	49569	47981	1685	50419	48734
4 Colorado	3084	4395	1311	3025	4357	1332	2966	4319	1353	2907	4281	1374
5 Nova Alvorada	2169	2653	484	2150	2660	510	2130	2666	536	2111	2673	562
6 Santo Antônio do Planalt	-	-	-	-	-	-	1246	2023	777	1229	2031	802
7 Santa Bárbara do Sul	3799	9941	6142	3735	9958	6223	3672	9976	6304	3608	9993	6385
8 Fortaleza dos Valos	2640	4660	2020	2578	4689	2111	2516	4717	2201	2454	4746	2292
9 Ipiranga do Sul	1782	2348	566	1755	2339	584	1728	2329	601	1701	2320	619
10 Salvador do Sul	5675	8388	2713	5664	8502	2838	4372	6380	2008	4232	6427	2195
11 Quinze de Novembro	2241	3430	1189	2210	3451	1241	2179	3471	1292	2148	3492	1344
12 Almirante Tamandaré do Sul												
13 Tio Hugo												
14 Rio Grande	7397	172422	165025	7285	173593	166308	7172	174763	167591	7059	175938	168879
15 Boa Vista do Inera												
16 Victor Graeff	2891	3872	981	2850	3876	1026	2808	3879	1071	2766	3883	1117
17 Nicolau Vergueiro	-	-	-	-	-	-	1440	1788	348	1418	1781	363
18 Ibirubá	6114	17816	11702	6019	17949	11930	5923	18082	12159	5827	18215	12388
19 Total	60788	661379	600591	60115	669065	608950	49109	662088	612979	48154	669147	620993

Continuação da Tabela anterior

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1991 a 2000.

	1995			1996			1997			1998		
	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
1 Canoas	117	281182	281065	0	284059	284059	0	293757	293757	0	298081	298081
2 Esteio	75	74322	74247	74	75233	75159	75	77352	77277	79	78297	78218
3 Teutônia	5930	19504	13574	5928	19969	14041	5828	21255	15427	5763	21829	16066
4 Ivoti	2523	12799	10276	2296	13199	10903	2117	14132	12015	1947	14548	12601
5 Campo Bom	1783	51276	49493	1877	50843	48966	1917	52942	51025	2007	53319	51312
6 Colorado	2847	4243	1396	2790	4206	1416	2568	4147	1579	2429	4121	1692
7 Nova Alvorada	2092	2680	588	2073	2686	613	2035	2717	682	2013	2731	718
8 Santo Antônio do Planalt	1212	2039	827	1196	2047	851	1144	2027	883	1129	2018	889
9 Santa Bárbara do Sul	3543	10010	6467	3482	10027	6545	3133	10016	6883	2921	10012	7091
10 Fortaleza dos Valos	2391	4775	2384	2331	4803	2472	2286	4924	2638	2283	4979	2696
11 Ipiranga do Sul	1673	2310	637	1647	2301	654	1548	2194	646	1520	2146	626
12 Salvador do Sul	4091	6475	2384	3955	6520	2565	3874	6693	2819	3830	6770	2940
13 Quinze de Novembro	2117	3513	1396	2087	3533	1446	2018	3555	1537	1994	3564	1570
14 Almirante Tamandaré do Sul							136	2251	2115	131	2259	2128
15 Tio Hugo							1636	2431	795	1617	2437	820
16 Rio Grande	6945	177122	170177	6836	178256	171420	6728	181904	175176	6945	183530	176585
17 Boa Vista do Ingra							497	2284	1787	485	2288	1803
18 Victor Graeff	2725	3887	1162	2684	3890	1206	2619	3905	1286	2601	3912	1311
19 Nicolau Vergueiro	1397	1775	378	1377	1769	392	1355	1788	433	1345	1796	451
20 Ibirubá	5730	18349	12619	5638	18478	12840	5346	18546	13200	5280	18577	13297
Total	47191	676261	629070	46271	681819	635548	46860	708820	661960	46319	717214	670895

Continuação da Tabela anterior

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, 1991 a 2000

		1999			2000		
		Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
1	Canoas	0	302172	302172	-	306093	306093
2	Esteio	83	79191	79108	87	80048	79961
3	Teutônia	5680	22371	16691	5533	22891	17358
4	Ivoti	1758	14941	13183	1526	15318	13792
5	Campo Bom	2103	53676	51573	2180	54018	51838
6	Colorado	2295	4096	1801	2152	4072	1920
7	Nova Alvorada	1992	2744	752	1966	2757	791
8	Santo Antônio do Planalt	1115	2009	894	1095	2001	906
9	Santa Bárbara do Sul	2710	10007	7297	2474	10003	7529
10	Fortaleza dos Valos	2278	5030	2752	2259	5079	2820
11	Ipiranga do Sul	1493	2100	607	1464	2057	593
12	Salvador do Sul	3786	6843	3057	3721	6913	3192
13	Quinze de Novembro	1971	3573	1602	1939	3582	1643
14	Almirante Tamandaré do	126	2274	2148	120	2276	2156
15	Tio Hugo	1587	2432	845	1559	2433	874
16	Rio Grande	7174	185069	177895	7333	186544	179211
17	Boa Vista do Incra	466	2289	1823	444	2270	1826
18	Victor Graeff	2584	3918	1334	2562	3924	1362
19	Nicolau Vergueiro	1335	1804	469	1321	1812	491
20	Ibirubá	5216	18605	13389	5112	18633	13521
	Total	45752	725144	679392	44847	732724	687877

Fonte: IBGE e FEE

ANEXO E Tabela 5
TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS .
MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 2002/2003 Menos Pobres

MUNICÍPIOS	TAXA DE URBANIZAÇÃO(%)	
	2002	2003
Almirante Tamandaré do Sul	94,459	94,728
Boa Vista do Incra	79,642	80,441
Campo Bom	96,297	96,473
Canoas	100,000	100,000
Colorado	49,382	50,647
Esteio	99,901	99,905
Fortaleza dos Valos	57,700	58,933
Ibirubá	74,315	75,265
Ipiranga do Sul	30,742	31,809
Ivoti	90,771	91,187
Nicolau Vergueiro	28,914	29,949
Nova Alvorada	30,582	31,633
Quinze de Novembro	48,119	49,368
Rio Grande	96,393	96,564
Salvador do Sul	48,407	49,676
Santa Bárbara do Sul	76,879	77,762
Santo Antônio do Planalto	47,501	48,752
Teutônia	77,437	78,310
Tio Hugo	34,745	35,923
Victor Graeff	36,895	38,066
Taxa média Menos Pobres	64,954	65,770
Taxa média do Estado	82,730	83,280

FONTE:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

ANEXO F - Tabela 6
Indicadores de Incidência e Intensidade da pobreza - Região Centro-Sul

N's	Municípios Centro-Sul	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 1991	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 2000	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 1991	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 2000	Hiato médio de renda (P1) 1991	Hiato médio de renda (P1) 2000	Hiato de renda quadrático médio (P2) 1991	Hiato de renda quadrático médio (P2) 2000
1	Arambaré	29,19	39,35	41,01	36,48	19,87	9,33	51,77	28,66	21,23	10,46	8,71	3,81
2	Arroio dos Ratos	40,08	54,55	44,22	39,24	16,96	8,59	43,38	26,95	19,18	10,58	8,48	4,15
3	Barão do Triunfo	36,73	36,62	45,16	41,81	20,73	13,00	50,57	35,12	22,84	14,68	10,31	6,14
4	Barra do Ribeiro	28,38	53,60	38,57	42,72	9,91	10,27	29,48	24,78	11,37	10,59	4,39	4,52
5	Butiá	34,16	41,31	41,71	39,62	15,16	10,03	37,43	24,58	15,61	9,74	6,51	3,86
6	Camaquã	36,37	50,36	41,30	40,63	12,83	9,57	36,42	25,23	15,04	10,25	6,21	4,16
7	Cerro Grande do Sul	35,71	35,03	43,27	43,65	19,13	17,51	45,66	39,07	19,76	17,05	8,55	7,44
8	Charqueadas	33,95	51,06	38,29	43,99	8,40	6,98	26,41	17,00	10,11	7,48	3,87	3,29
9	Chuvisca	42,21	34,01	43,57	38,61	17,21	7,11	45,99	22,60	20,04	8,73	8,73	3,37
10	Dom Feliciano	33,57	31,97	45,48	40,52	23,88	12,94	52,56	31,64	23,90	12,82	10,87	5,19
11	Mariana Pimentel	36,71	28,48	43,88	38,85	16,21	12,80	42,11	33,24	18,48	12,91	8,11	5,02
12	Minas do Leão	25,73	46,93	36,42	36,38	13,20	8,56	39,25	28,10	14,29	10,22	5,21	3,72
13	São Jerônimo	36,95	55,79	38,34	44,19	9,88	11,97	29,63	27,72	11,36	12,25	4,36	5,41
14	Sentinela do Sul	37,71	43,74	46,63	43,14	23,18	15,32	53,72	37,44	25,05	16,15	11,68	6,97
15	Serião Santana	30,77	41,82	40,51	34,87	13,04	6,58	36,97	25,10	14,98	8,75	6,07	3,05
16	Tapes	32,75	47,14	37,88	40,88	10,05	10,26	32,56	27,59	12,33	11,28	4,67	4,61
	Média da Região	34,44	43,24	41,64	40,35	15,60	10,68	40,67	28,43	17,02	11,47	7,09	4,63
	Média do Estado	36,34	42,25	43,78	39,58	19,53	10,46	42,74	26,01	18,71	10,29	8,19	4,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO G - Tabela 7**Indicadores de Incidência e Intensidade da pobreza - Municípios menos pobres**

Municípios Menos Pobres	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 1991	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 2000
Almirante Tamandaré do Sul						
Boa Vista do Inara						
Campo Bom	36,09	53,66	34,67	31,15	4,24	1,44
Canoas	36,97	58,91	36,29	44,7	4,5	6,4
Colorado	40,29	44,16	34,51	36,63	5,06	5,84
Esteio	37,67	71,74	34,85	44,46	3,94	4,68
Fortaleza dos Valos	34,85	40,07	41,29	37,25	15,5	6,86
Ibirubá	27,64	31,73	36,59	32,29	8,79	4,3
Ipiranga do Sul	32,97	29,43	41,68	34,11	11,25	4,23
Ivoti	41,36	49,04	35	30,75	1,73	1,59
Nicolau Vergueiro	38,6	29,51	46,32	34,56	21,71	5,87
Nova Alvorada	36,86	36,26	46,14	36,47	18,83	4,38
Quinze de Novembro	37,31	28,91	36,28	29,63	8,69	3,41
Rio Grande	36,46	52,44	40,34	43,86	8,57	9,34
Salvador do Sul	30,44	24,23	37,01	25,72	7,54	1,29
Santa Bárbara do Sul	32,21	50,78	39,19	39,52	14,5	8,36
Santo Antônio do Planalto	37,53	32,24	46,27	34,26	22,11	5,62
Teutônia	20,72	50,84	34,22	26,2	3,17	1,06
Tio Hugo						
Victor Graeff	37,44	30,19	43,35	28,57	15,92	3,29
Média dos Municípios	35,02	42,01	39,06	34,71	10,36	4,59
Média do Estado	36,34	42,25	43,78	39,58	19,53	10,46

Continuação da Tabela anterior

Indicadores de Incidência e Intensidade da pobreza - Municípios menos pobres

Municípios Menos Pobres	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 1991	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 2000	Hiato médio de renda (P ¹) 1991	Hiato médio de renda (P ¹) 2000	Hiato de renda quadrático médio (P ²) 1991	Hiato de renda quadrático médio (P ²) 2000
Almirante Tamandaré do Sul						
Boa Vista do Inca						
Campo Bom	14,46	6,94	5,01	2,16	1,74	0,67
Canoas	16,87	15,66	6,12	7,00	2,22	3,13
Colorado	23,52	19,75	8,12	7,23	2,80	2,65
Esteio	15,43	12,22	5,38	5,43	1,87	2,42
Fortaleza dos Valos	42,39	19,65	17,50	7,32	7,23	2,73
Ibirubá	26,91	17,07	9,85	5,51	3,60	1,78
Ipiranga do Sul	29,74	16,29	12,40	5,56	5,17	1,90
Ivoti	8,78	6,07	3,07	1,87	1,08	0,57
Nicolau Vergueiro	47,8	20,11	22,14	6,95	10,26	2,40
Nova Alvorada	41,99	12,81	19,37	4,67	8,94	1,70
Quinze de Novembro	31,01	13,79	11,25	4,09	4,08	1,21
Rio Grande	25,01	21,94	10,09	9,62	4,07	4,22
Salvador do Sul	26,97	8,73	9,98	2,25	3,69	0,58
Santa Bárbara do Sul	44,12	24,5	17,29	9,68	6,78	3,83
Santo Antônio do Planalto	49,94	21,51	23,11	7,37	10,69	2,52
Teutônia	13,45	6,91	4,60	1,81	1,58	0,47
Tio Hugo						
Victor Graeff	40,8	13,98	17,69	3,99	7,67	1,14
Média dos Municípios	29,36	15,17	11,47	5,27	4,48	1,83
Média do Estado	42,74	26,01	18,71	10,29	8,19	4,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO H - Tabela 8
Indicadores de Desigualdade de Renda, 1991 e 2000 - Municípios da Região Centro-Sul

Nºs	Municípios	10% mais ricos / 40% mais pobres, 1991	10% mais ricos / 40% mais pobres, 2000	20% mais ricos / 40% mais pobres, 1991	20% mais ricos / 40% mais pobres, 2000	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	Índice de Theil, 1991	Índice de Theil, 2000
1	Arambaré	7,80	14,93	6,06	9,83	0,51	0,53	0,46	0,48
2	Arroio dos Ratos	13,62	14,53	9,81	10,13	0,52	0,52	0,45	0,45
3	Barão do Triunfo	10,66	11,49	8,02	9,02	0,48	0,48	0,41	0,40
4	Barra do Ribeiro	15,83	18,51	10,80	12,77	0,55	0,56	0,54	0,52
5	Butiá	10,92	11,93	8,24	8,60	0,48	0,49	0,40	0,42
6	Camaquã	19,87	18,52	13,06	12,52	0,58	0,56	0,60	0,55
7	Cerro Grande	14,66	12,10	9,98	8,62	0,57	0,55	0,59	0,54
8	Charqueadas	10,83	11,08	7,93	8,46	0,47	0,47	0,40	0,40
9	Chувиска	10,19	12,76	7,61	8,89	0,48	0,50	0,43	0,45
10	Dom Feliciano	15,61	10,78	10,58	7,88	0,53	0,47	0,51	0,41
11	Mariana Pimentel	13,07	17,70	9,42	12,32	0,49	0,52	0,44	0,49
12	Minas do Leão	9,76	10,05	6,74	7,43	0,48	0,47	0,40	0,37
13	São Jerônimo	16,85	26,93	11,51	17,18	0,55	0,62	0,54	0,67
14	Sentinela do Sul	15,33	13,46	10,72	9,70	0,54	0,52	0,51	0,47
15	Sertão Santana	10,53	14,39	7,80	9,62	0,48	0,50	0,41	0,44
16	Tapes	21,51	23,66	13,94	15,19	0,60	0,60	0,63	0,64
	Média dos Municípios	13,57	15,18	9,51	10,51	0,52	0,52	0,48	0,48
	Média do Estado	17,73	15,78	11,96	10,78	0,54	0,52	0,54	0,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO I - Tabela 9

Indicadores de Desigualdade de Renda, 1991 e 2000 - Municípios Menos Pobres

Nºs	Municípios	10% mais ricos / 40% mais pobres, 1991	10% mais ricos / 40% mais pobres, 2000	20% mais ricos / 40% mais pobres, 1991	20% mais ricos / 40% mais pobres, 2000	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	Índice de Theil, 1991	Índice de Theil, 2000
1	Almirante Tamandaré do Sul								
2	Boa Vista do Incra								
3	Campo Bom								
4	Canoas	10,49	10,86	7,65	7,57	0,46	0,47	0,37	0,38
5	Colorado	12,77	15,91	9,02	11,27	0,50	0,53	0,44	0,50
6	Esteio	23,48	11,33	15,45	8,08	0,65	0,51	0,78	0,46
7	Fortaleza dos Valos	11,18	12,92	8,17	9,40	0,47	0,50	0,40	0,43
8	Ibirubá	34,70	34,12	20,40	20,98	0,64	0,63	0,78	0,73
9	Ipiranga do sul	16,34	20,94	11,49	13,45	0,55	0,59	0,55	0,63
10	Ivoti	10,14	14,82	7,51	10,00	0,53	0,51	0,53	0,48
11	Nicolau Vergueiro	9,72	10,10	7,07	7,20	0,46	0,46	0,37	0,36
12	Nova Alvorada	16,02	11,42	12,10	8,03	0,56	0,48	0,58	0,41
13	Quinze de Novembro	43,06	11,69	27,32	7,94	0,59	0,48	0,66	0,42
14	Rio Grande	17,14	7,59	11,16	5,72	0,58	0,46	0,59	0,39
15	Salvador do Sul	15,70	19,79	10,96	13,47	0,54	0,57	0,50	0,57
16	Santa Bárbara do Sul	13,34	8,82	8,96	6,30	0,48	0,44	0,41	0,33
17	Santa Bárbara do Sul	26,10	19,31	16,76	12,39	0,63	0,58	0,73	0,57
18	Santo Antônio do Planalto	39,21	12,73	24,27	9,19	0,61	0,51	0,71	0,46
19	Teutônia	10,13	8,82	7,17	6,33	0,46	0,43	0,37	0,32
20	Tio Hugo								
	Victor Graeff	20,62	11,62	14,06	8,55	0,57	0,49	0,57	0,43
	Média dos Municípios	19,42	14,28	12,91	9,76	0,55	0,51	0,55	0,46
	Média do Estado	17,73	15,78	11,96	10,78	0,54	0,52	0,54	0,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO J - Tabela 10
Indicadores de Educação, 1991e 2000 Região Centro-Sul

N ^o s		Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 1991	Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 2000	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 1991	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo, 2000
1	Arambaré	13,26	6,58	3,15	4,58	28,02	16,75	54,64	38,55	90,63	79,54
2	Arroio dos Ratos	8,66	4,19	4,22	5,23	18,14	13,17	41,06	31,84	81,45	72,55
3	Barão do Triunfo	11,55	5,98	2,99	3,98	20,6	16,25	51,69	34,42	94,71	86,74
4	Barra do Ribeiro	9,38	7,25	4,09	5,22	19,73	10,28	43,66	30,6	82,47	73,87
5	Butiá	7,93	4,85	4	4,87	18,68	14,36	42,96	34,35	83,44	75,34
6	Camaquã	10,59	5,41	4,26	5,16	16,91	11,93	42,87	33,84	82,65	72,87
7	Cerro Grande do Sul	16,49	6,66	3,24	3,87	23,39	16,3	51,12	42,67	91,81	87,72
8	Charqueadas	6,05	5,24	4,92	6,12	11,42	7,68	30,5	23,17	76,27	62,29
9	Chувиска	19,62	5,31	2,91	3,55	21,91	16,26	58,37	46,12	94,87	90,64
10	Dom Feliciano	22,66	7,19	2,92	3,7	23,57	17,18	59,98	43,24	94,01	88,72
11	Mariana Pimentel	6,16	2,82	3,33	4,47	17,48	11,15	47,71	35,2	91,76	82,89
12	Minas do Leão	14,52	7,14	3,44	4,33	24,05	19,54	51,34	40,76	88,78	80,95
13	São Jerônimo	12,71	5,43	4,45	5,68	17,21	12,57	40,01	30,17	80,27	67,17
14	Sentinela do Sul	14,25	5,64	3,3	4,42	21,52	11,63	52,21	36,71	91,47	82,92
15	Sertão Santana	13,15	3,61	3,89	4,44	10,72	8,82	36,28	29,57	89,57	84,06
16	Tapes	10,19	5,96	4,87	5,57	15,83	11,95	36,8	32,32	75,17	69,94
	Média Centro-Sul	12,32	5,58	3,75	4,70	19,32	13,49	46,33	35,22	86,83	78,64
	Média do Estado	8,11	3,42	4,24	5,08	15,17	10,51	36,61	28,18	85,01	77,13

Fonte: Inepe - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IBGE

FEE/NIS

Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

ANEXO K - Tabela 11
Indicadores de Educação, 1991e 2000 Municípios Menos Pobres

Nºs	Municípios	Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 1991	Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 2000	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 1991	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo, 1991	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo, 2000
1	Almirante Tamandaré do Sul										
2	Boa Vista do Incra										
3	Campo Bom	8,05	3,41	5,01	6,02	10,15	6,27	29,37	19,18	78,24	67,77
4	Canoas	10,06	4,18	5,79	6,87	8,23	5,28	24,74	18,21	66,62	55,48
5	Colorado	2,62	1,14	4,66	5,28	9,86	6,28	27,85	29,76	84,61	78,1
6	Esteio	5,13	2,78	5,99	7,19	7,81	4,74	23,18	15,94	64,7	50,97
7	Fortaleza dos Valos	7,29	3,39	4,49	5,42	14,1	7,61	36,74	24,76	84,48	76,41
8	Ibirubá	6,7	5,78	4,95	5,79	8,08	6,54	27,69	20,05	82,5	72,41
9	Ipiranga do Sul	4,69	1,46	4,19	4,98	10,1	6,44	27,44	23,67	88,81	80,65
10	Ivoti	9,58	1,67	5,44	6,55	4,72	2,43	16,95	11,54	76,46	62,59
11	Nicolau Vergueiro	5,12	1,08	3,67	4,72	12,95	7,96	33,1	25,14	91,64	83,09
12	Nova Alvorada	5,92	2,44	3,51	4,42	18,39	10,26	37,34	29,5	91,79	84,92
13	Quinze de Novembro	5,56	1,51	4,6	5,36	7,24	4,56	19,68	16,03	87,05	79,98
14	Rio Grande	10,5	4,83	5,33	6,28	11,56	8,54	32,34	24,54	71,54	62,23
15	Salvador do Sul	3,58	2,23	4,71	5,47	5,09	4,52	16,44	15,69	87,44	79,27
16	Santa Bárbara do Sul	7,12	3,57	4,92	5,77	14,32	9,36	31,83	25,86	77,93	68,69
17	Santo Antônio do Planalto	5,1	2,06	3,87	5,08	13,49	6,62	33,46	20,25	90,15	80,28
18	Teutônia	5,15	3,2	5,17	5,88	3,79	2,72	13,16	10,25	81,84	71,84
19	Tio Hugo										
20	Victor Graeff	2,35	0,61	4,9	5,69	5,95	4,17	20,46	15,14	84,3	75,65
	Média menos pobres	6,15	2,67	4,78	5,69	9,75	6,14	26,57	20,32	81,77	72,37
	Média do Estado	8,11	3,42	4,24	5,08	15,17	10,51	36,61	28,18	85,01	77,13

Fonte: INEPE, IBGE, FEE e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

ANEXO L - Tabela 12
Indicadores de Saúde dos Municípios da Região Centro-Sul, 1991 e 2000

Nºs	Municípios	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000	Mortalidade até um ano de idade, 1991	Mortalidade até um ano de idade, 2000	Taxa de fecundidade total, 1991	Taxa de fecundidade total, 2000
1	Arambaré	61,93	68,50	48,15	25,41	41,25	25,03	3,11	2,94
2	Arroio dos Ratos	67,28	71,38	29,80	18,55	25,46	18,28	2,75	2,32
3	Barão do Triunfo	71,59	72,73	18,67	15,72	15,92	15,49	2,55	2,41
4	Barra do Ribeiro	67,75	73,49	28,44	14,24	24,29	14,02	2,57	2,58
5	Butiá	67,26	70,21	29,86	21,19	25,51	20,87	2,78	2,64
6	Camaquã	66,34	69,45	32,64	23,02	27,90	22,68	2,57	2,13
7	Cerro Grande do Sul	67,03	70,63	30,53	20,22	26,09	19,91	2,76	2,42
8	Charqueadas	71,83	73,73	18,12	13,78	15,46	13,57	2,18	2,10
9	Chuívisca	67,75	75,35	28,44	10,89	24,29	10,72	2,71	2,42
10	Dom Feliciano	62,70	70,86	45,18	19,69	38,69	19,39	2,50	2,42
11	Mariana Pimentel	72,81	75,84	16,02	10,06	13,66	9,91	3,12	2,77
12	Minas do Leão	66,37	68,02	32,53	26,67	27,80	26,27	2,78	2,69
13	São Jerônimo	69,23	71,45	24,41	18,39	20,84	18,11	2,18	2,17
14	Sentinela do Sul	67,75	75,35	28,44	10,89	24,29	10,72	3,35	2,58
15	Sertão Santana	64,82	69,45	37,55	23,02	32,12	22,68	2,57	2,29
16	Tapes	65,12	70,30	36,54	20,98	31,25	20,67	2,61	2,58
	Média da Região	67,35	71,67	30,33	18,30	25,93	18,02	2,69	2,47
	Média do Estado	68,77	72,53	26,44	16,58	22,59	16,31	2,73	2,37

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO M - Tabela 13
Indicadores de Saúde dos Municípios Menos Pobres, 1991 e 2000

Nºs	Municípios	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000	Mortalidade até um ano de idade, 1991	Mortalidade até um ano de idade, 2000	Taxa de fecundidade total, 1991	Taxa de fecundidade total, 2000
1	Almirante Tamandaré do Sul								
2	Boa Vista do Incra								
3	Campo Bom	72,81	75,91	16,02	9,94	13,66	9,79	2,54	2,39
4	Canoas	67,72	71,39	28,51	18,53	24,36	18,25	2,60	2,28
5	Colorado	68,61	75,28	26,06	11,00	22,25	10,83	2,06	2,02
6	Esteio	67,07	74,70	30,42	12,01	25,99	11,83	2,63	2,18
7	Fortaleza dos Valos	64,41	73,40	38,97	14,41	33,34	14,20	2,17	2,11
8	Ibirubá	67,30	73,40	29,75	14,41	25,42	14,20	2,53	2,11
9	Ipiranga do Sul	74,04	75,16	13,55	11,20	11,55	11,03	2,24	2,17
10	Ivoti	73,66	75,81	14,29	10,11	12,18	9,96	2,08	2,07
11	Nicolau Vergueiro	69,51	74,45	23,67	12,46	20,21	12,28	2,07	2,07
12	Nova Alvorada	69,87	73,83	22,76	13,59	19,42	13,38	3,07	2,90
13	Quinze de Novembro	69,04	75,61	24,90	10,44	21,26	10,28	2,66	2,39
14	Rio Grande	66,43	68,63	32,05	25,08	27,65	24,70	2,60	2,54
15	Salvador do Sul	73,41	76,30	14,80	9,32	12,61	9,18	2,30	2,18
16	Santa Bárbara do Sul	64,41	71,69	38,97	17,88	33,34	17,61	2,41	2,11
17	Santo Antônio do Planalto	70,90	76,11	20,26	9,61	17,28	9,47	2,72	2,24
18	Teutônia	69,81	72,05	22,91	17,12	19,55	16,87	2,26	1,99
19	Tio Hugo								
20	Victor Graeff	72,62	75,27	16,42	11,02	14,00	10,85	2,06	2,02
	Média da Região	69,51	74,06	24,37	13,42	20,83	13,22	2,41	2,22
	Média do Estado	68,77	72,53	26,44	16,58	22,59	16,31	2,73	2,37

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO N - Tabela 14

Saneamento Básico - Região Centro-Sul

Domicílios particulares permanentes, por abastecimento de água (rede geral),
por destino do lixo (coletado), por situação (total), rural e urbana, por municípios - 1991 - 2000

Municípios	1991							2000						
	Rede Geral - Água		Lixo Coletado		Situação e Total			Rede Geral - Água		Lixo Coletado		Situação Total		
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total	Urbana
Arambaré	-	-	-	-	-	-	-	7	801	6	842	344	1203	859
Arroio dos Ratos	7	2707	-	2102	362	3387	3025	10	3656	29	3586	275	4088	3813
Barão do Triunfo	-	-	-	-	-	-	-	10	126	15	173	1753	1938	185
Barra do Ribeiro	206	1986	200	1850	1367	3371	2004	57	2697	230	2692	894	3674	2780
Butiá	84	6188	11	4758	556	7047	6491	141	5541	112	5396	413	6044	5631
Camaquã	91	10317	210	10156	5493	16601	11108	77	13603	157	13914	3652	17824	14172
Cerro Grande do Sul	1	-	7	154	1878	2060	182	115	458	222	476	1880	2387	507
Charqueadas	1	5957	1	5700	76	6183	6107	1	7602	8	7614	194	7909	7715
Chuívisca	-	-	-	-	-	-	-	2	-	19	1	1145	1202	57
Dom Feliciano	35	446	3	338	2667	3159	492	27	735	6	700	2961	3750	789
Mariana Pimentel	-	-	-	-	-	-	-	8	196	22	187	1037	1236	199
Minas do Leão	-	-	-	-	-	-	-	15	2008	8	1940	102	2131	2029
São Jerônimo	171	3250	123	3159	3583	7275	3692	52	4500	35	4522	1297	5894	4597
Sentinela do Sul	-	-	-	-	-	-	-	151	368	30	386	1139	1532	393
Sertão Santana	-	-	-	-	-	-	-	13	157	479	297	1288	1587	299
Tapes	160	3119	110	3132	2246	5691	3445	127	4118	142	4224	765	5049	4284

Fonte: IBGE

ANEXO O - Tabela 15

Saneamento Básico - Região Centro-Sul

Domicílios particulares permanentes, por tipo de esgotamento sanitário e sem banheiro ou sanitário, por situação do domicílio - 1991 - 2000

Municípios	1991				2000			
	Rede Geral de Esgoto		Sem Banheiro ou Sanitário		Rede Geral de Esgoto		sem Banheiro ou Sanitário	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Arambaré	-	-	-	-	1	11	2	2
Arroio dos Ratos	-	3	35	186	-	1406	3	81
Barão do Triunfo	-	-	-	-	-	2	492	6
Barra do Ribeiro	1	3	117	18	120	2532	15	10
Butiá	-	5	101	425	1	627	49	212
Camaquã	-	29	1731	402	2	9611	436	173
Cerro Grande do Sul	-	-	855	5	-	185	411	10
Charqueadas	-	30	3	53	-	2435	4	55
Chувиска	-	-	-	-	-	-	210	-
Dom Feliciano	-	5	1316	92	2	31	747	12
Mariana Pimentel	-	-	-	-	-	3	47	2
Minas do Leão	-	-	-	-	-	291	5	59
São Jerônimo	-	6	1303	280	-	524	306	133
Sentinela do Sul	-	-	-	-	1	3	124	17
Sertão Santana	-	-	-	-	-	5	140	3
Tapes	7	111	770	292	-	2687	27	37

Fonte: IBGE

Continuação da Tabela anterior

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA,
POR DESTINO DO LIXO, POR SITUAÇÃO E TOTAL E POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 1991 - 2000.

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - 2000										
	REDE GERAL - ÁGUA		LIXO COLETADO		SITUAÇÃO E TOTAL			DE GERAL ESGOTO OU PLUV		SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO	
	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA
Campo Bom	329	13942	491	15525	600	16163	15563	73	7243	9	53
Canoas	-	86398	-	88670	-	89604	89604	-	27268	-	1035
Colorado	59	592	10	561	612	1219	607	8	2	6	1
Esteio	4	22450	11	23381	24	23575	23551	-	5706	3	140
Fortaleza dos Valos	196	721	48	824	641	1472	831	-	13	5	8
Ibirubá	9	4066	14	4124	1489	5713	4224	-	25	29	17
Ipiranga do Sul	3	192	5	185	405	599	194	-	-	6	-
Ivoti	281	3839	407	3980	429	4426	3997	9	394	11	17
Nicolau Vergueiro	-	1	1	146	389	551	162	-	-	7	1
Nova Alvorada	165	226	21	224	490	717	227	-	-	22	-
Quinze de Novembro	442	535	121	489	547	1089	542	-	3	4	-
Rio Grande	340	52362	273	53661	2248	56818	54570	1	15779	163	1138
Salvador do Sul	311	883	215	823	1001	1924	923	-	96	15	1
Santa Bárbara do Sul	13	2145	33	2088	703	2932	2229	-	355	13	12
Santo Antônio do Planalto	65	252	28	239	300	576	276	-	1	6	-
Teutônia	293	5005	1177	5178	1548	6827	5279	4	87	24	12
Victor Graeff	23	347	54	413	731	1169	438	-	10	7	1
Almirante Tamandaré do Sul											
Tio Hugo											
Boa Vista do Inca											

FONTE:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ANEXO Q - Tabela 17
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) dos Municípios da Região Centro-Sul e componentes - Anos 2000 e 2001

Municípios	IDESE 2000		IDESE 2001		Educação 2000		Educação 2001		Renda 2000		Renda 2001	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Charqueadas	0,769	28º	0,756	53º	0,849	117º	0,843	192º	0,682	163º	0,656	221º
Camaquã	0,754	48º	0,753	58º	0,809	304º	0,813	344º	0,725	97º	0,716	132º
Barra do Ribeiro	0,748	62º	0,744	74º	0,794	359º	0,807	373º	0,596	320º	0,589	352º
Tapes	0,739	75º	0,736	95º	0,789	378º	0,800	404º	0,638	239º	0,623	295º
Arroio dos Ratos	0,714	124º	0,721	130º	0,815	271º	0,833	246º	0,579	348º	0,569	382º
São Jerônimo	0,700	161º	0,699	193º	0,793	366º	0,832	248º	0,677	167º	0,654	224º
Butiá	0,699	170º	0,697	203º	0,782	400º	0,790	430º	0,604	307º	0,589	353º
Minas do Leão	0,686	203º	0,679	254º	0,755	441º	0,759	480º	0,563	377º	0,540	424º
Arambaré	0,668	245º	0,673	268º	0,796	355º	0,835	236º	0,646	229º	0,629	280º
Sentinela do Sul	0,611	374º	0,609	409º	0,816	265º	0,774	467º	0,527	413º	0,605	329º
Cerro Grande do Sul	0,600	399º	0,606	417º	0,757	439º	0,813	342º	0,579	349º	0,514	449º
Sertão Santana	0,580	424º	0,587	454º	0,781	402º	0,808	367º	0,594	325º	0,598	342º
Mariana Pimentel	0,576	430º	0,579	462º	0,782	399º	0,807	370º	0,509	429º	0,498	457º
Dom Feliciano	0,555	451º	0,567	472º	0,714	466º	0,731	494º	0,505	432º	0,525	439º
Barão do Triunfo	0,538	462º	0,541	489º	0,731	462º	0,756	483º	0,466	451º	0,467	473º
Chuívisca	0,534	463º	0,536	493º	0,806	315º	0,781	454º	0,409	463º	0,446	482º
Média da Região	0,654		0,655		0,786		0,799		0,581		0,576	
Rio Grande do Sul	0,751		0,751		0,834		0,841		0,757		0,753	

Continuação da Tabela anterior

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) dos Municípios da Região Centro-Sul e componentes - Anos 2000 e 2001

Municípios	Saneamento e Domicílios 2000		Saneamento e Domicílios 2001		Saúde 2000		Saúde 2001		
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	
Charqueadas	0,655	19º	0,656		23º	0,890	74º	0,870	201º
Camaquã	0,652	22º	0,653		26º	0,830	412º	0,828	443º
Barra do Ribeiro	0,720	5º	0,721		5º	0,882	122º	0,861	251º
Tapes	0,689	8º	0,690		10º	0,839	394º	0,830	438º
Arroio dos Ratos	0,641	26º	0,642		30º	0,821	438º	0,840	392º
São Jerônimo	0,473	128º	0,474		145º	0,859	271º	0,835	422º
Butiá	0,565	59º	0,565		69º	0,845	352º	0,846	369º
Minas do Leão	0,581	52º	0,581		62º	0,843	361º	0,835	424º
Arambaré	0,395	194º	0,396		220º	0,835	403º	0,831	435º
Sentinela do Sul	0,227	354º	0,203		405º	0,873	183º	0,853	324º
Cerro Grande do Sul	0,202	376º	0,228		383º	0,860	261º	0,870	204º
Sertão Santana	0,109	413º	0,110		442º	0,834	405º	0,831	436º
Mariana Pimentel	0,143	403º	0,144		432º	0,869	201º	0,866	224º
Dom Feliciano	0,155	401º	0,155		430º	0,849	340º	0,859	274º
Barão do Triunfo	0,087	419º	0,088		449º	0,867	215º	0,853	309º
Chувисca	0,047	465º	0,048		495º	0,873	184º	0,869	205º
Média da Região	0,396		0,397			0,854		0,849	
Rio Grande do Sul	0,562		0,562			0,853		0,848	

Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento - FEE

ANEXO R - Tabela 18
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Menos Pobres e componentes - Anos 2000 e 2001

Municípios	IDESE 2000		IDESE 2001		Educação 2000		Educação 2001	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Canoas	0,822	2º	0,820	2º	0,839	163º	0,837	225º
Esteio	0,816	3º	0,812	4º	0,871	40º	0,873	66º
Campo Bom	0,807	6º	0,763	38º	0,829	214º	0,855	129º
Ivoti	0,806	7º	0,793	9º	0,862	67º	0,877	54º
Rio Grande	0,772	24º	0,813	3º	0,830	211º	0,839	210º
Teutônia	0,769	29º	0,728	111º	0,865	60º	0,862	106º
Quinze de Novembro	0,759	39º	0,720	136º	0,886	15º	0,822	297º
Santa Bárbara do Sul	0,734	85º	0,722	127º	0,852	103º	0,865	100º
Salvador do Sul	0,733	88º	0,740	85º	0,821	239º	0,847	174º
Ibirubá	0,727	96º	0,720	138º	0,855	93º	0,824	288º
Santo Antônio do Planalto	0,725	98º	0,712	156º	0,899	9º	0,921	9º
Fortaleza dos Valos	0,710	139º	0,744	75º	0,841	157º	0,855	132º
Colorado	0,706	148º	0,767	35º	0,836	184º	0,870	75º
Nova Alvorada	0,704	154º	0,770	31º	0,811	294º	0,880	43º
Victor Graeff	0,703	156º	0,653	320º	0,884	18º	0,846	176º
Ipiranga do Sul	0,695	177º	0,776	25º	0,888	13º	0,839	211º
Nicolau Vergueiro	0,637	326º	0,779	22º	0,855	92º	0,872	69º
Almirante Tamandaré do Sul			0,699	191º			0,894	23º
Boa Vista do Incra			0,647	337º			0,865	95º
Tio Hugo			0,728	110º			0,846	181º
Média do Grupo	0,743		0,745		0,854		0,859	
Rio Grande do Sul	0,751 -		0,751 -		0,834 -		0,841 -	

Continuação da Tabela Anterior

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Menos Pobres e componentes - Anos 2000 e 2001

Municípios	Renda 2000		Renda 2001		Saneamento e Domicílios 2000		Saneamento e Domicílios 2001		Saúde 2000		Saúde 2001	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Canoas	0,943	1º	0,937	1º	0,656	18º	0,657	22º	0,849	339º	0,849	352º
Esteio	0,898	3º	0,900	2º	0,625	30º	0,626	34º	0,872	192º	0,850	347º
Campo Bom	0,852	5º	0,868	3º	0,676	12º	0,447	163º	0,871	195º	0,883	112º
Ivoti	0,899	2º	0,856	4º	0,553	67º	0,554	80º	0,910	20º	0,888	83º
Rio Grande	0,810	13º	0,853	5º	0,630	29º	0,677	16º	0,818	446º	0,883	111º
Teutônia	0,869	4º	0,853	6º	0,446	142º	0,325	296º	0,896	48º	0,871	192º
Quinze de Novembro	0,833	24º	0,851	7º	0,504	98º	0,318	304º	0,851	330º	0,891	56º
Santa Bárbara do Sul	0,803	19º	0,845	8º	0,469	131º	0,328	294º	0,812	455º	0,851	339º
Salvador do Sul	0,818	9º	0,843	9º	0,380	212º	0,469	148º	0,911	19º	0,801	492º
Ibirubá	0,791	29º	0,842	10º	0,414	172º	0,367	247º	0,847	348º	0,846	359º
Santo Antônio do Planalto	0,816	10º	0,834	11º	0,327	268º	0,215	394º	0,860	262º	0,879	151º
Fortaleza dos Valos	0,793	25º	0,834	12º	0,366	221º	0,381	237º	0,839	392º	0,907	19º
Colorado	0,798	23º	0,833	13º	0,324	270º	0,505	112º	0,867	212º	0,858	275º
Nova Alvorada	0,806	16º	0,821	14º	0,317	278º	0,561	74º	0,880	135º	0,817	473º
Victor Graeff	0,844	6º	0,819	15º	0,216	364º	0,096	447º	0,867	213º	0,852	330º
Ipiranga do Sul	0,805	18º	0,817	16º	0,214	365º	0,630	32º	0,874	177º	0,817	477º
Nicolau Vergueiro	0,782	40º	0,816	17º	0,055	440º	0,582	60º	0,854	314º	0,846	359º
Almirante Tamandaré do Sul			0,815	18º			0,216	393º			0,871	193º
Boa Vista do Incra			0,814	19º			0,056	469º			0,853	314º
Tio Hugo			0,811	20º			0,414	195º			0,840	393º
Média do Grupo	0,831		0,843		0,422		0,421		0,863		0,858	
Rio Grande do Sul	0,757 -		0,753 -		0,562 -		0,562 -		0,853 -		0,848 -	

Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento - FEE

ANEXOS - Tabela 19
Pib e Pib per capita, por municípios - 1990 - 2000

Municípios	1990		1990		1997	
	PIB (Cr\$ mil)	PIB per capita (Cr\$ mil)	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)
Arambaré	-	-	34088562,200	10073,452	31504480,775	8705,300
Arroio do Tigre	2951564,805	189,434	88289683,061	5651,625	67067838,052	5574,585
Barão do Triunfo	-	-	25605504,979	4147,984	22717089,682	3556,213
Barra do Ribeiro	2326595,515	199,519	59751502,503	5487,327	49918879,083	4413,694
Butiá	3401597,567	135,258	73693490,243	3768,910	80709343,744	4057,581
Camaquã	11633427,644	190,618	389899908,421	6327,490	346679760,566	5898,422
Cerro Grande do Sul	913426,839	114,810	29549131,326	3858,596	34790822,904	4387,795
Charqueadas	8947180,003	367,094	176529984,012	6482,685	190906048,386	6714,242
Chuívisca	-	-	-	-	21771276,121	4821,988
Dom Feliciano	1457689,983	117,717	56943034,741	4184,219	50063333,199	3781,504
Mariana Pimentel	-	-	13950849,904	4147,102	15843174,462	4493,243
Minas do Leão	-	-	40713170,530	5665,624	43581908,638	6015,446
São Jerônimo	3881469,998	140,771	72706554,385	3688,441	70857538,724	3549,443
Sentinela do Sul	-	-	22164694,798	5234,930	27690283,091	6120,752
Sertão Santana	-	-	31664310,345	6156,778	29438541,639	5661,258
Tapes	3799979,240	195,181	76016052,402	5250,453	73120198,827	4786,606

Continuação da Tabela Anterior

Municípios	1998		1999		2000	
	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)	PIB(R\$)	PIB per capita (R\$)	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)
Arambaré	35814538,814	9619,806	37120963,959	9712,445	37907167,071	9677,602
Arroio do Tigre	77523787,771	6409,043	78002688,961	6416,278	83015121,710	6795,606
Barão do Triunfo	27598568,368	4256,411	30326870,285	4612,452	30495915,131	4577,592
Barra do Ribeiro	56558651,983	4919,427	57309296,551	4908,719	60583844,776	5114,719
Butiá	81498745,567	4066,398	87196515,403	4319,867	97389424,791	4792,315
Camaquã	410802219,423	6922,972	422288141,191	7053,182	456364023,548	7557,823
Cerro Grande do Sul	33420933,908	4152,185	34778634,037	4259,999	37953916,577	4587,685
Charqueadas	200369893,760	6916,939	223261685,773	7574,612	278898872,060	9308,730
Chувиска	22472960,818	4982,918	24390310,214	5412,852	26633189,353	5915,857
Dom Feliciano	54334367,658	4097,923	60621525,675	4565,562	63956291,313	4809,829
Mariana Pimentel	16939315,455	4706,673	18543953,120	5056,982	18713183,753	5012,908
Minas do Leão	41738434,498	5739,609	44226745,432	6060,949	46253558,799	6317,929
São Jerônimo	76276723,676	3799,588	80526735,303	3990,225	89208837,777	4398,207
Sentinela do Sul	36196981,001	7779,278	38361035,010	8033,725	40169465,899	8211,256
Sertão Santana	32015248,478	6127,320	36198594,625	6896,284	36603481,244	6942,997
Tapes	78584393,877	5027,149	84351778,862	5282,551	87563004,825	5374,931

Fonte: FEE/NCS

ANEXO T - Tabela 20

Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios - 1990 - 2000

Municípios	1990 (Cr\$ mil)					Total	Total dos Serviços
	Agropecuária	Comércio	Demais Serviços	Indústria			
Arambaré	-	-	-	-	-	-	-
Arroio dos Ratos	201384,8954	101073,9748	1155538,616	771237,7547	2229235,241	1256612,591	-
Barão do Triunfo	-	-	-	-	-	-	-
Barra do Ribeiro	760048,2676	111371,0553	951562,1164	406315,9358	2229297,375	1062933,172	-
Butiá	557781,9944	266369,2151	1951534,096	483657,575	3259342,88	2217903,311	-
Camaquã	2119286,649	1550523,549	4454248,08	3022859,844	11146918,12	6004771,629	-
Cerro Grande do Sul	325474,9622	25471,72555	487243,8321	37036,84133	875227,3612	512715,5577	-
Charqueadas	103308,5741	375030,5124	3087071,361	5007598,812	8573009,259	3462101,874	-
Chuívisca	-	-	-	-	-	-	-
Dom Feliciano	650876,2016	49859,54789	688368,4596	7625,232038	1396729,441	738228,0075	-
Mariana Pimentel	-	-	-	-	-	-	-
Minas do Leão	-	-	-	-	-	-	-
São Jerônimo	1037270,65	282898,7391	1999197,651	399780,0226	3719147,063	2282096,391	-
Sentinela do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Sertão Santana	-	-	-	-	-	-	-
Tapes	827819,6541	172340,6112	1462260,971	1178643,009	3641064,246	1634601,583	-

Continuação da Tabela Anterior

Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios - 1990 - 2000

	1996 (R\$)					Total dos Serviços
	Agropecuária	Comércio	Demais Serviços	Indústria	Total	
Arambaré	20337898,89	394707,4967	11470047,55	12372,719	32215026,65	11864755,04
Arroio dos Ratos	2547827,381	2503380,093	27465480,5	3883922,4	36400610,41	29968860,6
Barão do Triunfo	11802909,92	344063,5386	12050266,9	964,90803	24198205,27	12394330,44
Barra do Ribeiro	18715501,39	1907187,617	26944002,7	8900818,8	56467510,55	28851190,32
Butiá	3715480,798	5013488,886	44607181,87	16307084	69643235,13	49620670,76
Camaquã	81237855,25	44191880,24	138348576,9	104692375	368470687,3	182540457,1
Cerro Grande do Sul	11623325,93	768325,7731	14601050,54	932384,41	27925086,65	15369376,31
Charqueadas	6013921,311	7647926,424	60547993,3	92617909	166827750,2	68195919,72
Chuívisca	-	-	-	-	-	-
Dom Feliciano	27527763,57	1079872,544	24867790,98	337971,41	53813398,5	25947663,52
Mariana Pimentel	5631898,334	220936,3207	7147431,128	183833,88	13184099,67	7368367,448
Minas do Leão	4995924,911	744493,557	17273357,81	15461765	38475541,04	18017851,37
São Jerônimo	13969555,52	8406177,523	41212087,83	5122721,2	68710542,08	49618265,35
Sentinela do Sul	6372733,051	177528,6663	10218220,36	4178022,8	20946504,86	10395749,02
Sertão Santana	9883371,95	884185,6231	12629437,42	6527018,7	29924013,68	13513623,04
Tapes	21626811,83	3600045,244	34431496,24	12179794	71838147,35	38031541,48

Continuação da Tabela Anterior

Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios - 1990 - 2000

	1997 (R\$)					Total	Total dos Serviços
	Agropecuária	Comércio	Demais Serviços	Indústria	Total		
Arambaré	16637738,08	293691,7587	12275900,33	522953,9062	29730284,07	12569592,09	
Arroio dos Ratos	7534387,098	2140647,267	31146935,86	4538952,433	45360922,66	33287583,13	
Barão do Triunfo	9025910,154	305176,4574	12106674,4	0	21437761,01	12411850,86	
Barra do Ribeiro	12034490,5	1602155,19	26327865,36	7143151,718	47107662,76	27930020,55	
Butiá	8449279,022	4173691,098	47083458,53	16457712,39	76164141,04	51257149,62	
Camaquã	50560752,94	35646874,62	135120817	105827804,7	327156249,2	170767691,6	
Cerro Grande do Sul	15245638,81	1253647,973	15518295,46	813971,3215	32831553,57	16771943,43	
Charqueadas	5487373,216	7753461,084	68337897,72	98576309,76	180155041,8	76091358,8	
Chuívisca	12252317,27	38835,84469	8243893,586	10164,89266	20545211,6	8282729,43	
Dom Feliciano	21934206,78	934825,4242	24129992,38	244957,2637	47243981,84	25064817,8	
Mariana Pimentel	6837250,212	178913,0424	7744179,171	190612,6708	14950955,1	7923092,213	
Minas do Leão	7996114,387	656860,9901	18770816,3	13703771,53	41127563,21	19427677,29	
São Jerônimo	12547607,91	7321403,82	42447961,25	4550174,277	66867147,25	49769365,07	
Sentinela do Sul	7000839,21	189298,5431	11173382,57	7767365,259	26130885,58	11362681,11	
Sertão Santana	7327411,805	694911,7966	13121947,18	6636418,958	27780689,74	13816858,97	
Tapes	16657248,83	3507017,238	36945545,76	11892572,25	69002384,08	40452563	

Continuação da Tabela anterior

Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios - 1990 - 2000

	1998 (R\$)					Total dos Serviços
	Agropecuária	Comércio	Demais Serviços	Indústria	Total	
Arambaré	19963685,3	367721,1059	13416868,44	335434,4862	34083709,34	13784589,55
Arroio dos Ratos	8606190,334	2259538,687	32999134,23	4090976,35	47955839,6	35258672,92
Barão do Triunfo	12128247,9	238118,5147	13898430,33	0	26264796,74	14136548,84
Barra do Ribeiro	15315253,09	1744936,222	29343046,95	7422073,746	53825310,01	31087983,17
Butiá	6692278,439	4371005,55	49660271,05	16836554,54	77560109,59	54031276,6
Camaquã	56361076,16	35716950,63	152585945	146285176,4	390949148,2	188302895,7
Cerro Grande do Sul	13499674,31	759250,3021	17220391,11	326465,8005	31805781,53	17979641,42
Charqueadas	7361439,4	7344786,376	72184117,06	103796161,7	190686504,6	79528903,43
Chувиска	10356073,19	62284,17466	10955594,11	12945,8512	21386897,33	11017878,28
Dom Feliciano	23268268,38	868532,2826	27424819,75	146899,5259	51708519,94	28293352,03
Mariana Pimentel	7186272,353	187585,2423	8575189,991	171631,9877	16120679,57	8762775,234
Minas do Leão	10144269,92	655606,7318	19652166,43	9269274,474	39721317,56	20307773,16
São Jerônimo	13873074,64	7366513,239	45913281,1	5437586,322	72590455,3	53279794,34
Sentinela do Sul	7110013,371	242589,6891	12344472,12	14750593,84	34447669,02	12587061,81
Sertão Santana	7661612,898	549726,9522	14051206,29	8205483,309	30468029,45	14600933,25
Tapes	19862418,03	3048625,445	37724990,51	14150567,43	74786601,42	40773615,96

Continuação da Tabela Anterior

Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios - 1990 - 2000

	1999 (R\$)					
	Agropecuária	Comércio	Demais Serviços	Indústria	Total	Total dos Serviços
Arambaré	21187101,5	452827,7026	13397701,73	61346,65711	35098977,59	13850529,43
Arroio dos Ratos	10149092,07	2119004,398	35025017,09	4207473,292	51500586,85	37144021,49
Barão do Triunfo	14286866,25	247246,6405	14137430,07	3416,612826	28674959,57	14384676,71
Barra do Ribeiro	17458460,67	1911561,877	29491387,98	5326237,126	54187647,65	31402949,85
Butiá	9071534,1	4653763,964	51784171,55	16937434,07	82446903,68	56437935,51
Camaquã	67466122,65	35323157,3	156072507	140424234,3	399286021,3	191395664,3
Cerro Grande do Sul	13774478,17	1165354,864	17139570,22	804831,595	32884234,85	18304925,08
Charqueadas	7915457,61	7871193,195	79358368,79	115955557,3	211100576,9	87229561,99
Chувиска	11230141,51	77596,22506	11741793,47	12233,90363	23061765,11	11819389,7
Dom Feliciano	28120154,91	836663,1372	28141724,69	220916,2581	57319458,99	28978387,82
Mariana Pimentel	7421271,525	238024,3478	9703794,63	170769,7631	17533860,27	9941818,978
Minas do Leão	12802658,24	697397,8082	20904625,81	7413023,86	41817705,72	21602023,62
São Jerônimo	15022617,09	9408521,444	46245063,33	5464225,985	76140427,85	56653584,77
Sentinela do Sul	8378065,719	254193,347	13138785,08	14500457,57	36271501,72	13392978,43
Sertão Santana	9999058,689	667886,5444	15643718,92	7916185,744	34226849,9	16311605,47
Tapes	22465454,93	3757089,845	38752952,76	14781622,98	79757120,51	42510042,6

Continuação da Tabela anterior

Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setores, por municípios - 1990 - 2000

	2000 (R\$)					
	Agropecuária	Comércio	Demais Serviços	Indústria	Total	Total dos Serviços
Arambaré	19742524,88	531553,0537	15209030,25	32885,22824	35515993,41	15740583,31
Arroio dos Ratos	8640316,954	2322842,81	38175294,22	5663377,966	54801831,95	40498137,03
Barão do Triunfo	13607555,48	287341,5052	14672363,47	4980,7476	28572241,2	14959704,97
Barra do Ribeiro	17586760,41	1972100,554	31871833,13	5331538,445	56762232,53	33843933,68
Butiá	7229065,949	4146950,682	55707143,2	24162966,86	91246126,7	59854093,88
Camaquã	66309619,75	34469212	167084399	159713475,9	427576706,6	201553611
Cerro Grande do Sul	14322032,83	1376672,119	19248393,37	612695,6584	35559793,97	20625065,49
Charqueadas	8867111,333	8256385,351	93599884,61	150582626,7	261306008	101856270
Chuívisca	12341115,89	75768,31087	12522284,58	14006,3188	24953175,1	12598052,89
Dom Feliciano	29187461,57	866231,844	29700496,44	167756,219	59921946,07	30566728,29
Mariana Pimentel	6540953,183	247552,7501	10591128,96	153126,3837	17532761,27	10838681,71
Minas do Leão	12068777,99	732325,8483	21629417,24	8905375,969	43335897,05	22361743,08
São Jerônimo	14260682,35	11179050,61	50059208,76	8082627,138	83581568,86	61238259,37
Sentinela do Sul	8276900,782	242967,6283	14768693,79	14347024,85	37635587,05	15011661,42
Sertão Santana	9526173,48	691524,2268	15853554,79	8223291,233	34294543,73	16545079,01
Tapes	21052866,44	4043881,255	40856214,02	16086592,88	82039554,59	44900095,27

Fonte: FEE/NIS

ANEXO U - Tabela 21

PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990/2000.

PRODUTO INTERNO BRUTO						
MUNICÍPIOS	TOTAL	PER CAPITA	TOTAL	PER CAPITA	TOTAL	PER CAPITA
	1990 (Cr\$ mil)	1990 (Cr\$ mil)	1996 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1997 (R\$)
Campo Bom	29115285,394	624,457	673488287,050	13246,431	746210171,211	14094,862
Canoas	167223292,039	610,502	3510752387,082	12359,237	4129498368,484	14057,532
Colorado	1677444,656	380,978	37325861,490	8874,432	32987481,677	7954,541
Esteio	32487046,083	472,147	763522876,546	10148,776	791349413,922	10230,497
Fortaleza dos Valos	1849369,815	403,088	50734050,741	10562,992	43706367,130	8876,192
Ibirubá	4112645,845	231,790	114536395,008	6198,528	113117416,427	6099,289
Ipiranga do Sul	858716,834	365,723	23852182,754	10366,007	19546193,066	8908,930
Ivoti	7968829,137	508,735	242904591,485	18403,257	254941729,836	18040,032
Nicolau Vergueiro	-	-	14787177,930	8359,060	13824125,139	7731,614
Nova Alvorada	801081,922	298,466	25114637,714	9350,200	23476234,913	8640,499
Quinze de Novembro	807255,516	234,940	28492005,453	8064,536	25219771,963	7094,169
Rio Grande	61175249,588	359,675	1364400183,035	7654,161	1861693133,320	10234,482
Salvador do Sul	2309308,921	281,692	50333618,705	7719,880	50835947,999	7595,390
Santa Bárbara do Sul	3150367,400	320,289	102352078,882	10207,647	82873851,039	8274,146
Santo Antônio do Planalto	-	-	21024229,526	10270,752	18063856,113	8911,621
Teutônia	10515059,336	614,952	350844791,532	17569,472	348161212,538	16380,203
Victor Graeff	1532340,238	393,513	39120982,851	10056,808	35677642,114	9136,400
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Incra						

Continuação da Tabela Anterior

PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL E PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990/2000.

PRODUTO INTERNO BRUTO						
MUNICÍPIOS	TOTAL	PER CAPITA	TOTAL	PER CAPITA	TOTAL	PER CAPITA
	1998 (R\$)	1998 (R\$)	1990/ PIB-1999 (R\$)	capita-1999 (R\$)	2000 (R\$)	2000 (R\$)
Campo Bom	668775265,291	12542,907	833830229,523	15534,508	1016739310,804	18822,232
Canoas	3936091329,794	13204,771	4448264551,431	14720,969	6083094224,499	19873,353
Colorado	36296825,587	8807,771	40449447,167	9875,353	38287743,808	9402,688
Esteio	745961799,670	9527,336	811788356,188	10251,018	886095761,468	11069,555
Fortaleza dos Valos	47455308,938	9531,092	49366488,145	9814,411	49344164,607	9715,331
Ibirubá	119532005,141	6434,408	141176704,701	7588,106	150563712,157	8080,487
Ipiranga do Sul	21326872,490	9937,965	22420719,749	10676,533	24276365,431	11801,831
Ivoti	261240953,808	17957,173	277497674,073	18572,898	370554763,067	24190,806
Nicolau Vergueiro	15706972,230	8745,530	16185903,863	8972,231	18972709,783	10470,590
Nova Alvorada	26198482,680	9593,000	27830138,130	10142,179	28758555,748	10431,105
Quinze de Novembro	29814428,490	8365,440	35376479,791	9901,058	37236005,064	10395,311
Rio Grande	1988712958,808	10835,901	1778708883,608	9611,058	2044560358,194	10960,204
Salvador do Sul	57237403,291	8454,565	62560272,767	9142,229	74639015,584	10796,907
Santa Bárbara do Sul	82650990,808	8255,193	87030037,861	8696,916	86736857,906	8671,084
Santo Antônio do Planalto	18918401,284	9374,827	22008532,560	10954,969	26476038,726	13231,404
Teutônia	353460107,480	16192,226	413362236,705	18477,593	528081777,228	23069,406
Victor Graeff	38251164,256	9777,905	43339386,240	11061,610	44864305,869	11433,309
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Incra						

FONTE:

FEE/Núcleo de Contabilidade Social

ANEXO V - Tabela 22
VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, POR SETORES, NOS MUNICÍPIOS
SELECIONADOS - 1990-1996/2000.

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇO	INDÚSTRIA	TOTAL GERAL	TOTAL SERVIÇOS
1990 (Cr\$ mil)						
Campo Bom	43778,624	827831,080	6364964,641	20661110,868	27897685,213	7192795,721
Canoas	207921,068	17041939,273	28906688,385	114073471,295	160230020,021	45948627,658
Colorado	841519,168	143075,224	617252,995	5446,594	1607293,981	760328,220
Esteio	15931,067	8644941,067	6814054,802	15653512,056	31128438,992	15458995,869
Fortaleza dos Valos	868395,809	224638,941	671369,254	7625,232	1772029,236	896008,195
Ibirubá	1052454,337	829998,887	1764085,828	294116,093	3940655,145	2594084,715
Ipiranga do Sul	374050,345	137384,732	310280,931	1089,319	822805,327	447665,664
Ivoti	301807,373	524338,180	2053461,283	4755966,154	7635572,991	2577799,464
Nicolau Vergueiro	-	-	-	-	-	-
Nova Alvorada	532547,853	24929,774	207924,440	2178,638	767580,705	232854,214
Quinze de Novembro	357215,530	56904,919	329964,062	29411,609	773496,120	386868,980
Rio Grande	2091152,328	7594909,827	16513800,676	32417040,033	58616902,865	24108710,504
Salvador do Sul	916096,400	153372,305	897078,938	246186,063	2212733,706	1050451,243
Santa Bárbara do Sul	1099184,859	601566,284	1257955,468	59912,537	3018619,150	1859521,753
Santo Antônio do Planalto	-	-	-	-	-	-
Teutônia	909717,600	674458,776	1606648,348	6884495,212	10075319,935	2281107,124
Victor Graeff	741436,112	180469,885	539815,914	6535,913	1468257,825	720285,800
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Incra						

Continuação da Tabela Anterior

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, POR SETORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990-1996/2000.

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇO	INDÚSTRIA	TOTAL GERAL	TOTAL SERVIÇO
Campo Bom	375562,062	25191508,991	155793503,219	455112240,011	636472814,283	180985012,209
Canoas	1218366,336	456046514,857	785145197,888	2075388455,831	3317798534,913	1241191712,745
Colorado	17446220,941	4092769,004	13569174,728	166236,627	35274401,300	17661943,732
Esteio	266662,998	146805973,281	183371726,852	391114665,212	721559028,343	330177700,133
Fortaleza dos Valos	25369261,594	3985301,446	17256451,184	1334651,166	47945665,390	21241752,629
Ibirubá	40502862,280	17367921,501	45171663,108	5198933,206	108241380,095	62539584,609
Ipiranga do Sul	12175694,087	1736621,729	8114858,480	514072,784	22541247,081	9851480,210
Ivoti	2413418,999	16068560,100	46234708,169	164837667,154	229554354,422	62303268,269
Nicolau Vergueiro	8641819,738	647160,917	4668779,190	16702,567	13974462,412	5315940,107
Nova Alvorada	14717924,374	1515149,644	7398386,299	102856,157	23734316,473	8913535,943
Quinze de Novembro	13494371,612	1715102,428	10940481,587	776105,662	26926061,290	12655584,015
Rio Grande	33596623,095	133077423,031	413075204,214	709662371,216	1289411621,556	546152627,245
Salvador do Sul	23021160,896	6514326,186	16475337,444	1556416,904	47567241,430	22989663,630
Santa Bárbara do Sul	50448574,156	9909009,178	33882984,992	2486155,726	96726724,052	43791994,170
Santo Antônio do Planalto	9441303,210	1195999,126	7770216,620	1461201,542	19868720,498	8966215,746
Teutônia	27595090,002	15954532,813	53954707,915	234057741,152	331562071,883	69909240,728
Victor Graeff	19209026,000	4531675,321	13130385,277	99774,709	36970861,308	17662060,598
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Inca						

Continuação da Tabela Anterior

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, POR SETORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990-1996/2000.

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇO	INDÚSTRIA	TOTAL GERAL	TOTAL SERVIÇOS
Campo Bom	459508,288	33632271,078	173554904,760	496540143,399	704186827,525	207187175,837
Canoas	1004285,945	628749996,852	847557026,968	2419631492,094	3896942801,859	1476307023,820
Colorado	14050099,503	3874416,111	13104525,185	100727,954	31129768,752	16978941,296
Esteio	241201,779	166399016,208	202262642,602	377881161,866	746784022,456	368661658,810
Fortaleza dos Valos	18716224,316	2942361,055	17043708,189	2542719,172	41245012,732	19986069,244
Ibirubá	31489592,900	20926074,047	47180343,590	7151120,077	106747130,614	68106417,637
Ipiranga do Sul	8466380,542	2176011,761	7568834,371	234208,965	18445435,638	9744846,131
Ivoti	2218110,555	15913439,889	48590723,321	173862235,617	240584509,383	64504163,210
Nicolau Vergueiro	5667308,465	2047812,004	5319200,972	11288,497	13045609,937	7367012,975
Nova Alvorada	12781956,208	1937841,166	7213583,501	220773,575	22154154,450	9151424,668
Quinze de Novembro	10280378,348	2205446,859	10826955,224	486722,570	23799503,001	13032402,083
Rio Grande	50255980,671	132412670,426	475844731,004	1098337210,342	1756850592,443	608257401,430
Salvador do Sul	22123612,642	6302188,483	16164690,473	3382594,707	47973086,306	22466878,957
Santa Bárbara do Sul	32126907,432	10505260,584	33088516,717	2486067,868	78206752,601	43593777,301
Santo Antônio do Planalto	7303440,646	1384856,149	7340400,083	1017880,641	17046577,519	8725256,231
Teutônia	26462056,259	17028694,353	57046316,660	228017204,948	328554272,219	74075011,013
Victor Graeff	16273742,616	4064782,892	13248675,036	81230,393	33668430,937	17313457,928
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Inca						

Continuação da Tabela Anterior

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, POR SETORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990-1996/2000.

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	INDÚSTRIA	TOTAL GERAL	TOTAL SERVIÇOS
Campo Bom	630135,575	33471284,914	179463579,762	422889984,462	636454984,713	212934864,676
Canoas	1151944,445	638622626,047	883798636,962	2222296409,963	3745869617,416	1522421263,009
Colorado	17012423,716	3311959,063	14106444,030	111861,554	34542688,363	17418403,093
Esteio	227844,407	173760372,054	217108661,220	318814404,099	709911281,780	390869033,274
Fortaleza dos Valos	19870849,729	2964909,593	20173430,927	2152719,128	45161909,377	23138340,519
Ibirubá	37193396,667	20393271,618	49164592,210	7004053,813	113755314,308	69557863,828
Ipiranga do Sul	9789586,160	1807603,790	8355583,888	343422,820	20296196,658	10163187,678
Ivoti	2355083,278	18053913,088	53422339,380	174784478,702	248615814,447	71476252,467
Nicolau Vergueiro	7449300,182	1515417,281	5969226,191	13948,844	14947892,497	7484643,472
Nova Alvorada	14628788,246	2060177,894	8091847,469	151560,177	24932373,787	10152025,363
Quinze de Novembro	12907715,085	2983556,050	12090354,558	391944,046	28373569,738	15073910,608
Rio Grande	45643098,638	322799478,860	486000307,051	1038160418,066	1892603302,615	808799785,911
Salvador do Sul	24576558,161	6111425,460	20741268,653	3042006,649	54471258,922	26852694,113
Santa Bárbara do Sul	33306354,025	10313244,279	33266933,804	1770137,511	78656669,619	43580178,083
Santo Antônio do Planalto	7666591,540	1487529,260	7924433,317	925566,886	18004121,003	9411962,577
Teutônia	28021584,723	16656609,582	67967258,500	223732788,105	336378240,910	84623868,082
Victor Graeff	18124037,734	3362948,349	14828797,987	86794,532	36402578,602	18191746,336
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Incra						

Continuação da Tabela Anterior

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, POR SETORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990-1996/2000.

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	INDÚSTRIA	TOTAL GERAL	TOTAL SERVIÇOS
Campo Bom	761671,367	52845489,932	188684091,655	546120076,380	788411329,334	241529581,588
Canoas	994142,839	778734621,434	905372937,906	2520864985,105	4205966687,284	1684107559,340
Colorado	18888345,400	4808629,042	14407151,704	142031,504	38246157,650	19215780,746
Esteio	221813,959	210697511,656	236010160,582	320640595,073	767570081,270	446707672,237
Fortaleza dos Valos	20388257,578	4345704,891	20489800,946	1453722,199	46677485,614	24835505,837
Ibirubá	40639619,930	21205957,430	50235571,944	21405631,917	133486781,222	71441529,375
Ipiranga do Sul	10138911,424	2115760,737	8759688,149	185098,328	21199458,638	10875448,886
Ivoti	2191533,887	22139429,959	54789855,372	183261500,776	262382319,994	76929285,331
Nicolau Vergueiro	7146325,509	1789981,857	6353277,071	14669,989	15304254,427	8143258,928
Nova Alvorada	14767202,543	2936831,682	8526110,238	84080,449	26314224,912	11462941,920
Quinze de Novembro	17528417,368	3329773,303	12284371,540	306953,616	33449515,826	15614144,843
Rio Grande	45132250,084	238107663,609	471899617,650	926682721,883	1681822253,226	710007281,259
Salvador do Sul	25067462,444	8045469,459	22226539,502	3813130,731	59152602,136	30272008,961
Santa Bárbara do Sul	37771099,283	11021647,853	31716085,163	1780661,909	82289494,207	42737733,015
Santo Antônio do Planalto	9559471,770	1889758,315	8163382,916	1197110,367	20809723,368	10053141,231
Teutônia	29265527,199	18584597,351	75902769,787	267093418,255	390846312,592	94487367,138
Victor Graeff	20392993,532	5124334,481	15342604,609	118748,539	40978681,161	20466939,090
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Incra						

Continuação da Tabela Anterior

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS, POR SETORES, NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1990-1996/2000.

S	AGROPECUÁRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	INDÚSTRIA	TOTAL GERAL	TOTAL SERVIÇOS
2000 (R\$)						
Campo Bom	843574,670	57385149,479	212314923,773	682060027,156	952603675,078	269700073,252
Canoas	1132156,004	914255834,496	996691687,040	3787294638,499	5699374316,040	1910947521,537
Colorado	16637629,370	4536040,349	14532486,417	166407,337	35872563,473	19068526,766
Esteio	473390,671	251153005,455	244194929,376	334379759,354	830201084,856	495347934,831
Fortaleza dos Valos	20687234,347	5219878,011	20296226,480	28209,455	46231548,293	25516104,491
Ibirubá	35561196,896	22320336,729	54011153,298	29173507,735	141066194,658	76331490,027
Ipiranga do Sul	10775363,727	2006806,523	9882738,047	80110,688	22745018,985	11889544,570
Ivoti	2230285,515	21971684,779	61799142,459	261179157,907	347180270,660	83770827,238
Nicolau Vergueiro	9632919,820	1510698,824	6599097,062	33200,769	17775916,475	8109795,886
Nova Alvorada	14802650,615	3084517,782	8920089,794	137215,781	26944473,971	12004607,576
Quinze de Novembro	17921225,775	3483567,665	13096349,473	386025,206	34887168,119	16579917,138
Rio Grande	42745099,682	201379715,409	494572237,831	1176893000,930	1915590053,851	695951953,239
Salvador do Sul	28446775,827	8092820,153	22678816,914	10712394,142	69930807,036	30771637,067
Santa Bárbara do Sul	34948366,863	12944030,728	31881147,571	1491975,633	81265520,796	44825178,300
Santo Antônio do Planalto	11468191,392	1967792,212	9726666,948	1643286,942	24805937,494	11694459,160
Teutônia	30585511,740	24178370,274	85763929,469	354242712,666	494770524,149	109942299,743
Victor Graeff	18588380,381	6262565,738	17034661,757	148669,934	42034277,810	23297227,495
Almirante Tamandaré do Sul						
Tio Hugo						
Boa Vista do Inera						

FONTE:

FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

ANEXO X - Tabela 23
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Região centro-Sul, 1991 e 2000

Municípios	IDHM, 1991	Ordem	IDHM, 2000	Ordem	IDHM-Renda, 1991	Ordem	IDHM-Renda, 2000	Ordem
Charqueadas	0,761	51	0,806	142	0,643	167	0,705	156
São Jerônimo	0,726	176	0,790	218	0,670	88	0,727	102
Barra do Ribeiro	0,714	227	0,794	195	0,664	111	0,700	176
Mariana Pimentel	0,711	239	0,787	229	0,601	286	0,661	313
Tapes	0,703	274	0,780	260	0,678	74	0,712	135
Camaquã	0,702	280	0,768	308	0,655	132	0,705	156
Butiá	0,700	284	0,755	363	0,606	270	0,673	278
Arroio dos Ratos	0,697	297	0,773	289	0,599	292	0,676	266
Barão do Triunfo	0,684	333	0,743	398	0,562	386	0,632	389
Sertão Santana	0,684	333	0,762	339	0,628	202	0,687	226
Minas do Leão	0,675	357	0,728	436	0,597	299	0,648	347
Cerro Grande do Sul	0,669	384	0,734	423	0,618	235	0,624	409
Sentinela do Sul	0,658	408	0,777	271	0,580	347	0,638	376
Chувиска	0,648	425	0,776	277	0,578	349	0,683	243
Arambaré	0,627	449	0,743	398	0,582	342	0,667	299
Dom Feliciano	0,621	453	0,730	433	0,575	358	0,635	382
Média Região	0,686		0,765		0,615		0,673	
Rio Grande do Sul	0,709		0,784		0,618		0,684	

Continuação da Tabela Anterior

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Região centro-Sul , 1991 e 2000

Municípios	IDHM- Longevidade, 1991	Ordem	IDHM-Longevidade, 2000	Ordem	IDHM- Educação, 1991	Ordem	IDHM- Educação, 2000	Ordem
Charqueadas	0,781	74	0,812	171	0,860	13	0,902	111
São Jerônimo	0,737	226	0,774	325	0,771	272	0,869	287
Barra do Ribeiro	0,713	294	0,808	185	0,765	289	0,873	267
Mariana Pimentel	0,797	44	0,847	36	0,735	379	0,853	343
Tapes	0,669	410	0,755	361	0,762	305	0,873	267
Camaquã	0,689	370	0,741	394	0,763	300	0,858	321
Butiá	0,704	325	0,753	366	0,791	207	0,839	388
Arroio dos Ratos	0,705	312	0,773	329	0,786	223	0,870	284
Barão do Triunfo	0,776	98	0,795	232	0,713	414	0,801	447
Sertão Santana	0,664	416	0,741	394	0,760	315	0,858	321
Minas do Leão	0,690	368	0,717	442	0,739	369	0,820	428
Cerro Grande do Sul	0,701	331	0,761	351	0,687	443	0,816	433
Sentinela do Sul	0,713	294	0,839	70	0,681	448	0,855	334
Chuívisca	0,713	294	0,839	70	0,653	462	0,807	442
Arambaré	0,616	451	0,725	431	0,682	447	0,838	390
Dom Feliciano	0,628	443	0,764	344	0,659	457	0,790	458
Média Região	0,706		0,778		0,738		0,845	
Rio Grande do Sul	0,729		0,792		0,779		0,875	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

ANEXO Y - Tabela 24
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, Municípios Menos Pobres, 1991 e 2000

Municípios	IDHM, 1991	Ordem	IDHM, 2000	Ordem	IDHM-Renda, 1991	Ordem	IDHM-Renda, 2000	Ordem
Ivoti	0,794	4	0,851	6	0,727	11	0,766	28
Campo Bom	0,766	34	0,837	26	0,701	37	0,760	33
Colorado	0,766	34	0,817	88	0,752	3	0,700	176
Teutônia	0,765	40	0,816	90	0,689	51	0,737	70
Esteio	0,763	44	0,842	16	0,708	32	0,757	37
Salvador do Sul	0,760	52	0,830	45	0,639	174	0,727	102
Canoas	0,759	56	0,815	96	0,706	33	0,752	46
Victor Graeff	0,758	60	0,831	41	0,626	214	0,734	78
Ipiranga do Sul	0,753	77	0,827	54	0,657	126	0,731	90
Quinze de Novembro	0,746	96	0,828	51	0,672	85	0,717	125
Ibirubá	0,741	121	0,824	65	0,688	52	0,767	25
Rio Grande	0,739	132	0,793	199	0,684	64	0,735	75
Santo Antonio do Planalto	0,728	166	0,813	106	0,632	193	0,690	215
Santa Bárbara do Sul	0,715	222	0,792	208	0,667	105	0,704	163
Fortaleza dos Valos	0,709	248	0,824	65	0,668	99	0,770	20
Nova Alvorada	0,708	253	0,798	179	0,644	165	0,714	129
Nicolau Vergueiro	0,703	274	0,796	188	0,605	272	0,683	243
Almirante Tamandaré do Sul								
Boa Vista do Incra								
Tio Hugo								
Média do Grupo	0,745		0,820		0,669		0,732	
Rio Grande do Sul	0,709		0,784		0,618		0,684	

Continuação da Tabela Anterior

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Região centro-Sul , 1991 e 2000

Municípios	IDHM- Longevidade, 1991	Ordem	IDHM-Longevidade, 2000	Ordem	IDHM- Educação, 1991	Ordem	IDHM- Educação, 2000	Ordem
Charqueadas	0,781	74	0,812	171	0,860	13	0,902	111
São Jerônimo	0,737	226	0,774	325	0,771	272	0,869	287
Barra do Ribeiro	0,713	294	0,808	185	0,765	289	0,873	267
Mariana Pimentel	0,797	44	0,847	36	0,735	379	0,853	343
Tapes	0,669	410	0,755	361	0,762	305	0,873	267
Camaquã	0,689	370	0,741	394	0,763	300	0,858	321
Butiá	0,704	325	0,753	366	0,791	207	0,839	388
Arroio dos Ratos	0,705	312	0,773	329	0,786	223	0,870	284
Barão do Triunfo	0,776	98	0,795	232	0,713	414	0,801	447
Sertão Santana	0,664	416	0,741	394	0,760	315	0,858	321
Minas do Leão	0,690	368	0,717	442	0,739	369	0,820	428
Cerro Grande do Sul	0,701	331	0,761	351	0,687	443	0,816	433
Sentinela do Sul	0,713	294	0,839	70	0,681	448	0,855	334
Chувисca	0,713	294	0,839	70	0,653	462	0,807	442
Arambaré	0,616	451	0,725	431	0,682	447	0,838	390
Dom Feliciano	0,628	443	0,764	344	0,659	457	0,790	458
Média Região	0,706		0,778		0,738		0,845	
Rio Grande do Sul	0,729		0,792		0,779		0,875	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

ANEXO Z – QUADRO 1- Conceituação dos indicadores

Estas variáveis são conceituadas e interpretadas a seguir, iniciando-se pelo grupo população e urbanização, seguido pelos grupos renda, educação, saúde, saneamento básico, socioeconômico e desenvolvimento humano:

POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO	CONCEITO
a ₁) População por situação de domicílios, por municípios:	número total de habitantes considerando a situação de domicílios em zona rural, total e urbana;
a ₂) Taxa de urbanização por municípios:	porcentagem da área do município que está urbanizada.
b) Renda	
b ₁) Intensidade da indigência :	é a distância que separa a renda domiciliar <i>per capita</i> média dos indivíduos indigentes (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha de indigência de R\$ 37,75) do valor da linha de indigência, medida em termos percentual do valor dessa linha de indigência. O indicador aponta quanto falta para um indivíduo deixar de ser considerado indigente.
b ₂) Intensidade da pobreza (I):	distância que separa a renda domiciliar <i>per capita</i> média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos percentual do valor dessa linha de pobreza. O indicador aponta quanto falta para um indivíduo deixar de ser considerado pobre.

Continuação do Quadro 1

<p>b 3) Percentual de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> abaixo de R\$ 37,75:</p>	<p>proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a R\$ 37,75 (linha de indigência), equivalentes a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.</p>
<p>b 4) Percentual de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> abaixo de R\$ 75,50 (H ou P°) :</p>	<p>proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a R\$ 75,50 (linha de pobreza), equivalentes a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.</p>
<p>b 5) Hiato médio de renda (P¹) :</p>	<p>é a média dos hiatos relativos de renda de todos os indivíduos da população. Define-se como hiato relativo de renda para uma pessoa a distância de sua renda a linha de pobreza, ou seja, a insuficiência média de renda de um individuo em relação a linha de pobreza. Portanto para as pessoas acima dessa linha o hiato de renda é nulo.</p>
<p>b 6) Hiato de renda quadrático médio(P²) :</p>	<p>é a média dos quadrados dos hiatos de renda de todos os indivíduos da população. Define-se como hiato quadrático de renda de uma pessoa o quadrado da distância de sua renda à linha de pobreza. Como o anterior, para as pessoas acima da linha de pobreza, o hiato quadrático de renda é nulo. Essa medida representa o grau de desigualdade de renda na população pobre.</p>

Continuação do Quadro 1

<p>É importante observar que todos indicadores de pobreza (P^0, P^1 e P^2) utilizados nesta dissertação, foram derivados da fórmula geral proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A utilização destes indicadores se deve ao fato de possuírem a propriedade de ser consistente em agregações, ou seja, pode-se calcular a pobreza em diversos níveis agregativos, através de uma média ponderada entre a população do município i e a população total da região.</p>	
<p>b 7) Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres:</p>	<p>é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i>. Compara a renda média pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.</p>
<p>b 8) Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres:</p>	<p>é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i>. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.</p>
<p>b 9) Índice de Gini:</p>	<p>mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i>. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros é nula).</p>

Continuação do Quadro 1

b 10) Índice de Theil L :	refere-se à segunda medida de desigualdade de Theil, denominada L de Theil, e mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Para uma distribuição totalmente igualitária, $L = 0$, e quanto maior a desigualdade mais próximo da unidade será seu valor. Como esse índice baseia-se no logarítmico das rendas, ele não pode ser calculado se qualquer renda for nula. Por isso, o cálculo do Theil L a exclusão dos indivíduos com renda nula.
c) Educação	
c 1) Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas:	Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem nem ler e escrever.
c 2) Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo:	razão entre o somatório do número de anos de estudo completos das pessoas nessa faixa etária e o total dessas pessoas.
c 3) Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas:	percentual de pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
c 4) Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo:	percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais” .

Continuação do Quadro 1

c 5) Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo:	percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar.
d) Saúde	
d 1) Esperança de vida ao nascer :	número médio de anos que as pessoas vivem a partir do nascimento.
d 2) Mortalidade até cinco anos de idade:	Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por mil crianças nascidas vivas.
d 3) Mortalidade até um ano de idade:	Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas.
d 4) Taxa de fecundidade total :	Número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo.
e) Saneamento Básico	
e 1) Domicílios particulares permanentes ligados a rede geral de água:	Número de domicílios particulares permanentes com acesso a rede de água tratada em zona rural e urbana. .
e 2) Domicílios particulares permanentes com coleta de lixo:	Número de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo em zona rural e urbana.
e 3) Domicílios particulares permanentes situados zona rural, urbana e total:	Número de domicílios particulares permanentes situados em zona rural, total e urbana.

Continuação do Quadro 1

e 4) Domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de esgoto:	Número de domicílios particulares permanentes ligados a rede geral de esgoto em zona rural e urbana.
e 5) Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitários:	Número de domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitários em zona rural e urbana.
f) Socioeconômico:	
f 1) Idese total:	o índice de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Rio Grande do Sul é um índice sintético que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do Estado. É resultado da agregação, com a mesma ponderação (0,25), de quatro blocos de indicadores: Domicílios e saneamento, Educação, Saúde e Renda. Cada um dos blocos, por sua vez, resulta da agregação de diferentes variáveis.
f 2) Idese educação:	é um índice que nos informa o grau de desenvolvimento do município em termos de educação. É resultado da agregação dos índices taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade (peso 0,35), taxa de evasão no ensino fundamental (peso 0,25), taxa de reprovação no ensino fundamental (peso 0,20) e taxa de atendimento no ensino médio (peso 0,20).

Continuação do Quadro 1

f₃) Idese Renda:	é resultado da agregação do produto Interno Bruto <i>per capita</i> e Valor Adicionado Bruto <i>per capita</i> do Comércio, Alojamento e Alimentação, com pesos iguais (0,5 cada).
f₄) Idese Saneamento e Domicílios:	é resultado da agregação da proporção de domicílios abastecidos com água tratada (peso 0,5), proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial (peso 0,4) e média de moradores por domicílio (peso 0,1).
f₅) Idese Saúde:	é resultado da agregação do percentual de crianças nascidas com baixo peso, taxa de mortalidade de menores de 5 anos e expectativa de vida ao nascer, com participações iguais (um terço cada).
f₆) Produto Interno Bruto a preços de mercado :	é igual ao valor adicionado a preço básico, subtraído dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos e adicionado dos impostos sobre produtos, líquidos de subsídios.
f₇) Produto Interno Bruto a preços de mercado <i>per capita</i>:	é o produto interno bruto a preços de mercado dividido pela população.
f₈) Valor adicionado bruto a preço básico:	é a diferença entre o valor bruto da produção, medido a preços do produtor, e o consumo intermediário, mensurado a preços de mercado.

Continuação do Quadro 1

g) Desenvolvimento Humano:	
g 1) IDH-M Total :	o Índice de desenvolvimento humano municipal é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes a longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH – Renda). O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (PIB <i>per capita</i>), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Pretende ser uma medida geral sintética do desenvolvimento humano.
g 2) IDH -M Renda:	Sub-índice do IDH é obtido a partir do indicador renda <i>per capita</i> média, através da fórmula : $\frac{[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})]}{[\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]}$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$ 3,90 e R\$ 1560,17, respectivamente. estes limites correspondem aos valores anuais de PIB <i>per capita</i> de US\$ 100 ppp e US\$ 40.000 ppp, utilizados pelo PNUD no cálculo do IDH-Renda dos países, convertidos a valores de renda <i>per capita</i> mensal em reais através de sua multiplicação pelo fator (R\$ 297/US\$ 7625 ppp), que é a relação entre a renda <i>per capita</i> média mensal (em reais) e o PIB <i>per capita</i> anual (em dólares ppp) do Brasil em 2000.

Continuação do Quadro 1

g 3) IDH-M Longevidade:	é um sub-índice do IDH relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador, esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
g 4) IDH – M Educação:	é um sub-índice do IDH relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior.